

REVISTA SARIDH

PERIÓDICO ELETRÔNICO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS DO CERES
v. 1 n. 1 - MAIO DE 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ



LINGUAGEM E DISCURSO



REVISTA SARIDH

LINGUAGEM E DISCURSO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Periódico Eletrônico do Departamento de Letras do CERES
Centro de Ensino Superior do Seridó
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas

v. 1. n. 1 – Maio de 2019



REVISTA SARIDH

LINGUAGEM E DISCURSO

GESTÃO

Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Henio Ferreira de Miranda

Diretor do Centro de Ensino Superior do Seridó
Sandra Kelly de Araújo

Vice-Diretor do Centro de Ensino Superior do CERES
Alexandro Teixeira Gomes

Chefe do Departamento de Letras do CERES
Márcio Sales Santiago

Vice-Chefe do Departamento de Letras do CERES
Rogério Mendes Coelho

Editor-Responsável da Revista Saridh
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Departamento de Letras do CERES
Centro de Ensino Superior do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Manoel Lopes Filho, 138, Valfredo Galvão
CEP 59380-000, Currais Novos – RN
Telefone +55 (84) 3342 2293 ramal 701
revistasaridhufrn@ceres.ufrn.br

ENDEREÇO

MISSÃO

Promover a disseminação de conhecimento, voltando-se para a divulgação de saberes na área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística e da atuação acadêmica.

EQUIPE

EQUIPE EDITORIAL

Alexandro Gomes Teixeira – UFRN/PROFLETRAS
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN
Marise Adriana Mamede Galvão – UFRN/PROFLETRAS
Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PPGEL/PROFLETRAS

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS
Anderson Lins Rodrigues – UNIGRENDAL
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN
Carolina Leal de Lacerda Pires – UNIBRA/IBGM/IBS
Cid Ivan da Costa Carvalho – UFERSA
Edjane Gomes de Assis – UFPB
Evandra Grigoletto – UFPE
Fabiele Stockmans De Nardi – UFPE
Francisco Vieira da Silva – UFPE/VERN/PPGL
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PPGL/PROFLETRAS
Hudson Marques da Silva – IPFE
Joseane Laurentino de Brito Lira – IFPE
José Josemir Domingos da Silva – UEPB
Josimere Maria da Silva – IFAL
Ivanaldo dos Santos de Oliveira Filho – VERN/PPGL
Letícia dos Santos Carvalho – UFRN
Lucélio Dantas de Aquino – UFRN/IMD
Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS
Maria Alcione Gonçalves da Costa – IF SERTÃO/PE
Marise Adriana Mamede Galvão – UFRN/PROFLETRAS
Maria Eliza Freitas do Nascimento – VERN/PPGL
Nivea Barros de Moura – VERN/SEEC – CE
Pedro Farias Francelino – UFPB/PROLING
Verônica Palmira Salme de Aragão – VERN

Camila Kayssa Targino Dutra – UERN
Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro – UERN
Célio Oliveira da Silva – UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – UFRN
Mailly Dâmaris Silva Pereira – UFRN
Marcelino Gomes dos Santos – UFRN

APOIO TÉCNICO

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS
Marise Adriana Mamede Galvão – UFRN/PROFLETRAS
Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PPGEL

Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN

REVISÃO DE LINGUAGEM E NORMATIZAÇÃO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E CUSTOMIZAÇÃO

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Produções artísticas de caráter pictórico-gráfico de autores locais, elaboradas com o fim de referenciar ou caracterizar a região do sertão do Seridó potiguar.

CAPA

As cores do Seridó
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

SUMÁRIO

EDITORIAL

Maria da Penha Casado Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

8 – 12

ARTIGOS

A Discursivização do MST no discurso midiático: uma análise do funcionamento ideológico na produção de sentidos sobre o movimento

13 – 39

Maria Alcione Gonçalves da Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Josimere Maria da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Hudson Marques da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Análise do homem em uma caverna tecnológica: O interdiscurso e o *ethos* discursivo na obra *A caverna* de José Saramago

40 – 66

Ivanaldo Oliveira dos Santos
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Gerizilda Dantas de Souza
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Nas trilhas do discurso: as contribuições de Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux

67 – 90

Anderson Lins Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco
Manassés Morais Xavier
Universidade Federal de Campina Grande

Legitimidade e credibilidade nas manifestações de mulheres em Hollywood e na França

91 – 116

Camila Kayssa Targino Dutra

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Lizandra Geovana de Souza Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Verônica Palmira Salme de Aragão

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Critérios para o reconhecimento do repertório terminológico das Teorias da Argumentação

117 – 135

Edmar Peixoto de Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Márcio Sales Santiago

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A construção da *brasilidade* inscrita em anúncios impresso e televisivo das sandálias *Havaianas*

136 – 157

Cid Ivan da Costa Carvalho

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ESCOPO E NORMAS EDITORIAIS

158 – 171

EDITORIAL

As universidades, como produtoras de conhecimento, devem trazer à opinião pública as pesquisas, as discussões e os estudos produzidos nas mais diversas áreas da ciência. Para isso, é necessário que se mantenha uma política eficiente e responsiva entre a universidade e a sociedade com vistas a difundir, exitosamente, sua produção científica, cumprindo, assim, um dos papéis da universidade junto à sociedade civil. No mundo contemporâneo, em que os embates discursivos põem em cena a descrença na ciência e no saber sistematizado, a universidade tem não somente o dever, mas a responsabilidade social de divulgar os resultados de suas investigações em canais que mereçam a confiabilidade da sociedade.

Os processos de democratização, para além da garantia do funcionamento interno da instituição, incidem, também, sobre o acesso ao conhecimento, ao saber, às pesquisas em curso nas mais diversas áreas do conhecimento, nas mais diversas abordagens teóricas dando visibilidade, assim, à pluralidade que é constitutiva e constituinte de uma universidade pública. Tal perspectiva encontra respaldo em Kunsch quando afirma que

A universidade não pode se isolar do mundo em que vivemos hoje. Tem de estar presente e atuar de forma que seu ensino, sua pesquisa e seus serviços de extensão atendam às exigências dos novos tempos, sob a perspectiva de um enfrentamento dos problemas da estrutura socioeconômica vigente (KUNSCH, 1992, p. 23).

Alinhado com essa visão, o Departamento de Letras do CERES/UFRN, que sempre se pautou pelo pioneirismo em ações que envolvem o alicerce da esfera acadêmica quer seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, traz a público a Revista Saridh. O periódico desse Departamento surge no cenário acadêmico como espaço pioneiro para a divulgação/socialização dos trabalhos produzidos no âmbito deste Departamento e, no entanto, não se restringindo a ele. Tendo como foco o campo da Linguística e do Discurso, a revista se configura como espaço legítimo de fomento à produtividade e à disseminação do conhecimento científico na interface e no diálogo profícuo ente essas áreas. Ademais, ratifica-se, com essa publicação, a atenção, a divulgação, o incremento e a visibilidade para as pesquisas realizadas no contexto do CERES/UFRN em consonância com o que é produzido cientificamente em diferentes IES brasileiras, sob as mais variadas perspectivas teórico-metodológicas.

Sob a égide dessa pluralidade, a revista tem como foco a Linguística e o Discurso, áreas essas que respondem à necessidade de se construir conhecimento eticamente responsável sobre sujeitos, linguagens, discursos, contextos de produção e de circulação de textos que nos inserem na relevância da cientificidade nas humanidades e, conseqüentemente, na democratização desse conhecimento. Eis, portanto, os artigos que compõem esse primeiro número da Revista Saridh e que passamos a apresentar ao leitor para que novas reverberações e compreensões responsivas ativas sejam produzidas e deem continuidade a essa cadeia discursiva.

O artigo *A discursivização do MST no discurso midiático: uma análise do funcionamento ideológico na produção de sentidos sobre o movimento*, dos autores Maria Alcione Gonçalves da Costa, Josimere Maria da Silva e Hudson Marques da

Silva, tem como objetivo analisar o funcionamento da memória discursiva sobre o MST no discurso das revistas *Veja* e *Carta Capital*, edição online, com base na Análise do Discurso de viés pecheutiano (PÊCHEUX, 2009; 1999). Para tanto, os autores analisam manchetes extraídas das referidas revistas, observando o modo como o MST é discursivizado nesses dois lugares de memória.

No artigo *Análise do homem em uma caverna tecnológica: o interdiscurso e o ethos discursivo na obra A Caverna de José Saramago*, os autores Ivanaldo Oliveira dos Santos e Gerizilda Dantas de Souza objetivam analisar o discurso do personagem Cipriano, na obra *A Caverna*, de José Saramago. O fragmento selecionado na obra aborda o impasse do homem moderno diante do avanço da tecnologia. A análise tem como trajeto temático as categorias de interdiscurso, de cena discursiva e de ethos discursivo desenvolvidas por Maingueneau. Além disso, foram utilizados, dentre outros, Charaudeau e Orlandi. Os autores apontam, ainda, o interdiscurso que se entrelaça com o discurso da obra de Platão.

O artigo *Nas trilhas do discurso: as contribuições de Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux* dos autores Anderson Lins Rodrigues e Manassés Morais Xavier elegem como objetivo discutir algumas especificidades do arcabouço teórico de duas vertentes de análise do discurso: a perspectiva denominada Análise Dialógica do Discurso (ADD), situada a partir das ideias de Bakhtin/Voloshinov e a Análise do Discurso, cuja orientação advém das reflexões de Michel Pêcheux – AD Pecheuxtiana, com fulcro na ideologia como constitutiva dos sujeitos e dos sentidos. Para a consecução desse objetivo, os autores fazem o contraponto de alguns de seus pressupostos, como as noções de língua, discurso, signo, ideologia, indivíduo

social/sujeito e sentido/ (efeito de sentido), com os postulados de Ferdinand Saussure, bem como procuram estabelecer um “diálogo/duelo” entre as ideias defendidas pelas duas vertentes em foco.

No artigo *Legitimidade e credibilidade nas manifestações de mulheres em Hollywood e na França*, as autoras Camila Kayssa Targino Dutra, Lizandra Geovana de Souza Oliveira e Verônica Palmira Salme de Aragão, com base na Análise Semiolinguística do discurso, procuram identificar de que modo a visada de incitação (CHARAUDEAU, 2004) é utilizada para defender um determinado ponto de vista no Manifesto Catherine Deneuve. Dentre os resultados observados, verificaram restrições na troca comunicativa devido à situação de enunciação concernente à legitimidade do Manifesto que defende a manutenção do status quo do patriarcado.

O artigo *CrITÉrios para o reconhecimento do repertório terminolÓgico das teorias da argumentação* de autoria de Edmar Peixoto de Lima e de Márcio Sales Santiago investiga os critérios para o reconhecimento das unidades terminolÓgicas (UT) pertencentes às teorias da Argumentação presentes em textos acadÊmico-científicos. Para tanto, fundamentaram-se nos estudos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT); como aporte metodolÓgico, construíram o corpus das teorias da Argumentação (CORPARG) e utilizaram o software WordSmith Tools 6.0 para auxiliar na extração dos candidatos a termos, selecionar os contextos e observar o comportamento das unidades no texto especializado. Os resultados desse trabalho indicam que uma unidade para pertencer ao repertório terminolÓgico das teorias da Argumentação deverá expressar conceitos relevantes e ser representativa para a área.

Por fim, o artigo, *A construção da brasilidade inscrita em anúncios impresso*

e televisivo das sandálias Havaianas, de Cid Ivan da Costa Carvalho, propõe-se a analisar os efeitos discursivos da brasilidade nos anúncios publicitários impresso e televisivo das sandálias Havaianas, entrevedo as relações entre a construção desses tipos de anúncio na constituição da identidade nacional. Para isso, o autor utilizou dois passos fundamentais: o estudo bibliográfico em autores da Análise do Discurso, como: Pêcheux (2007), Orlandi (2003), Foucault (2004) e com Hall (2005) estudioso da cultura moderna e a pesquisa no site das sandálias Havaianas de um comercial televisivo e um anúncio impresso publicado na revista. Conclui o autor que os anúncios publicitários das sandálias Havaianas exploram o sentido do uso tradição de que o Brasil é o melhor lugar do mundo para viver, associando a brasilidade ao produto e fazendo com que as Havaianas sejam reconhecidas como sinônimo de ser brasileiro.

Que esse primeiro número *Revista Saridh* cumpra seu destino de fomentar e de estimular novos discursos, novos dizeres, novas investigações em Linguística e Discurso em outros espaços-tempos.

Maria da Penha Casado Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ARTIGO

A discursivização do MST no discurso midiático: uma análise do funcionamento ideológico na produção de sentidos sobre o MovimentoMaria Alcione Gonçalves da Costa¹Josimere Maria da Silva²Hudson Marques da Silva³

Resumo: No Brasil, o campo tem sido palco de uma luta desigual e, muitas vezes, sangrenta, entre trabalhadores e proprietários rurais. Como essa luta é travada entre classes antagônicas, muitos e divergentes são os sentidos produzidos sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento da memória discursiva sobre o MST no discurso das revistas *Veja* e *Carta Capital*, edição *online*, com base na Análise do Discurso de viés pecheutiano (PÊCHEUX, 2009; 1999). Para tanto, analisamos manchetes extraídas das referidas revistas, observando o modo como o MST é discursivizado nestes dois lugares de memória.

Palavras-chave: discurso; memória; ideologia; MST.

Introdução

Apesar da indiferença ou desconhecimento de uma grande parcela da sociedade, a reforma agrária no Brasil ainda é um problema social grave e de grandes

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

² Doutoranda em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

³ Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

proporções. Isso se deve ao fato de que, até o momento, nenhum governo encarou a questão com a seriedade e a vontade política necessária. Com isso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (doravante MST) continua sua luta “solitária” contra os grandes latifundiários, em busca do direito à terra, da visibilidade e da inclusão na sociedade.

Em meio a essa luta, muitos e contraditórios são os sentidos produzidos pelo e sobre o MST. Isso se deve ao fato de que o discurso, conforme é entendido nos estudos discursivos, é concebido como a materialização da ideologia, sendo, por conseguinte, um importante instrumento de reprodução e de transformação das relações de produção. Ou seja, é por meio do discurso que os sujeitos inscritos em posições ideológicas antagônicas dão visibilidade a seus interesses, (re)afirmando seu lugar na luta de classes; assim como é por meio do discurso que os sujeitos e suas ações são (des)legitimados socialmente.

Com base nisso, o nosso trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento da memória discursiva sobre o MST no discurso das revistas *Veja* e *Carta Capital*, edição *online*, com base nos postulados teóricos da Análise do Discurso de viés pecheutiano (PÊCHEUX, 2009; 1999). Para tanto, selecionamos o nosso corpus, que é constituído por manchetes extraídas das referidas revistas entre os anos 2010 e 2017, a partir do qual identificamos a forma como o Movimento, enquanto instituição, e os próprios indivíduos que fazem parte do MST São categorizados, assim como investigamos os sentidos que se repetem, se cristalizam, se contradizem e os que são silenciados e interditados nos discursos veiculados pelas duas revistas.

Ao partirmos do pressuposto de que o sentido possui um caráter material e é determinado pelo efeito ideológico, compreendemos que a análise de uma materialidade discursiva exige do analista a compreensão das condições de produção desse discurso, as quais dizem respeito, entre outras coisas, à formação social na qual esse discurso foi produzido. Assim, entendemos que fazer análise do discurso é fazer também uma análise da conjuntura social, situando o discurso na luta de classes que, conforme acreditava Karl Marx, é a força motriz da história.

Com base nisso, apresentamos a seguir uma breve contextualização do MST destacando as questões que dão sustentação à acirrada e, muitas vezes, violenta luta entre trabalhadores e proprietários rurais.

1 O MST e a luta de classes

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra foi criado formalmente em 1984 no Paraná e tem como objetivo principal a promoção de uma melhor distribuição das terras, com vistas aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. Entre os argumentos que dão sustentação ao Movimento está a ideia de que as terras improdutivas devem ser entregues aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais que têm condições de torná-las produtivas a fim de sustentarem a si e as suas famílias. Assim, por meio de diversas ações, especialmente, por meio da ocupação de terras de grandes latifundiários, o MST tem lutado contra a concentração de terras no nosso país e em prol da construção de uma sociedade mais

justa, na qual as pessoas possam ter as condições mínimas de sobrevivência e participação social, por meio da posse da terra.

Nesse sentido, o MST tem se confrontado diretamente com os interesses de um grupo social muito forte política e economicamente: os latifundiários, uma vez que passa a reivindicar o direito à terra em detrimento do direito da propriedade. De acordo com Caldart (2001), a atuação do MST vai além da luta pela terra, pois suas práticas políticas e educativas têm contribuído para o surgimento de novos sujeitos sociais, mais engajados socialmente e inconformados com a exclusão e com a desigualdade social promovida pelo sistema capitalista. Nos termos do autor, “Quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente” (CALDART, 2001, p. 208).

Essa luta, muitas vezes sangrenta, tem sido travada não apenas na arena do campo, por meio dos conflitos físicos, mas também na arena da língua, por meio dos discursos antagônicos acerca da atuação do MST. Na mídia digital, por exemplo, muitos são os sentidos produzidos sobre o Movimento: enquanto alguns veículos destacam a sua legitimidade e a sua importante função social, dando visibilidade a suas ações; outros apregoam a sua criminalização, silenciando e manipulando fatos relacionados a ele. Desse modo, podemos afirmar que essas práticas discursivas têm contribuído para a construção de uma dupla memória sobre o Movimento.

A respeito dos discursos sobre o MST, Freda Indursky (1995) analisa as diferentes designações atribuídas às ações desenvolvidas pelo Movimento na luta pela terra, voltando-se, em especial, para o uso dos termos “ocupação” e “invasão”. Para a

autora, estes termos não mantêm relação de sinonímia, mas são usos pertencentes a formações discursivas⁴ distintas, sendo o termo “ocupação” recorrente na formação discursiva (doravante FD) em que os sem-terra se inscrevem, na qual ocupar é uma ação legítima e ética, uma vez que há terras improdutivas e há famílias que precisam da terra para plantar; enquanto o termo “invasão” passa a ser recorrente na FD dos latifundiários, na qual invadir é concebida como uma ação ilegal, pois viola o direito de propriedade.

Ainda segundo a autora, essa dupla interpretação da ação praticada pelo MST se deve ao fato de se tratarem de sujeitos do discurso inscritos em posições ideológicas antagônicas e que, por isso mesmo, fazem leituras distintas de questões relacionadas ao campo do jurídico, do político e da ética. Nesse sentido, na FD do MST, predomina “o sentido ético de uma terra que, por ser improdutiva, deve ser redistribuída para aqueles que possam cultivá-la para dela tirar a subsistência e a dos seus”; por sua vez, na FD dos latifundiários ganha destaque “o sentido jurídico de violação da propriedade privada” (INDURSKY, 1995, p. 125).

Diante dessa dupla interpretação a respeito das ações do MST, deparamo-nos com a seguinte questão: quem é a vítima e quem é o réu desse litígio? A resposta a essa pergunta não é nada simples nem consensual, especialmente numa sociedade como a nossa, marcada por um sistema jurídico falho, por um sistema social injusto e por um sistema político corrupto e subserviente aos interesses do capital.

⁴ Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Dessa forma, vale evidenciar que o MST, ao longo das três décadas de sua existência, tem se confrontado com os interesses de poderosos proprietários de terra, com pouco apoio governamental e pouca proteção jurídica. O resultado disso tem sido a redução cada vez maior dos assentamentos e o aumento da violência no campo, que tem resultado em um crescente número de mortes de trabalhadores rurais, conforme vimos recentemente nos massacres em Colniza (MT) e em Pau’Darco (PA)⁵. Além desse aumento da violência no campo, o MST sofreu um profundo retrocesso com a Medida Provisória 759/2016⁶ que regulariza a ocupação das terras da União, sancionada pelo atual Presidente da República, Michel Temer. De acordo com os defensores da reforma agrária, esta lei poderá estimular a grilagem e aumentar o assédio dos grandes fazendeiros contra os pequenos trabalhadores rurais, uma vez que estes, ao possuírem o título de propriedade, poderão vender suas terras, cedendo aos interesses dos latifundiários.

Diante desse contexto marcado por conflitos de interesses entre duas classes sociais tão antagônicas e desiguais: trabalhadores rurais X latifundiários, não é de estranhar que os sentidos produzidos sobre o MST sejam tão divergentes, até mesmo porque, segundo Magalhães e Silva Sobrinho (2009, p. 28), “o discurso é lugar de

⁵ Em Colniza (MT), dez pessoas, entre as quais se encontravam idosos e crianças, foram brutalmente assassinadas, por encapuzados, no dia 20 de abril de 2017; por sua vez, em Pau D’arco (PA), nove homens e uma mulher foram mortos em 24 de maio de 2017, durante ação policial de cumprimento de prisão contra suspeitos de envolvimento na morte de um vigilante.

⁶A MP 759/2016, que foi sancionada por Michel Temer no dia 11 de julho de 2017, estabelece novas regras para a regularização fundiária e urbana, altera a legislação da reforma agrária e prevê a regularização de áreas contínuas, a anistia a grileiros de terras e regula aquisições em áreas de conservação.

conflitos, disputas de interpretações onde se manifestam as lutas ideológicas em jogo”.

2 A produção de sentidos como efeito da memória discursiva

A noção de discurso como efeito de sentidos entre os sujeitos inscritos na história é central nos estudos discursivos de base pecheutiana, o que significa dizer que os sentidos não existem *a priori*, mas são construídos a partir da posição do sujeito em uma dada formação social e ideológica. Nos termos de Pêcheux:

O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras e proposições são produzidas (isto é reproduzidas). (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Com base nisso, Pêcheux introduz no seu arcabouço teórico a noção de Formação Discursiva, que é um conceito emprestado dos estudos Foucaultianos e que, como já dissemos anteriormente, diz respeito ao que *pode e deve* ser dito numa formação ideológica dada, processo este determinado pela luta de classes. Ainda segundo Pêcheux, “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), o que justifica, pois, o fato de que um mesmo objeto discursivo pode assumir sentidos divergentes ao passar de uma FD para outra, conforme acontece como o próprio MST

que, como veremos, é discursivizado de modos distintos pelos sujeitos inscritos na FD dos sem-terra e na FD dos latifundiários.

A partir da compreensão de que os sentidos são produzidos no interior da formação discursiva, Pêcheux desenvolve a noção do processo de interpelação, que é central em seus postulados teóricos. Para o autor, esse processo é um efeito ideológico, à medida que é a ideologia que produz a *evidência* do sujeito e do sentido, sendo que esse processo se dá por meio do trabalho de dissimulação próprio de toda FD que, ao produzir a evidência dos sentidos, promove o apagamento do próprio processo de interpelação, criando a impressão de que o sentido não pode ser outro.

Nos termos de Pêcheux:

Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

Isso significa dizer que o processo de produção de sentidos se dá por meio do processo de interpelação ideológica, o qual produz a evidência de que os sentidos são estes e não outros, sendo importante destacar que, devido ao trabalho de dissimulação promovido pela FD com a qual o sujeito do discurso se identifica, apaga-se o próprio processo de subordinação-assujeitamento, uma vez que se cria,

para o sujeito, a ilusão de que ele é a origem de seu dizer. Daí a afirmação pecheutiana de que “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

A noção de *esquecimento* é outro ponto importante para se entender o processo de interpelação do indivíduo em sujeito e o processo de produção dos efeitos de sentido. Grosso modo, vale dizer que Pêcheux trata da existência de dois tipos de esquecimento: o *esquecimento n^o 1*, também chamado de esquecimento ideológico, diz respeito ao processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos, ou seja, é o esquecimento que faz com que o sujeito acredite ser a origem de si e do seu dizer; por sua vez, o *esquecimento n^o 2*, conhecido também como esquecimento enunciativo, é aquele responsável pelo modo de dizer do sujeito que, de acordo com sua posição ideológica, diz uma coisa e não outra, acreditando que o seu dizer só pode ser dito com aquelas palavras, ou melhor, acreditando que o sentido não pode ser outro.

Desse modo, podemos dizer que os saberes do interdiscurso (espaço saturado de sentidos) retornam no intradiscurso (espaço enunciativo) sob o efeito da evidência, que é o trabalho próprio de toda FD. Trabalho este que, segundo Pêcheux, se dá em especial por meio da reformulação-paráfrase, ou seja, por meio da reinscrição do interdiscurso no intradiscurso. Desse modo, podemos dizer que as formações discursivas determinam os sentidos que se inscrevem na memória discursiva, uma vez que, ao fazer retornar os saberes do interdiscurso no intradiscurso, a FD promove a atualização destes saberes. Como a memória discursiva é uma importante categoria de análise em nosso trabalho, consideramos

relevante aprofundar a discussão sobre a sua noção no âmbito dos estudos discursivos.

2.1 A noção de memória discursiva na Análise do Discurso

Segundo Courtine (2009), a noção de memória discursiva estaria subjacente à análise das FD proposta por Foucault em a *Arqueologia do Saber*, uma vez que, segundo o autor, “[...] toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos” (COURTINE, 2009, p. 104). Ainda de acordo com o autor, a memória discursiva se caracteriza pela atualização do interdiscurso no intradiscurso, uma vez que o retorno de saberes do interdiscurso na atualidade de uma conjuntura discursiva é responsável pela produção do efeito de memória.

Desse modo, o autor define a memória como “*existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos*” (COURTINE, 2009, p. 105-106). O que significa dizer que, para Courtine, a memória discursiva é constituída por saberes próprios de uma dada FD que permanecem vivos na história no interior das práticas discursivas, sendo importante reforçar que, para Courtine, o trabalho da memória não consiste apenas na repetição dos saberes do interdiscurso, mas consiste também na sua refutação e no seu esquecimento.

Pêcheux (2015), por sua vez, também compreende que a memória discursiva é constituída por dizeres anteriores que são retomados pelo sujeito do discurso, possibilitando, assim, a interpretabilidade dos textos, sendo que, de acordo com o autor, esses dizeres são inscritos no espaço da memória por meio da repetibilidade e da regularização de sentidos. Nos termos do autor: “*a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’* (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita (PÊCHEUX, 2015, p. 45, grifos nossos). Nesse sentido, podemos dizer que a repetibilidade, ao promover a regularização de determinados sentidos, é responsável pela construção do imaginário social sobre os sujeitos. Vale salientar que, para Pêcheux (2015), a memória discursiva não pode ser concebida apenas como um espaço de regularização de sentidos, uma vez que, segundo ele, a memória discursiva pode ser perturbada por meio do acontecimento novo, o qual pode provocar a desregulação dos sentidos inscritos na memória.

Com base nessas considerações teóricas, apresentamos a seguir a análise dos discursos veiculados nas revistas digitais *Veja* e *Carta Capital*, identificando os efeitos de sentidos produzidos nessas materialidades discursivas e o recorte do interdiscurso feito por essas duas FD, por meio do qual se produz a dupla memória discursiva sobre o MST.

3 Considerações iniciais sobre nosso corpus

Conforme dissemos anteriormente, nosso corpus é composto por manchetes extraídas dos *sites* das revistas Veja e Carta Capital. Nossa escolha pelas referidas revistas se deve ao fato de que elas se inscrevem em formações discursivas antagônicas e têm ganhado cada vez mais visibilidade no cenário político brasileiro: a Revista Veja pertence ao grupo Abril e tem milhares de assinantes, sendo reconhecida como a revista de maior tiragem no Brasil. Vale destacar que se trata de um veículo de comunicação vinculado a grandes marcas ou empresas e que, portanto, traz em seu cerne a afirmação da sociedade capitalista e com ela a desigualdade, a exclusão, a concentração de renda, etc. Por sua vez, a Revista Carta Capital, que foi fundada em 1994, é um periódico semanal que apresenta uma filiação com ideias mais progressistas, tendo os seus colunistas se colocado a favor dos governos petistas. Vale ressaltar que a grande mídia tem denunciado o fato de que o Partido dos Trabalhadores tem financiado a referida revista, o que tem fortalecido o argumento de que a Carta Capital é um dos veículos de propagação da ideologia de esquerda.

Nesse sentido, fica cada vez mais evidente o fato de que a imprensa tem servido aos interesses de classes, colocando em cheque a “neutralidade” do jornalismo. A leitura é a de que, cada vez mais, torna-se escancarada a tomada de posição ideológica de determinados veículos nos embates sociais e políticos, seja por meio da espetacularização de determinados acontecimentos e do apagamento de

outros, seja por meio da manipulação dos fatos. A respeito disso, Magalhães e Silva Sobrinho afirmam que:

[...] nenhum discurso jornalístico escapa ao vínculo da estrutura de classes, e por isso não tem como não tomar posição em um dos lados do conflito histórico, podendo silenciar a real estrutura da sociedade, ou mesmo explicitar os mecanismos de silenciamento da desigualdade (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2010, p. 38).

Posto isso, apresentamos a seguir os modos pelos quais o MST é discursivizado nos *sites* das revistas Veja e Carta Capital.

4 A memória Discursiva do MST na Veja

Apresentamos a seguir algumas sequências discursivas (doravante SD) a partir das quais pretendemos observar a forma como o MST tem sido discursivizado na revista Veja. De início, é importante antecipar que há uma recorrência de reportagens acerca do Movimento que têm sido estruturadas sob um campo semântico nitidamente negativo o que, do ponto de vista linguístico, acaba por criar uma imagem muito específica do MST, cristalizando conceitos nem sempre condizentes com a real proposta do Movimento, como veremos a partir das SD a seguir:

SD1 – Os 25 anos do MST: invasões, badernas e desafio à lei (23/01/2009)

SD2 – Governo paga ações criminosas do MST – 28/08/2009

SD3 – O MST e o terrorismo oficializado (22/02/2017)

SD4 – Invasão do prédio da Presidência foi feita pelos delinquentes políticos urbanos (09/02/2017)

SD5 – Lula participa de ato em defesa do “exército” do MST. Trata-se, evidencia a polícia, de um exército de criminosos (07/02/2017)

Ao analisarmos as SD de 1 a 5, no plano do intradiscurso, vislumbramos uma escala de criminalização ascendente atribuída ao MST e a seus integrantes que de baderneiros, invasores e criminosos passam a ser categorizados como terroristas, especialmente nos últimos anos. Nesta perspectiva, podemos dizer que as referidas SD revelam um movimento de criminalização não só do MST, mas do próprio Partido dos Trabalhadores, sendo importante destacar que o uso recorrente do termo “terrorismo” acaba por acentuar ainda mais a ideia de que o MST precisa ser banido da sociedade brasileira. Em contrapartida, há o apagamento da questão central da luta do MST pela reforma agrária: a má distribuição de terras no Brasil, assim como o apagamento da constituição familiar própria da estrutura de luta do Movimento.

Com base nisso, observamos que para se cristalizar os sentidos de que o MST é formado por terroristas e/ou por um “exército de criminosos”, apagam-se todos os sentidos antagônicos relacionados ao Movimento, entre os quais está o fato de que o MST é formado por famílias que não possuem terra para produzir, ao passo que há uma grande concentração de terras improdutivas (inclusive terras adquiridas por meio da grilagem) que deveriam ser redistribuídas, promovendo assim o desenvolvimento sustentável do campo e, sobretudo, a justiça social.

Nesse sentido, podemos dizer que esses sentidos apagados estão no campo do que não pode e não deve ser dito na FD dos latifundiários. Assim, apagar estes sentidos é uma estratégia necessária para a produção e regularização da memória da criminalização do MST. Afinal, terrorista não possui família, não luta por uma causa justa. Terrorista mata, produz medo, violência, planta o terror. Logo são esses dizeres que precisam ser discursivizados à exaustão no interior desta FD a fim de se fazer a ideologia funcionar.

Desse modo, podemos afirmar que a repetibilidade exaustiva do sentido de que o MST é uma organização criminosa e também terrorista, o que tem se tornado um pré-construído muito recorrente no discurso dos sujeitos que se identificam com a FD dos latifundiários, tem promovido um processo de desumanização desses sujeitos, uma vez que os direitos pelos quais estes mesmos sujeitos lutam, tais como o direito à terra, à alimentação, à inclusão social e à vida, têm sido ignorados como se não se tratasse de uma causa justa e legítima. Em outros termos, podemos dizer que, na FD dos latifundiários, o direito da propriedade privada tem se sobreposto ao direito não só à terra, mas ao direito à vida. Vejamos mais algumas SD que dão sustentação a nossa argumentação.

SD6 – MST destrói 15 anos de pesquisa em biotecnologia (05/03/2015)

SD7 – Empresa ainda calcula prejuízo após invasão do MST (06/03/2015)

SD8 – O selvagem ataque da tropa do MST a uma fazenda no Pará (25/07/2017)

SD9 – VANDALISMO NO CAMPO. O MST É A NOSSA AL QAEDA (22/02/2017)

SD10 – Rojões atingem acampamento de militantes pró-Lula na madrugada (10/05/2017)

SD11 – Militante ferido por rojões já retornou a acampamento do MST (10/05/2017)

SD12 – Dez posseiros são mortos pela polícia em reintegração no Pará (24/05/2017)

Conforme já dissemos anteriormente, a luta pela terra promovida pelo MST, muitas vezes, tem sido travada por meio do confronto físico. Isso acontece especialmente quando as ações dos sem-terra se voltam para as ocupações e saques, medidas estas que, normalmente, terminam em confrontos físicos entre trabalhadores e proprietários rurais, ou melhor, entre os trabalhadores rurais e os capangas, seguranças ou jagunços, comandados pelos latifundiários. Por sua vez, estes confrontos, comumente, resultam em ferimentos graves e em muitas mortes no campo. No entanto, apontamos que nos discursos da Veja o que ganha destaque nesses confrontos não são as vidas ceifadas de forma, tantas vezes, brutal, mas sim a depredação do patrimônio físico, dando-se destaque para o cenário de destruição promovido pelos sem-terra ao realizarem suas “invasões” nas fazendas, plantações e empresas, com direito a fotos de máquinas destruídas e equipamentos incendiados.

Nesse sentido, o que ganha importância nesses discursos são os prejuízos e danos causados nos locais, conforme podemos ver nas SD 6, 7, 8 e 9, sendo importante destacar que as questões que motivam tais ações por parte do MST normalmente não são discursivizadas, conforme já verificaram Magalhães e Silva Sobrinho (2009). Ademais, podemos ler que sempre é atribuída uma valoração

demasiadamente negativa aos atos praticados pelos sem-terra, que passam a figurar como verdadeiros vilões do campo, seres violentos e raivosos que depredam e destroem plantações de produtos transgênicos (vale lembrar que uma das pautas do MST é a luta contra o agronegócio e os produtos transgênicos), invasores que atacam fazendas, semeando a violência e a selvageria contra máquinas agrícolas e outros equipamentos.

Em contrapartida, quando os sem-terra são vitimados por algum ato de violência no campo, vemos que há certo efeito de silenciamento desses fatos; há uma manipulação dos fatos, por meio da qual os sem-terra são colocados como os verdadeiros criminosos, cabendo à polícia ou aos seguranças dos latifundiários reagirem em defesa própria; há também uma tentativa de amenização da violência sofrida pelos sem-terra, conforme podemos ver na SD10, na qual há uma indefinição do agente causador, ressoando a ideia de que os rojões lançados não foi uma ação planejada e coordenada, mas uma ocasionalidade; e na SD 11, na qual se informa que o “militante” já voltou ao acampamento, gerando o efeito de que o problema (se é que podemos falar aqui de problema) “já” foi solucionado, afinal o “militante” sofreu apenas escoriações leves no braço e no tórax.

Além disso, no plano discursivo, quando o mote da manchete são as ações de vandalismo promovidas pelos sem-terra, a sigla do MST aparece em primeiro plano (SD 6, 7, 8 e 9), no entanto quando se trata da violência sofrida por esses sujeitos, a sigla normalmente desaparece do plano discursivo (SD 10 e 12). Em adição, na SD12 o uso da voz passiva tira, em certa medida, o foco do agente do crime, ou seja, dos

policiais que mataram 10 trabalhadores rurais no Pará, numa verdadeira chacina. Nesse sentido, alcançamos que o sujeito enunciador atenua os atos de violência sofridos pelos sem-terra.

Diante disso, fica evidente que o retorno do interdiscurso no intradiscursos promovido pela FD dos latifundiários está sempre marcado pelo pré-construído de que o MST é um movimento ilegal (afinal viola o direito sagrado da propriedade privada). Logo, o Movimento passa a ser categorizado como organização criminosa e, conseqüentemente, seus integrantes como os “fora da lei”, os invasores de terra, os criminosos perigosos e terroristas; além disso, há um apagamento da violência sofrida pelos sem-terra e das questões de ordem que deram origem ao MST, tais como a desigualdade e injustiça sociais, a má distribuição de terras, a existência de terras improdutivas, os motivos das ações coordenadas do MST (invasões, saques, destruição de plantações de produtos transgênicos, etc.); por fim, suas ações são sempre discursivizadas de forma a se regularizar o efeito de sentido de criminalização, banditismo e terrorismo. Para tanto, apaga-se os reais motivos da luta dos sem-terra, potencializa-se suas medidas mais drásticas tais como as ocupações e desumaniza-se os indivíduos que enxergam nessa luta perigosa a possibilidade de uma vida mais digna.

É preciso considerar que a Revista Veja, ao longo dos tempos, tem se destacado por seu posicionamento sociopolítico em defesa do *status quo* do capitalismo e da criminalização dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais, em especial, do Partido dos Trabalhadores (PT) e, por conseguinte, do MST. Um

olhar geral para as formas através das quais as ações do Movimento são discursivizadas nas manchetes da referida revista, conforme exemplificado acima, deixa nítida a intenção de deslegitimar o Movimento. Ademais, ao categorizar os integrantes do MST como criminosos e terroristas, a Veja acaba por veicular uma imagem negativa que ressoará sobre o próprio Movimento enquanto instituição social.

5 A memória discursiva do MST na Carta Capital

A Revista Carta Capital, por sua vez, tem se colocado como um importante espaço de legitimação do MST, uma vez que ao longo de seus 24 anos de existência tem denunciado a violência sofrida pelos trabalhadores rurais na luta pela terra e sua impunidade, tem criticado a lentidão do governo na implementação da reforma agrária, assim como tem propagado as ações coordenadas do MST, mostrando os ideais que fazem do MST o maior e o mais importante Movimento Social da história do Brasil. Vejamos algumas manchetes extraídas da Carta que dão sustentação a nosso ponto de vista:

SD13 – MST bloqueia rodovias para lembrar Massacre de Eldorado dos Carajás (17/04/2014)

SD14 – Os 19 anos dos 19 mortos em Eldorado dos Carajás (8/04/2015)

SD15 – Eldorado dos Carajás, 15 anos depois (18/04/2011)

SD16 – Na Justiça do Pará, dano patrimonial pesa mais que morte de sem terra (20/08/2017)

SD17 – Massacre em assentamento no Mato Grosso mata dez (21/04/2017)

SD18 – Confronto ou emboscada? *As dúvidas sobre o conflito que resultou na morte de dois sem-terra* (19/04/2016)

Ao analisarmos as manchetes acima, salta à visibilidade o efeito de que os trabalhadores rurais são colocados como as reais vítimas na luta pela reforma agrária, uma vez que muitos deles têm perdido suas vidas no campo. No discurso da Carta Capital, esse lugar de vítima é demarcado insistentemente por meio da visibilidade dos atos de violência praticados pelos grandes fazendeiros que, na defesa da propriedade, promovem o terror no campo, por meio de ameaças, massacres e emboscadas, tendo como agentes desses atos jagunços, pistoleiros e até mesmo policiais.

Nesse tocante, é válido considerar que há um constante retorno da memória do massacre do Eldorado dos Carajás, no qual 19 militantes foram assassinados por policiais militares em 1996, retorno este que apresenta certa regularidade: a memória desse massacre é reatualizada a cada vez que surgem circunstâncias que remetem ao fato passado, tal como a data em que ele aconteceu, e também quando algum novo massacre de trabalhadores rurais acontece, fazendo ecoar na memória o fatídico evento do Eldorado.

Outra questão recorrente no discurso da Carta é a crítica feita ao governo, por sua ineficiência na implementação da reforma agrária e por suas políticas de valorização ao agronegócio, assim como a visibilidade das ações coordenadas do Movimento. Vejamos mais algumas SD:

SD19 – MST ocupa fazenda em protesto contra possível ida de Kátia Abreu para a Agricultura (23/11/2014)

SD20 – A MP 759 coloca terras da reforma agrária na mira do agronegócio (16/05/2017)

SD21 – Para MST, denúncias da Operação Carne Fraca reafirmam contradições do agronegócio (27/03/2017)

SD22 – MST 30 anos – da terra à comida (10/02/2014)

Os discursos acima trazem à baila questões cruciais referentes à luta pela reforma agrária, pois mostram alguns dos impasses responsáveis por sua estagnação, entre os quais está o poderio econômico das empresas do agronegócio, que têm monopolizado o processo produtivo brasileiro, com o apoio governamental, uma vez que estas mesmas empresas têm financiado as campanhas eleitorais da maioria dos políticos brasileiros. Nas SD 19, 20 e 21, fica evidente que, para o MST, o agronegócio paulatinamente se configura como uma ameaça para a efetivação da reforma agrária no Brasil, uma vez que essas empresas têm monopolizado o processo produtivo no Brasil, controlando a distribuição das sementes, o uso das tecnologias e dos territórios.

Por conseguinte, vale ressaltar que, no discurso da Carta, há uma constante atualização dos ideais que dão sustentabilidade ao MST, conforme vemos na SD 22, na qual a luta pela terra e pelo alimento ganha visibilidade, acentuando, assim, a legitimidade do Movimento. Com isso, vemos que, na memória discursiva da Carta Capital, recupera-se o pré-construído que deu origem ao MST – a luta pela terra – e

ao mesmo tempo atualiza-se a força motriz dessa luta que, agora, é impulsionada também pelo acesso à comida, sendo importante destacar que, no discurso da Carta, há um destaque para o tipo e para a forma pela qual esses alimentos são produzidos nos assentamentos. Ou seja, destaca-se que para o MST importa a produção de alimentos saudáveis e orgânicos, com vistas à promoção da saúde humana e à preservação da natureza, contrariando toda a lógica perversa do agronegócio que visa à produção da monocultura de produtos transgênicos em grande escala, se utilizando do agrotóxico e explorando os recursos naturais.

No entanto, encontramos uma contradição constitutiva do MST que acaba sendo apagada no discurso da Carta Capital. Essa contradição diz respeito ao fato de que o Movimento tem revelado apoio ao governo petista, mesmo não tendo suas reivindicações levadas a sério. Assim, no escopo de nosso gesto de leitura, podemos afirmar que o governo petista não deu a devida e prometida atenção à questão agrária e, mesmo assim, é possível notar o efeito de que a força de mobilização do MST cessou visivelmente durante os 13 anos do governo no poder. O apagamento dessa contradição pode ser verificado na SD19, na qual percebemos que, apesar da nomeação da senadora Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura ocorrer no governo Dilma (PT), o protesto do MST não é contra o PT, mas contra sua “possível” nomeação. Ainda nesse tocante, essa adjetivação acaba p—por atenuar a contraditória ação governamental, a qual é um enorme disparate, uma vez que a referida senadora faz parte da bancada ruralista, sendo, pois, uma defensora do agronegócio.

Por fim, destacamos no discurso da Carta as críticas feitas ao poder judicial no que diz respeito à atuação da polícia e da instituição judiciária nos conflitos entre trabalhadores e proprietários rurais. Vejamos alguns destaques dados pelos colunistas da Carta:

SD23 – A Justiça no Brasil é braço da elite (24/03/2015)

SD24 – Polícia invade escola do MST no interior de SP (04/11/2016)

SD 25 – Confronto ou emboscada? *As dúvidas sobre o conflito que resultou na morte de dois sem-terra* (19/04/2016)

SD26 – Massacre em assentamento no Mato Grosso mata dez (21/04/2017)

SD27 – Justiça mantém na prisão militantes do MTST (30/04/2017)

A forma como se estruturam as SD acima revela o quanto a polícia tem agido de forma violenta contra os sem-terra, *invadindo* escolas, prendendo e *mantendo* militantes presos, assim como *matando* trabalhadores em verdadeiros *massacres*; ao passo que o poder judiciário tem fechado os olhos para esses crimes, deixando impunes os criminosos que agem em favor dos interesses dos latifundiários (SD23). O uso dos termos em destaque não são escolhas aleatórias, mas formas de se produzir uma memória de dupla vitimização do MST e de seus integrantes, uma vez que trazem à tona a omissão do poder judiciário, que tem deixado impunes os crimes cometidos contra os sem-terra, assim como evidenciam a truculência da ação policial nas ações realizadas contra o Movimento.

Vale ressaltar ainda que, no discurso da Carta, o MST é sempre categorizado como um Movimento legítimo e de grande relevância social e, por conseguinte, os sujeitos que o constituem ora são categorizados como os condenados da terra, os pobres desvalidos e excluídos do sistema capitalista, vitimados pela violência no campo, ora são caracterizados como lutadores, como sujeitos políticos que buscam seu lugar na sociedade, por meio da luta legítima pela terra e pela participação no processo produtivo. No entanto, esta regularidade de sentidos cria uma transparência de homogeneidade do Movimento, apagando-se as suas contradições, os interesses políticos atrelados ao Movimento, a perpetuação da lógica do capital e a alienação a que estes indivíduos estão submetidos.

Nesse sentido, podemos apresentar que os destaques dados nas manchetes da referida revista podem ser agrupados em três grupos centrais: o primeiro é formado por notícias que denunciam a barbárie no campo que tem vitimado centenas de trabalhadores rurais; o segundo é formado por notícias que criticam o agronegócio e ao mesmo tempo propagam as principais ações do MST, dando destaque para os ideais que dão sustentabilidade e robustez ao Movimento e, por fim, o terceiro denuncia a omissão do poder judiciário no que diz respeito à violência sofrida pelos sem-terra, assim como denuncia a violência da própria polícia contra esses sujeitos.

Trata-se, assim, de discursos que se encaminham para a afirmação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, uma vez que denunciam a um só tempo as injustiças por eles sofridas e os benefícios que o lado oposto – os latifundiários – acabam recebendo do governo e do poder judiciário. Ademais, no

plano da constituição dos sentidos, é possível afirmar, a partir das FD acima, que as escolhas lexicais contribuem para a construção de uma imagem positiva acerca do MST, diferentemente do que ocorre nas FD veiculadas na Veja.

Considerações finais

Face ao exposto, fica evidente o quanto os sentidos são produzidos de acordo com o trabalho de dissimulação da formação discursiva, uma vez que, ao filtrar os saberes do interdiscurso relacionados a sua posição ideológica, o sujeito do discurso acaba por produzir uma rede de memória que atualiza os pré-construídos da formação ideológica que o constitui. Assim sendo, percebemos que, enquanto a Revista Veja promove a deslegitimação e a criminalização do MST, por meio das escolhas lexicais, do apagamento e da valoração negativa de determinadas ações desenvolvidas pelo Movimento; a Revista Carta Capital reafirma a sua legitimidade, denunciando a violência sofrida pelos sem-terra e colocando em pauta as principais reivindicações que justificam a luta dos trabalhadores rurais. Diante disso, podemos afirmar que, mais que construtos linguísticos, os objetos de discurso são o resultado de efeitos ideológicos diversos, uma vez que, com base em nossas análises, ficou evidente que o mesmo acontecimento histórico (o MST) pode ser discursivizado de modos divergentes, e até contraditórios, dependendo da filiação ideológica dos sujeitos do discurso.

O leitor, portanto, precisa saber se posicionar diante de tais discursos, sob pena de ser facilmente manipulado por esses veículos que, ao invés de retratarem os fatos com isenção e profissionalismo, atendem aos ideais de um determinado grupo e propagam apenas os fatos de seus interesses, deixando em segundo plano ou até silenciando questões fundamentais para uma compreensão mais ampla desses eventos. No entanto, é válido salientar que, com esse empreendimento de interpretação, não advogamos a existência de um discurso destituído totalmente do viés ideológico, uma vez que compreendemos que as escolhas lexicais nunca se dão aleatoriamente, mas problematizamos a máxima de que não há discurso neutro, sujeito livre ou sentido natural. Disso, reforçamos a importância do posicionamento crítico do leitor que, aliás, deveria estar sempre atento à existência do caráter ideológico que perpassa todo e qualquer discurso.

Referências

- CALDART, Roseli Salete. *O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo*. Estudos Avançados. v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EduFScar, 2009.
- _____. MARANDIM, Jean-Marie. Que objeto para a Análise do Discurso. In: CONEIN, Bernard et al. (Orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.
- INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In: *Revista da ANPOLL*, n. 1, São Paulo: Humanitas, 1995.
- MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson. O efeito ideológico de deslocamento no discurso da imprensa sobre o MST: de pobres da terra a baderneiros. *Revista Veredas on-*

line, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04>>. Acesso em 10 fev. 2018.

_____. Língua e história: o processo discursivo de configuração e sustentação de sentidos sobre o MST. *Revista do Gelne*, Piauí, v.11, n. 2, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. *Papel da memória*. Trad. Intr. José Horta Nunes. 4 ed. Campinas, SP, Pontes, 1999.

ARTIGO

Análise do homem em uma caverna tecnológica: o interdiscurso e o *ethos* discursivo na obra *A Caverna* de José Saramago

Ivanaldo Oliveira dos Santos¹

Gerizilda Dantas de Souza²

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar o discurso na obra *A Caverna*, de José Saramago, do personagem Cipriano. O fragmento selecionado na obra aborda o impasse do homem moderno diante do avanço da tecnologia. A análise teve como trajeto temático as categorias de interdiscurso, cena discursiva e *ethos* discursivo desenvolvidas por Maingueneau. Além disso, foram utilizados, dentre outros, Charaudeau e Orlandi. Por fim, apontamos o interdiscurso que se entrelaça com o discurso da obra de Platão. Observamos que Saramago reformulou o discurso platônico para apresentar como o homem contemporâneo ainda é prisioneiro de suas próprias correntes.

Palavras-chave: Saramago; Caverna; Maingueneau; Interdiscurso; *Ethos* discursivo.

Introdução

Refletir sobre as questões levantadas por Platão no Livro VII, da *República*, tem sido uma tarefa de pesquisadores de várias áreas de estudos. As considerações apresentadas nessa obra servem de inspiração para a criação de novos pensamentos

¹ Filósofo, doutor em estudos da linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizou estágio pós-doutoral em estudos da linguagem na Universidade de São Paulo (USP) e estágio pós-doutoral em linguística na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Graduada em Letras Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

acerca do homem e a filosofia que adota como forma de viver, tudo isso voltado para o alcance de conhecimento. Platão mostra, através de um jogo de ideias, a vida do homem mergulhado na ignorância, em que uma vez resgatado pelo conhecimento tem a missão de passá-lo à frente, libertar outros da ignorância ou seguir em frente com suas próprias metas. Dessa forma, Platão é até os dias atuais referência para as mais complexas discussões acerca do homem e da sua busca por conhecimento e poder.

É partir disso, e ao pensar sobre o dilaceramento do corpo e do comportamento humano presentes na obra de Platão, que o escritor português José de Sousa Saramago usa o Livro VII, referente ao mito da caverna de Platão, como alegoria para apresentar o comportamento do homem no século XXI, mostrando-o em sua mais frenética busca pelo conhecimento e poder numa era tecnológica e capitalista. Saramago, em *A Caverna*, trouxe para a atualidade mais uma releitura do discurso platônico, acerca do homem e sua relação consigo mesmo, vivendo um impasse entre seguir as leis e a burocracia, tornando-se prisioneiro dele, além de lidar com a influência que a sociedade ao seu redor exerce sobre suas escolhas.

Isto posto, o objetivo do presente estudo é o de investigar como Saramago utilizou o discurso apresentado na obra de Platão para refletir sobre o homem tecnológico, ligado por uma série de conhecimentos, mas prisioneiro dele mesmo ao se prender aos desejos de um local regido pelo poder capitalista, além de ser um grande Centro³ tecnológico. Assim, nosso propósito de pesquisa se volta para

³ Cidade apresentada por Saramago, em *A Caverna*, que pelo seu tamanho é chamada de Centro. Outro aspecto que caracteriza esse local é a predominância da tecnologia para realizar a todas as atividades do dia a dia, como uma dependência sem fim pelas telas dos aparelhos eletrônicos.

análise do interdiscurso e do *ethos* discursivo na *Caverna* de José Saramago.

Para tanto, desenvolvemos esta investigação tendo como embasamento os subsídios teóricos e as discussões feitas por Maingueneau (1990, 1996, 2000, 2006, 2007, 2008); Charaudeau (2013); Orlandi (2009), que retratam a Análise do Discurso, o interdiscurso e o *ethos* discursivo. Por conseguinte, nos propomos responder as seguintes questões que presidem nossa pesquisa: (a) como o interdiscurso é apresentado para a reatualização do mito da caverna de Platão por José Saramago em sua obra? (b) qual o *ethos* discursivo do personagem Cipriano Algor na obra *A Caverna*?

O *corpus* é constituído de um fragmento da passagem em que aparece Cipriano, presente em *A caverna*, de José Saramago, tendo como foco de análise o interdiscurso e o *ethos* discursivo. A escolha por este personagem deu-se em razão dele ser o maior representante do interdiscurso entre a obra de Saramago e a de Platão, representando uma quantidade significativa dos diálogos que fazem menção ao foco da nossa análise. Isso tudo se justifica pelo fato de ser ele a representação do homem que escolhe sair da caverna, fato que faz ligação com *A Caverna* de Saramago, assim como a caverna presente no mito de Platão.

O presente estudo está dividido em quatro partes, sendo elas: (1) Dominique Maingueneau e a Análise do Discurso de orientação francesa; (2) Categorias de análise: interdiscurso, cena discursiva e *ethos* discursivo; (3) A caverna de Saramago e o homem aprisionado do século XXI: interdiscurso e *ethos*. Por fim, a título de conclusão, afirma-se que são necessários novos estudos para haver um maior aprofundamento no campo da interpretação sobre o mito da caverna e

respectiva reatualização realizada por Saramago e outros escritores contemporâneos.

1 Dominique Maingueneau e a Análise do Discurso de orientação francesa

Dominique Maingueneau é um importante linguista francês, professor da Universidade de Paris IV-Sorbonne, apresentando estudos voltados para a Análise do Discurso. Suas pesquisas começaram a ser desenvolvidas por volta dos anos de 1970, apresentando ideias em que mostrava um quadro inseparável do texto e do contexto social da sua produção e circulação. Além de contribuir para a Análise do Discurso, os estudos de Maingueneau trazem importantes considerações para a análise literária mostrando formas de interpretar os textos.

O autor aborda que “a análise do discurso não tem *corpus* próprio: ela pode analisar o mesmo *corpus* que outras disciplinas, mas a partir de sua própria abordagem” (MAINGUENEAU, 2000, p. 3). À vista disso, entende-se que os estudos acerca dessa disciplina seguem suas próprias particularidades, assim como outras disciplinas que se ocupam do estudo de língua e textos. As discussões em torno da Análise do Discurso, desenvolvidos por Maingueneau, abrangem a importância dos gêneros para a construção dos discursos, uma vez que para ele é através dos gêneros discursivos que podemos identificar as intenções da formação de determinado discurso.

Desse modo, percebemos como a Análise do Discurso pode ser heterogênea

ao se considerar os seus determinados gêneros e situações para se constituir, todos os fatos ligados a um enlace de vozes e ideias. Afinal,

[...] mesmo quando não está abertamente interessada em ideologia crítica, a análise do discurso é, radicalmente, uma atividade crítica: ela atinge algumas ilusões fundamentais dos falantes – a ilusão de estar dizendo o que eles têm intenção de dizer, a ilusão de que o lugar de onde eles falam não é constitutiva da significação. (MAINGUENEAU, 2000, p. 4).

Uma vez proferido, o sujeito deve levar em conta os impactos do seu discurso, como é o caso dos discursos reatualizados, em que o sujeito transmite uma ideologia discursiva sob um novo ponto de vista ao outro sujeito. Todo discurso, assim como todo gênero do discurso, tem o seu significado e papel no discurso do outro.

É importante o sujeito do discurso saber que a “Análise do Discurso não é para os analistas apenas para preencher algum vazio na linguística do sistema” (MAINGUENEAU, 2007, p. 16), pois ela além de ser uma extensão da linguística, veio reconfigurar todo o conjunto de conhecimentos acerca do discurso, em que o seu estudo abrange todo o conjunto da formação do discurso pelo sujeito.

O autor ressalta ainda que

[...] o interesse que governa a análise do discurso seria o de apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, o que significa dizer que seu objeto não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une por intermédio de um dispositivo de enunciação específico. (MAINGUENEAU, 2007, p. 19).

Portanto, o posicionamento do sujeito na construção do discurso reflete muito para as análises a serem realizadas, uma vez que para o analista o que interessa é a motivação para a formação de tal discurso, bem como os interesses por trás dos enunciados proferidos. Afinal, “a Análise do Discurso está longe de ser considerada homogênea” (MAINGUENEAU, 2007, p. 20), a heterogeneidade do sujeito e o seu discurso contribuem para o campo de pesquisa da disciplina em que pudesse ser ampliado o campo da linguagem, não se detendo mais à pequenas partes do enunciado, mas sim na sua composição geral.

Dessa forma, a Análise do Discurso é vista pelo autor como uma disciplina da linguística do discurso em que os analistas utilizam a diversidade da AD para trabalhar um determinado *corpus* em várias vertentes, focando no sujeito e suas interações sociais, a fim de identificar e interpretar os discursos e as situações que o formaram.

1 Categorias de análise: interdiscurso, cena discursiva e *ethos* discursivo

1.1 Interdiscurso e sua tríade

Em tese, o interdiscurso é constituído tanto de diferentes discursos que se complementam, apresentados em contextos históricos e sociais, como de discursos que se opõem, ou até mesmo em estado de antagonismo. Por isso, falar de interdiscurso é uma forma dos analistas do discurso refletirem sobre a identidade discursiva de determinado sujeito. Em outras palavras, o discurso torna-se uma

ferramenta para que se possa compreender a forma contínua com que os sujeitos interagem com outros sujeitos, formando um discurso, reformulando e repassando esse discurso, possibilitando assim novas estruturas discursivas provindas. Dessa forma,

o interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma formação discursiva é levada [...] a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a degeneração de determinados elementos. (MAINGUENEAU, 1997, p. 113, itálicos dos autores).

Portanto, a noção de interdiscurso mostra como a formação discursiva é uma área aberta, instável, e não estabilizada acerca das perspectivas de mundo de um sujeito e/ou grupo social. (MAINGUENEAU, 1997). Um ponto importante para se compreender a constituição do interdiscurso é a ideia de que ele é formado por vários outros discursos provenientes de um momento histórico, social e de diferentes sujeitos.

Trata-se, pois, dentro dos tradicionais estudos da análise do discurso, da explanação e discussão acerca da heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, ou seja, “a primeira a incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75). A heterogeneidade mostrada é identificada através

as formas linguísticas do discurso, seu nível sintático; a heterogeneidade constitutiva mostrada através das diferentes ideologias, histórias e formações discursivas de um sujeito.

Em seus estudos, Maingueneau nos apresenta uma nova forma para expor o interdiscurso, uma fórmula composta por três elementos: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

O primeiro elemento, denominado *universo discursivo*, é definido por Maingueneau (2008) como de pouca utilidade para os analistas, uma vez que ele representa “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. Este conjunto é necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela AD” (MAINGUENEAU, 1997, p. 116).

O universo discursivo, como o próprio nome sugere, abarca as formações discursivas, por esse fator ele acaba se tornando finito, pois representa a formação de enunciados em uma determinada época através de formas variadas de práticas discursivas. O autor ressalta, ainda, que apesar de serem finitos, os discursos no universo discursivo não são apreendidos em sua totalidade, mas permite a formação de uma unidade afunilada de formações discursivas, nomeada por *campo discursivo*, sendo assim, o segundo componente da tríade do interdiscurso.

Desse modo, Maingueneau (2008) mostra que o *campo discursivo* se caracteriza como sendo:

Um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. ‘Concorrência’ deve ser

entendida da maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc. [...] entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modelo pelo qual ela deve ser preenchida. (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

É no campo discursivo que os discursos podem se tornar concorrentes, seja do campo político, religioso, filosófico, literário, através das formações discursivas, a partir das quais serão observados os efeitos de confronto, concordância, ou até mesmo neutralidade acerca dos discursos inseridos em cada um desses campos. De modo geral, é nessa conjuntura das formações discursivas que os discursos podem se constituir em concordância com outras formações discursivas já existentes, como também podem se constituir contrapondo a essas formações, pois mesmo pertencendo a um mesmo campo, os discursos podem se constituir de outras formas.

Assim sendo, somos direcionados à discussão acerca do terceiro componente da tríade do interdiscurso, definida por Maingueneau (1997) por *espaços discursivos*, que

[...] delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursiva que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. (MAINGUENEAU, 1997, p. 117).

O analista do discurso, ao isolar determinado espaço discursivo, o faz com

base em seus conhecimentos históricos, fundados de questões de análises específicas para aquele discurso, as quais podem ser ou não confirmadas no decorrer dos estudos realizados. Assim, Maingueneau (2008) mostra que com essa tríade pretende ir “além da distinção entre heterogeneidade ‘mostrada’ e heterogeneidade ‘constitutiva’, revelar a relação com o Outro independentemente de qualquer forma de alteridade marcada” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37), uma vez que o analista não será limitado ao processo de citações e alusões de um determinado discurso.

Nesta perspectiva, o interdiscurso, apresentado nos estudos de Maingueneau, é definido através de uma interdiscursividade, ou seja, discursos colocados em relação com outros discursos. Assim, “reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35-36, grifos dos autores).

Portanto, a categoria do interdiscurso na AD é uma importante ferramenta de análise e compreensão da constituição dos discursos, possibilitando o entendimento dos vários discursos no meio social. O interdiscurso mostra a relação do discurso com outros discursos e com ele mesmo, sendo possível entender sua constituição e as escolhas realizadas para sua formulação.

1.2 Cenas do discurso

Supõe-se que para compreender um enunciado em sua totalidade o leitor deve apenas conhecer as normas de constituição do gênero discursivo ao qual aquele enunciado está ligado. Mas, isso se torna insuficiente quando, em um determinado momento, nos deparamos com um enunciador que está nos oferecendo um determinado produto (cena englobante) em forma, por exemplo, de um poema (cena genérica), pensamos de início que estamos em uma situação de encenação poética (cenografia), mas estamos no meio de uma propaganda em forma de versos, ou seja, uma maneira criativa do enunciador (vendedor) conquistar a atenção do seu co-enunciador (cliente/consumidor). Nestes termos, o que vai definir a compreensão do enunciado será o quadro cênico que o engloba, pois conforme Maingueneau (2002, p. 85) ressalta, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é *encenada*”.

O discurso é a junção da forma como o sujeito usará a materialidade do texto com as formações discursivas provenientes do contexto histórico, social e cultural em que está inserido. Permitindo dessa maneira, a manifestação das três cenas da encenação enunciativa do discurso: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*. Sendo nessa última onde se encontra o sentido do discurso em si, revelando como esse discurso realmente está sendo apresentado do enunciador ao co-enunciador, fazendo com que a cena englobante e a cena genérica fiquem em segundo na análise do enunciado. Portanto,

A cenografia é, assim, *ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra*; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual vem a fala é, precisamente, *a* cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar sua candidatura em uma eleição etc. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 96, itálicos dos autores).

Com isso, podemos afirmar que é a partir da encenação do enunciado que esse se legitima, que o enunciador consegue dar validade a sua voz e ao que propõe em seu discurso. A cenografia mostra de onde o discurso surge, com qual intenção ele está inserido em determinado momento, fazendo com que o *ethos* – categoria que iremos abordar mais adiante – do enunciador seja construído pelo seu co-enunciador. O enunciado mostra uma cena que através dele mesmo necessita legitimar o que está sendo encenado.

É nesse quadro de análise, guiado por essas três cenas distintas, que a cena da enunciação é desvendada nos estudos da AD. Assim, falaremos mais sobre esses elementos para que possamos compreender melhor sua contribuição para a AD, seu objeto e a formação do *ethos* discursivo.

1.3 *Ethos* discursivo

Vimos anteriormente que todo e qualquer discurso possui categorias para a sua constituição – também chamados de discursos constituintes – e tem o *ethos* discursivo como parte dessas categorias. Em seus estudos, Maingueneau apresenta a definição de *ethos* partindo da retórica, uma vez que foi através dos pressupostos

de Aristóteles que esse termo veio ingressar nas análises de algumas áreas de estudo, entre elas, a Análise do Discurso. Nos termos da retórica, o *ethos* é visto como uma forma de construção do discurso em uma vertente que cause uma boa impressão, como forma de persuadir/convencer o auditório através da imagem criada de si pelo seu discurso. Assim, “o destinatário deve então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 13), e então cabe ao orador passar ao destinatário a confiança do seu discurso, seguindo um caminho em que o auditório possa ver a imagem de um discurso confiável, regido por prudência, virtude e benevolência, características sugeridas por Aristóteles.

Maingueneau (2008) ressalta, ainda, que, o *ethos* apesar de estar ligado ao ato de enunciação, o público constrói o *ethos* do enunciador antes mesmo desse falar. Dessa forma, é importante levar em consideração alguns fatores que compõe o enunciado, como, por exemplo, o gênero do discurso, uma vez que a partir deste o público/leitor pode perceber as intenções do autor/locutor. É importante destacar que “o *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores: o *ethos* pré-discursivo, o *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*)” (MAINGUENEAU, 2006, p. 270, grifos dos autores), de forma direta ou indireta o locutor/autor apresenta seu *ethos* discursivo perante ao seu público, sendo esse momento realizado antes mesmo que ele pronuncie algo.

Saindo da retórica, percebemos como o *ethos* está presente em diferentes modalidades. Maingueneau (2006) nos mostra que a noção do *ethos* permite

associar o corpo e discurso e que através do discurso pode-se perceber como este é articulado, ligado a algum fator histórico, permitindo uma movimentação maior para a identificação do discurso em vários fatores de constituição. Dessa forma, o *ethos* é percebido através da interação na cena da enunciação ao qual o *ethos* faz parte. Maingueneau mostra alguns deslocamentos que a AD deve fazer para que assim, possa integrar o *ethos* aristotélico. O autor mostra que

[...] em primeiro lugar, precisa afastar qualquer preocupação ‘psicologizante’ e voluntarista’, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. (MAINGUENEAU, 1997, p. 45).

Levando em consideração esse primeiro aspecto, a AD deve conceber o *ethos* levando em consideração vários fatores que formam a cena enunciativa, o que é dito tem um significado em relação às formações discursivas que o geraram. Dessa forma, “em segundo lugar, a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito” (MAINGUENEAU, 1997, p. 46), uma vez que a AD, diferentemente da retórica, não leva em consideração apenas o oral, mas também o escrito em suas análises e construção do *ethos*, pois assim como o ato da fala, o ato da escrita também representa uma voz, essa constitui, conseqüentemente, um *ethos*.

O *ethos* discursivo apresentado por Maingueneau em seus estudos leva em consideração que “o discurso constituinte reúne seus consumidores *mostrando* (no

sentido da pragmática) um *ethos*, uma certa maneira de habitar seu corpo. Através desse *ethos* o enunciador se investe de uma identidade e confere uma a seu ouvinte/leitor” (MAINGUENEAU, 2000, p. 11, grifos dos autores). Assim sendo, o *ethos* discursivo será resultante das proporções que forem apresentadas na cena de enunciação, o sujeito permite que uma identidade seja construída através do seu discurso, seja esse falado ou escrito – esse segundo, é o caso do *corpus* de análise desse trabalho.

2 A caverna de Saramago e o homem aprisionado do século XXI: interdiscurso e *ethos*

Com base nos pressupostos teóricos apresentados anteriormente, abordamos o processo de análise do *corpus* selecionado. Analisamos a fala ligada ao Cipriano Algor em *A Caverna*, de José Saramago, com o propósito de investigar como se constitui o *ethos* dessa personagem em relação ao conhecimento e ao Centro dentro da obra, e como o interdiscurso está presente na construção do enredo da obra. É importante destacar que preservaremos a escrita original da obra, ou seja, escrita do português de Portugal, uma vez que o autor não permite a tradução dos seus textos para a variante do português existente no Brasil.

2.1 As ações que levam até o conhecimento

Temos, em um dos momentos do livro, uma reflexão em volta do Cipriano acerca da visão, do que os olhos são capazes de enxergar e o que eles ignoram. O

oleiro está se dirigindo até o Centro com uma nova proposta de trabalho, onde pretende apresentar ao Centro o plano de fabricação de bonecos de barro, já que sua louça foi considerada ultrapassada pelos chefes do departamento comercial do Centro, ao serem colocadas em comparação com as louças de plásticos surgidas com o avanço da industrialização. Somos levados à reflexão acerca do crescimento daquela metrópole e tudo quanto a rodeia, inclusive o conhecimento.

Fragmento

- Vamos lá ver o que isto virá a dar, murmurou o oleiro [...]. Hoje a furgoneta vai vazia, Cipriano Algor já não pertence ao grémio dos vendedores pela razão irresponsável de que o seu fabrico deixou de interessar, agora leva meia dúzia de desenhos no assento ao lado, [...] e esses desenhos são a única e frágil bússola desta viagem. [...]. Diz-se que a paisagem é um estado de alma, que a paisagem de fora a vemos com os olhos de dentro, será porque esses extraordinários órgãos interiores de visão não souberam ver estas fábricas e estes hangares, estes fumos que devoram o céu, estas poeiras tóxicas, estas lamas eternas, estas crostas de fuligem, o lixo de ontem varrido para cima do lixo de todos os dias, o lixo de amanhã varrido para cima do lixo de hoje, aqui seriam suficientes os simples olhos da cara para convencer a mais satisfeita das almas a duvidar da ventura em que supunha comprazer-se. (SARAMAGO, 2000, p. 89-90).

O homem tem a condição de cegueira diante fatos que lhe obrigam a refletir, a aceitar as consequências de suas ações, da sua própria verdade. Ele, por um momento, ver apenas o que lhe é conhecido, o que ele sente seguro em aceitar, o que ele pensa dominar.

Para apresentarmos a cenografia desse discurso, devemos fazer uma retomada ao que representa a cenografia, sendo ela definida por Maingueneau

(2002) como responsável tanto pela fonte do discurso, como também pelo que ele cria, como um sistema contraditório de interpretação, uma vez que o discurso inicia sugerindo algo, mas somente é validada no decorrer da enunciação. Assim, o Fragmento apresentado acima faz parte do campo discursivo literário, formado através da cena englobante e da cena genérica que Maingueneau (2002) vem definir como quadro cênico, ou seja, responsável pelo espaço estável do enunciado, seu sentido.

Dessa forma, o sentido do fragmento apresentado acima é composto por um discurso filosófico (cena englobante), cujo gênero literário (cena genérica) apresenta um homem em um dia rotineiro com projetos de trabalhos. A cenografia legitima esse quadro, mostrando um homem que está à parte de todos os homens em relação à visão do mundo e do conhecimento, uma vez que ele segue em frente com novas perspectivas – mesmo sendo elas limitadas ao seu pouco conhecimento de mundo. Aqueles homens ao redor e dentro do Centro só veem uma única verdade e ignoram as consequências dos seus atos, cegos perante a revelação de outras verdades e outros conhecimentos. Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 96) ressaltam ainda que a cenografia “não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, mas instituída pelo próprio discurso”, ela é responsável por um conjunto de fatores inseparáveis para o entendimento do enunciado.

Nesse sentido, a cenografia apresentada no Fragmento 1 é constituída por um homem, Cipriano Algor, pai de Marta, sogro de Marçal, oleiro de profissão, que ver todo o seu mundo ser questionado através do avanço tecnológico do Centro, e que é posto de lado no momento em que se julga não ser mais necessário, além de

que ver no Centro um ganho para seu sustento, mas também o aprisionamento do homem através do conhecimento cego que ele oferece. Assim, ao enunciar “*Vamos lá ver o que isto virá a dar*”, chama a atenção para o mundo a sua volta, reforçado pelo narrador, no qual, de acordo com Maingueneau (2002), o quadro cênico é passado a segundo plano diante a cenografia. Essa operação possibilita que o discurso filosófico, enunciado pelo narrador, ganhe legitimidade ao usar o Cipriano como ponto de partida para uma mudança, aceitação do novo, mas limitado pelos que julgam o conhecimento único e soberano, ignorando fatos que essa atitude provoca.

Dessa maneira, o discurso que compõe o fragmento apresentado não tem a intenção de mostrar apenas o homem em mais um dia de correria, de elaboração de projetos, de tentativas de arrumar emprego, mas sim de mostrar o homem em um cenário de caos, que durante sua passagem até o Centro se depara com as consequências que as mudanças da grande metrópole provocam, isto é, um mundo interno do homem sendo guiado apenas pelo que conhece, apenas pelo que ele mesmo cria e domina.

É nesse discurso que o enunciador deve tomar partido, uma vez que a cena englobante desse enunciado necessita que “nos situemos para interpretá-lo” (MAINGUENEAU, 2002, p. 86), pois a cenografia apresentada explora o mundo através da visão do homem e apresenta Cipriano como um guia para que possamos entender o que está acontecendo a nossa volta, é na cenografia “que é tanto condição como produto da obra, que ao mesmo tempo está ‘na obra’ e a constitui, que são validadas os estatuto do enunciador e do co-enunciador” (MAINGUENEAU, 2006, p. 252). O discurso do fragmento escolhido utiliza da

consciência do próprio homem para validar e ganhar a aceitação da filosofia e reflexão apresentada ao seu co-enunciador.

Cipriano, ao tomar o discurso “Vamos lá ver o que isto virá a dar”, assume a posição de homem disposto a tentar novo caminho, mesmo diante de uma travessia sinuosa, cheia de desafios e de possíveis repúdios por parte daqueles que estão a sua volta. É essa a cenografia que o enunciado cria e, ao mesmo tempo, o enunciado que a cenografia autentica. É importante destacar, ainda, como complemento do quadro da enunciação, o enunciado proferido pelo narrador em volta de Cipriano: *“seriam suficientes os simples olhos da cara para convencer a mais satisfeitas das almas a duvidar da ventura em que supunha comprazer-se”*.

Por meio desse discurso, o enunciador mostra o restante dos homens, estes com uma visão limitada, onde eles que são possuidores da tecnologia, da grande metrópole (Centro) enxergam apenas o que acham que lhes dão prazer, o que é palpável e supremo na sua própria visão. Cipriano coloca-se como o homem que enxerga além das limitações do Centro, ou da Caverna, e mesmo com sacrifícios busca uma luz para que possa solucionar seus problemas e os da sua olaria, indo contra a limitação do Centro, que vê na tecnologia apenas, vasilhas de plástico, sinônimo de avanço, lucro e sucesso. Portanto, a cenografia mostra que o homem pode ser dono do seu destino, basta ele escolher ir contra ou não à escuridão, das limitações que os outros colocam em seu caminho. Ele pode crescer, basta ir e tentar ver o que acontece.

Temos ainda a possibilidade de identificar o interdiscurso. Da mesma forma como a cenografia possui a sua volta o quadro cênico, o interdiscurso possui

uma tríade formada, segundo Maingueneau (2008), por: universo discursivo, representando um conjunto finito de formações discursivas, ao qual os analistas mal recorrem no momento de estudo; campos discursivos, conjunto de formações discursivas que se encontram no universo discursivo, e assim, se delimitam, pelo fato de estarem em uma concorrência; por fim, na tríade do interdiscurso, encontramos os espaços discursivos, que representam os conjuntos de formações discursivas que os analistas, diante de seus objetivos, selecionam como importantes para pôr em relação, facilitando a análise de partes menores dos discursos.

Diante disso, ao analisar o fragmento 1, “*diz-se que a paisagem é um estado de alma, que a paisagem de fora a vemos com os olhos de dentro*”, somos levados a uma intensa passagem, em que o sujeito apresenta uma paisagem devastada, mas que o homem não enxerga, ou ignora por não ser do seu interesse. Sendo o enunciado que nos leva de volta ao trajeto do homem na caminhada em busca de conhecimento, em que muitas das vezes, ele absorve aquilo que apenas lhe é essencial, ignorando fatores que podem contribuir para uma educação interdisciplinar, tornando-se cego às várias oportunidades que podem atravessar seu caminho.

Ao nosso cotidiano, podemos levar como exemplo o embate das ciências, onde cada área acredita veementemente em sua teoria; as religiões, que servem de embate entre aos mais variados sujeitos, em que estudam a fé do outro com o objetivo de atacar e desconstruir seus ideais; e o governo, que luta acima do outro por direitos que julgam ser seu por direito de formação e hierarquia superior.

Através da cenografia, percebemos como o sujeito tenta atravessar a

passagem devastadora, tenta construir novas ideias, mas os caminhos são difíceis quando outros não abrem seus olhos. Vale salientar que, “o discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir um caminho” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 172), o interdiscurso representa, de acordo com os estudos de Maingueneau (1997), uma reconfiguração das formações discursivas.

Quando nos deparamos com o enunciado – *Diz-se que a paisagem é um estado de alma, que a paisagem de fora a vemos com os olhos de dentro, será porque esses extraordinários órgãos interiores de visão não souberam ver estas fábricas e estes hangares [...] o lixo de ontem varrido para cima do lixo de todos os dias, o lixo de amanhã varrido para cima do lixo de hoje, aqui seriam suficientes os simples olhos da cara para convencer a mais satisfeitas das almas a duvidar da ventura em que supunha comprazer-se* – somos levados ao discurso proferido por Platão, no livro VII, na obra *A República*, em que o filósofo, apresenta a caminhada do homem até chegar ao fim do caminho fora da caverna a qual estava aprisionado, mas que em um primeiro momento, ao ver a grande luz, este homem fica cego, levando um tempo para se acostumar com a claridade e assim tomar conhecimento do mundo que estava ao seu redor.

Posteriormente, o filósofo nos apresenta o poder da visão, mostrando como ela oportuniza ao homem conhecer o mundo e a si mesmo, tendo que a alma se elevará e ele será capaz de ver o bem e o mal, refletir e corrigir o que antes não era visto, uma vez que agora o sujeito ganha conhecimento, sai da ignorância, da escuridão.

Já no enunciado destacado acima, encontramos que a cegueira do homem se dá pelo conhecimento que ele já possui, ele ignora certos trajetos da passagem, observando apenas o que lhe convém, o que não denuncia sua irresponsabilidade diante o mundo a sua volta. A relação entre esses discursos é possível através da memória, já que “o discurso é também dominado pela memória de outros discursos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 325).

Dessa maneira, o enunciador busca na nossa memória o reconhecimento do seu discurso, validando sua fala, reformulando de acordo com as necessidades enunciativas atuais a mensagem do seu enunciado. Portanto, é compreensível a origem desses discursos, isto é, sua convergência para o mesmo ponto, mas modificados e apresentados na história em contextos particulares no momento que são enunciados.

Conforme apresentado, a cenografia deve sustentar pelo seu próprio enunciado, o que ela própria diz, a cenografia apresentada pelo narrador apresenta seu *ethos* e valida Cipriano fiador do seu discurso e como representação do homem que busca o avanço no meio de um cenário aparentemente evoluído, mas na verdade preso em sua própria filosofia.

O enunciador, por meio do seu discurso, mostra como o homem pode ser independente no meio social em que ele vive, estabelecendo seu futuro de acordo com o desejo de mudar e aceitar novas possibilidades e perspectivas de evoluir. Quando o Cipriano toma posição e enuncia que “*Vamos lá ver o que isto virá a dar*”, ele sai do estado de letargia e assume o lugar de alguém determinado, forte, com novos planos e com a clareza necessária para saber os perigos desse mundo que o

renega.

O enunciador, ao mobilizar preocupação com a transição entre uma paisagem a outra e como os olhos a enxerga, mostra seu *ethos* de alguém preocupado com a cegueira humana, que ver apenas o que lhe é necessário e prazeroso, deixando de lado as imundícies da humanidade contra sua própria raça. Dessa maneira, “o *ethos* constitui, um articulador de grande polivalência. Recusa toda separação entre o texto e o corpo, mas também entre o mundo representado e a enunciação que o traz” (MAINGUENEAU, 2006, p. 278). É nessa linha, que o Cipriano constrói sua identidade na cenografia, pois mostra que irá continuar seguindo e se arriscando no desconhecido, mesmo que isso não lhe traga nada. Um fator que contribui para a construção da sua identidade é a atual situação do homem moderno.

O *ethos* do homem no discurso evidencia a posição de alguém disposto a mudar, que mesmo cercado pela cegueira de seus companheiros mostra que o homem do século XXI está acomodado em uma caverna tecnológica, na qual o conhecimento está à disposição, mas que, diferente do que ele pensa, ele não o comanda, ele é comandado, ele é submetido pelo costume de viver numa paisagem onde tudo é colocado de lado, onde o velho não serve mais para o novo, e o conhecimento não é mais partilhado, ele é a arma para maiores disputas. É então, segundo Maingueneau (2002), através do enunciado, que o *ethos* é revelado, sendo possível conhecer a identidade do enunciador.

O enunciador, ao proferir que “*Cipriano Algor já não pertence ao grémio dos vendedores pela razão irresponsável de que o seu fabrico deixou de interessar*”,

mostra a validade do homem e do seu conhecimento, onde tudo que o vale é o interesse de crescimento constante, marca registrada do Centro, mas que para isso passa por cima de tudo e de todos, não se importando com as consequências desses atos. Dessa forma, esse enunciado permite dentro da cenografia a percepção de um *ethos* “do corpo apreendido por intermédio de um comportamento global” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99). Ademais, Cipriano é validado na cenografia como alguém que irá seguir em frente, sem se deixar acomodar pelo que já apreendeu.

Portanto, é válido ressaltar que “o caráter e a corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las” (MAINGUENEAU, 2002, p. 99), e o co-enunciador ao tomar partido dentro do enunciado através da cenografia, também valida o *ethos* do enunciador.

Considerações finais

Foi analisado o discurso da obra *A Caverna* de José Saramago, para mostrar como o autor reatualizou a obra de Platão por meio do interdiscurso, e como é apresentado o *ethos* discursivo do Cipriano. Para isso, selecionamos um fragmento da fala desse personagem, com o intuito de responder as questões que deram início a esse estudo, levando em consideração uma das metas de Saramago ao criar a obra: mostrar como o homem está alienado, dependente do capital e da tecnologia, cego diante de todo o conhecimento que possui. Dessa forma, nosso objetivo, no decorrer deste trabalho, foi analisar o Interdiscurso e o *Ethos* Discursivo na obra *A*

caverna de José Saramago.

Uma vez que para se chegar à apresentação do *ethos* e do interdiscurso, apresentamos a cena de enunciação do trecho analisado para que pudéssemos ter maior entendimento do excerto selecionado, compreendemos que o enunciado escolhido para análise, por meio do interdiscurso e do *ethos* de seu personagem, possui um valor filosófico. Entendemos que o autor busca a reflexão do seu leitor perante a situação que eles se encontram, e essa leitura nos leva a considerar que aquilo não está longe de nossa realidade.

No que diz respeito às categorias de análise escolhidas para o desenvolvimento desse trabalho, concluímos que as cenografias apresentadas no fragmento analisado partiam do cotidiano do homem até chegar a um momento filosófico em que o enunciador colocava o seu co-enunciador a assumir um local naquele enunciado e que tais cenografias exaltavam o poder de escolha do homem, mostrando a todo o momento que seu destino estava em suas mãos, cabendo ao sujeito dizer como deve viver e o que pode ou não fazer parte do seu pensamento. As cenas desse trecho permitem que o homem se coloque em reflexão sobre si, que ele veja que suas ações podem libertá-lo ou aprisionar para sempre.

Com relação ao interdiscurso, chegamos à conclusão de que os discursos encontrados no fragmento da obra de Saramago fazem parte de uma mesma formação discursiva, na qual o autor reatualizou os discursos primeiros para constituir o seu próprio. Os discursos encontrados durante a análise da passagem selecionada têm relação com partes distintas do Livro VII, da obra *A República*, de Platão. Dessa forma, o texto apresenta marca interdiscursiva filosófica, uma vez que

ele faz relação com o discurso primeiro (Platão).

Constatamos ainda que o *ethos* do Cipriano Algor, durante a evolução da narrativa, assume a imagem do sujeito que luta contra as armadilhas do Centro, a todo instante ressaltando que a mudança para metrópole significaria viver em uma prisão, pois lá não teria a liberdade de ser e fazer o que lhe formou como homem, mas que ao mudar-se para o Centro começa a ser conquistado pelas máquinas e pela modernidade que ele oferece, voltando apenas a imagem do sujeito autônomo ao se deparar com a caverna e os prisioneiros que lá foram encontrados, decidindo, portanto, abandonar aquele mundo e viver fora de suas correntes.

Por fim, entendemos que a pesquisa pode contribuir para as teorias da análise do discurso e para o fortalecimento de estudos vinculados aos postulados epistemológicos de Maingueneau, a partir dos quais podem ser utilizadas as categorias de interdiscurso, cena discursiva e *ethos* discursivo para a problematização e leitura dos discursos. Vale ressaltar que os apontamentos apresentados neste trabalho não devem ser considerados prontos e finalizados, assim como inquestionáveis, uma vez que acreditamos que desse mesmo *corpus* podemos ainda explorar outros elementos da análise do discurso e até de outras áreas de conhecimentos, a fim de aprofundarmos a interpretação sobre o mito da caverna, sobre sua reatualização realizada, por exemplo, a partir de Saramago.

Referências

- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
_____.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MAINGUENEAU, D. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, jan./jun., 2007.

_____. Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE*. Fortaleza, n. 2, v. 2, 2000.

_____. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 65-74, jul/dez., 1990.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PLATÃO. *A República*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

SARAMAGO, J. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARTIGO

Nas trilhas do discurso: as contribuições de Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux

Anderson Lins Rodrigues¹

Manassés Morais Xavier²

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir algumas especificidades do arcabouço teórico de duas vertentes de análise do discurso: a perspectiva denominada Análise Dialógica do Discurso (ADD), situada a partir das ideias de Bakhtin/Voloshinov e a Análise do Discurso, cuja orientação advém das reflexões de Michel Pêcheux – AD pecheuxtiana, com fulcro na ideologia como constitutiva dos sujeitos e dos sentidos. Para consecução desse objetivo, faremos o contraponto de alguns de seus pressupostos, como as noções de *língua*, *discurso*, *signo*, *ideologia*, *indivíduo social/sujeito* e *sentido (efeito de) sentido*, com os postulados de Ferdinand Saussure, bem como tentaremos estabelecer um diálogo/duelo entre as ideias defendidas pelas duas vertentes.

Palavras-chave: Discurso; Análise do Discurso; Dialogia; Ideologia.

Introdução

Para efeito de início: *o ponto de vista cria o objeto*

Estudar Linguística exige tomar decisões em relação ao que priorizar no estudo da língua, ou seja, a que “porção” dela estamos nos referindo, que ponto de vista será escolhido. Essa é uma reflexão que deve ser feita quando se pretende

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da professora Evandra Grigoletto.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal de Campina Grande.

analisar um objeto tão multifacetado e heterogêneo.

Pelo exposto, é possível depreender que a Linguística se propõe a estudar cientificamente o objeto *língua*. Contudo, essa definição é passível de questionamentos em razão da fluidez que caracteriza esse objeto, de tal modo que podemos nos questionar se, a depender da “lente” (enfoque teórico) com a qual se olha o objeto, ele permanece sendo o mesmo.

Essa provocação nos faz pensar que a língua pode assumir contornos diferentes, à medida que for analisada por distintas lentes e, sendo assim, a Linguística teria um feixe de fenômenos (objetos) relacionados entre si, pesquisáveis de pontos de vista variados e independentes uns dos outros (BORGES NETO, 2004).

Nesse sentido, o objetivo de observação/estudo pode atuar para (con)formar o objeto, que não está pronto, ao contrário: precisa ser delimitado/recortado via perspectiva teórico-metodológica, ou seja, é preciso conceber que entre objeto observacional e objeto teórico há um necessário processo – o que Bachelard (1982) denomina de *geometrização do real*.

A respeito da dinâmica inerente à investigação científica da língua, Dascal (1982, p. 18-19) considera que, mesmo em curto espaço de tempo, a Linguística vem sofrendo significativas transformações:

Os métodos de observação e análise dos dados, a própria delimitação do objeto de estudo e, conseqüentemente, também os resultados obtidos – nada ficou imune a essas mutações. Longe de terem cessado, elas continuam a processar-se ainda hoje, diante de nossos olhos. Teorias diferentes, muitas vezes opostas em relação a questões fundamentais, continuam disputando a primazia dentro da linguística atual. A evolução recente dessa disciplina, portanto, constitui-se num

campo privilegiado para o estudo dos vai-e-vens do pensamento científico.

As palavras do autor não deixam dúvidas acerca do edifício teórico e metodológico em contínua (re)construção. Dizendo com outros termos: a Linguística continuaria sendo convulsionada por debates e controvérsias. É, pois, um campo de estudos “instável”, a começar pela imprecisão conceitual de seu objeto, bem como pelos resultados conflitantes que, ainda que considerem o “mesmo” lastro: a língua tem revelado que há sempre novos questionamentos a ser feitos, outras nuances a ser contempladas e outros pontos de vista que devem ser levados em conta para mirar um objeto eminentemente plural.

Toda essa discussão pode ser relacionada ao que Ferdinand Saussure – marco da Linguística enquanto campo científico do conhecimento humano – afirmou:

Alguém pronuncia a palavra nu: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente do Latim *nudum* etc. **Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.** (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15, grifos nossos).

É possível pensar, de acordo com as ideias de Saussure, que a sua concepção de fazer ciência alinha-se às possíveis interpretações de um dado objeto e que, assim, passa a ter existência a partir de um ponto de vista, e não o contrário.

Consideramos necessário iniciar nossas reflexões com esse preâmbulo, a fim de esclarecer que, do lugar teórico em que nos situamos, não concebemos a ideia de que há um *a priori* que anteceda um ponto de vista, ou seja, não há um objeto predecessor a um modo de observá-lo, investigá-lo. E é nessa direção de sentidos que propomos pensar as duas perspectivas de análise do discurso enquanto arcabouços teórico-analíticos que reivindicam a prerrogativa de dizer o discurso no batimento com o social, o histórico, o político e o ideológico.

Em outras palavras, assim como há na Linguística vertentes teóricas para refletirem sobre a língua, igualmente há gestos teórico-discursivos que se configuram a partir de “disputas” por uma enunciação legitimada sobre o objeto discurso. Por fim, cremos ser prudente, no intuito de evitar valorações a uma perspectiva em detrimento de outra, fazer a ressalva de que “filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas, em determinadas condições de produção” (ORLANDI, 2007, p. 11).

Dito isso, na seção seguinte, verticalizaremos essas reflexões, objetivando entender como as perspectivas em tela privilegiam o estudo da língua, do discurso e de seu entorno, partindo das ideias de Saussure, mas, ao mesmo tempo, ampliando-as.

1 (Re)significando pontos de ancoragem: Estruturalismo e ciência da língua

Para avançarmos em nossas reflexões a respeito das duas perspectivas de análise do discurso, acreditamos ser preciso recapitular, sumariamente, alguns dos

postulados saussurianos, ao pensar e estabelecer a língua como objeto da Linguística.

Saussure privilegiou uma perspectiva que concebia a língua desvinculada do contexto social (exterioridade), sem relação com os indivíduos que dela faziam uso, mas como uma forma isolada, onde apenas havia relação entre os elementos linguísticos desse sistema codificado. Assim sendo, o indivíduo, usuário da língua, era inerte, passivo em relação a esse sistema (já estruturado) e ao meio social.

É o que define o posicionamento do paradigma formalista em que Saussure se situa nos estudos linguísticos. Esse paradigma caracteriza-se pela autonomia da sintaxe da língua, pela sistematização soberana do código. “Em outras palavras, de forma geral, o formalismo da gramática chomskiana é definido pela priorização do “formal” [...] e pela imposição de uma metodologia de pesquisa que trata esse “formal” com absoluta independência de suas relações” (BORGES NETO, 2004, p. 84, grifos do autor).

Assim, partindo das ideias de Saussure, mas, sobretudo, elegendo outro olhar para a língua, o campo de estudos filosóficos, aqui sintetizados, como dissemos, a partir do pensamento de Bakhtin/Voloshinov e de Michel Pêcheux, viram nos estudos linguísticos uma possibilidade de intervenção política, de modo que o aspecto semântico, o social e os indivíduos/sujeitos, em sua prática languageira, pudessem ser contemplados, permitindo, desse modo, o entrelaçamento entre ideologia e língua(gem).

A nosso ver, em ambas as perspectivas filosóficas há, notadamente, uma crítica à ideia de indivíduo apenas como suporte da estrutura linguística, anterior e exterior a ele, bem como à concepção de que o sentido se dá, tão-somente, na/pela

relação intrassistêmica.

Esse outro ponto de vista para a língua(gem), a propósito, é responsável por consideráveis deslocamentos no campo de estudos linguísticos, permitindo outras possibilidades de análises que concebesssem o exterior – sujeito e sociedade – para o/no “interior” da língua(gem), como aspectos constitutivos e, por isso, decisivos para a análise da língua em uso, numa perspectiva funcional.

Deve-se, também, a esses paradigmas filosóficos o caminho percorrido pelos estudos da língua(gem) com as teorias sociointeracionistas, sociodiscursivas, dentre outras, que se debruçam sobre a prática languageira, entendendo que a língua é o resultado de interação entre sujeitos sociais, de práticas históricas, políticas e culturais. Podemos sintetizar, enfim, dizendo que, graças às reflexões filosófico-discursivas, começou-se a pensar o sujeito e o social na/da língua, sendo essa estrutura não mais inerte, mas dinâmica e mutável.

2 No entremeio do dialogismo e do ideológico: novos objetos, outros conceitos

Feitas essas considerações, propomos agora pensar sobre o alicerce teórico a partir do qual é erguido o pensamento de Bakhtin/Voloshinov, considerando, para isso, a noção de dialogia. Entendemos por dialogia, *grosso modo*, a relação social inextrincável entre “eu” – “tu”, ou seja, o “outro” e o “um” que se constituem, reciprocamente, de maneira que toda ação, no campo da língua(gem), é, necessariamente, orientada pela presença de um diálogo/duelo.

Essa proposição implica em consideráveis deslocamentos nos estudos da língua(gem), centrando-se em críticas às concepções de Saussure e aos (re)cortes por ele estabelecidos, ao descrever e analisar a língua. Nesse sentido, Bakhtin/Voloshinov estruturam, em torno das noções do “objetivismo abstrato” e do “subjativismo idealista”, suas críticas à concepção de língua sistêmica e imanente como uma estrutura onde o social e o sujeito não intervêm.

De acordo com essa crítica, a língua não poderia se reduzir a uma concepção sistêmica, mas necessitava dar conta das relações sociais e interindividuais. Em outras palavras, as relações entre indivíduos se estabeleceriam pelo viés linguístico. Portanto, a língua seria uma atividade/fato social que se funda nas necessidades de comunicação entre indivíduos inscritos no social.

À luz dos estudos bakhtinianos, a língua não pode ser vista como um produto sem vida, estanque, mas “banhado” pelo fluxo histórico e contínuo de indivíduos socialmente organizados. Nas palavras de Bakhtin (2015), a língua não é única, possui vida social a partir de universos concretos, reais.

Logo, depreendemos que para se estudar a linguagem e, conseqüentemente, a língua, é preciso, sob as lentes de Bakhtin: lançá-la no tempo e no espaço, o que adere a um pensamento sobre a inter-relação entre linguagem, sociedade e história. É necessário, pois, considerá-la em um corpo social, em espaços de vivências de grupos que se organizam para promoverem o exercício dialógico da linguagem e voltá-la para a estrutura, para a materialização corpórea de elementos linguísticos estruturados e estruturantes, articulados morfo e fonologicamente, e que são vinculadores de funções semânticas agregadoras de ideologias.

Já os pressupostos teórico-analíticos de orientação pecheuxtiana se fundam em um campo de estudos que se ancora no objeto língua para refletir sobre as relações entre língua/sujeito/ideologia materializadas no *discurso*. A proposta sinaliza para a compreensão de que discurso é efeito de sentido entre sujeitos ideologicamente constituídos e, por isso, para o discurso, convergem o político e o histórico, com suas normas e coerções sociais. É, portanto, no objeto discurso que podemos analisar a relação de atravessamento entre língua e ideologia.

Antes, porém, de avançarmos com essas reflexões, vamos pontuar alguns gestos da interpretação de Pêcheux às ideias saussurianas para formulação da proposta teórica de análise ideológica do discurso.

Inicialmente, notamos que as críticas feitas por Pêcheux (2009) ao Estruturalismo são fundamentadas ao passo que propõe que, entre a dicotomia *língua - fala*, há entremeios que a problematizam e a tornam mais complexa. Pêcheux, com esse gesto, reivindica a noção de *condições de produção*, que fazem funcionar um discurso, devidamente situado e com interlocutores/sujeitos inseridos em uma dada formação social e, por isso, afetados por uma estrutura ideológica.

A partir dessa direção argumentativa, acreditamos que se faz necessário transcender o nível da frase e contemplar o contexto extralinguístico (condições de produção). A questão, nesses termos, não mais se detém às relações entre a *língua* (sistema e sequência sintaticamente estável) e a *fala* (possibilidades de manifestação individual do locutor).

Entre essas duas instâncias “surge” um elemento novo: o discurso. E é Pêcheux que sinaliza para pensarmos no objeto discurso como “parte de um

mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas *nem puramente individuais nem globalmente universais*, mas que derivam da estrutura de uma ideologia” (PÊCHEUX, *op. cit.*, p. 75, grifos nossos).

A partir de Pêcheux, pensamos que o discurso, por não ser da ordem do individual (fala), nem do universal (língua), situa-se em um nível intermediário e só pode ser concebido através do trabalho de sujeitos inscritos no social e afetados ideologicamente.

Enquanto as abordagens estruturalistas focavam nos estudos da língua como sistema abstrato, a proposta teórica de Pêcheux objetiva descrever os arranjos textuais discursivos na sua intrincação material, pondo em suspenso a produção de interpretações. Dessa forma, Pêcheux, ao introduzir no estudo da língua um viés político e ideológico, mediante a articulação da língua com a história, acrescenta a questão do sentido, das significações e da interpretação, concebendo, com esse gesto teórico, a língua como a base material na qual se constroem os processos de significação.

A AD, dessa forma, ressignifica os limites da dicotomia clássica saussuriana *langue/parole* e a análise linguística do texto, que o concebia como um objeto fechado em si mesmo. Essa teoria se constitui como uma prática política de leitura, objetivando ler uma materialidade significante em sua discursividade, em sua filiação com o real e a história, na medida em que a relaciona à sua exterioridade constitutiva: um exterior, dizemos com respaldo em Pêcheux (2009, p. 258), “que é o conjunto dos efeitos, na esfera da ideologia, da luta de classes sob suas diversas formas: econômicas, políticas e ideológicas”.

Pelo exposto, é possível concluir que as duas vertentes de análise do discurso aqui discutidas, mesmo com suas especificidades, aproximam-se e contribuem de maneira significativa para as reflexões acerca da língua(gem), na medida em que inserem o social e os indivíduos/sujeitos.

Com a instauração de outras possibilidades de análise e reflexão linguística, observamos que estão postas as condições de emergência para outros/novos conceitos e objetos, tais como: *discurso*, *ideologia*, *sentido/(efeito de) sentido*, *indivíduo social/sujeito*, além da ressignificação de *língua* e de *signo*. É sobre essas questões que nos debruçaremos nas próximas páginas.

Para efeito de sistematização e com vista a estabelecer um contraponto, tanto entre as ideias das duas perspectivas em tela, como também entre elas e os postulados por Saussure, organizamos nossas reflexões, lendo, em um primeiro momento, as concepções dialógicas de *língua* e *discurso* (eixo dialógico 01) e, logo após, as representações ideológicas de *discurso* e *língua* (eixo ideológico 01)³.

Em seguida, abordaremos as concepções de *signo*, *ideologia*, *indivíduo social* e *sentido* (eixo dialógico 02) para, então, de acordo com o escopo teórico da AD pecheuxtiana, pensar sobre *sujeito*, *ideologia* e *(efeito de) sentido* (eixo ideológico 02).

³ Metodologicamente, ao elegermos esses dois eixos, não intentamos compreender que as questões ideológicas não foram pensadas e consideradas por Bakhtin e o Círculo. A nomenclatura dos eixos funciona, didaticamente, como uma possibilidade de localizarmos, nesse trabalho, o lugar das duas vertentes de estudos do discurso aqui representadas, a saber: ADD e AD pecheuxtiana.

2.1 Primeiro eixo dialógico – língua e discurso

É preciso retomar, inicialmente, a ideia de que Bakhtin/Voloshinov distanciam-se da concepção e do estudo de língua-sistema/código de Saussure e propõem que ela precisa dar conta das relações sociais e interindividuais e, por isso, só pode ser observada/analísada em suas condições materiais/verbais de acontecimento. Com esse outro olhar para o objeto da Linguística, esses filósofos demarcam novas fronteiras teórico-analíticas, sem desprezar a forma linguística, mas, privilegiando o movimento e a história em detrimento das características de fechamento e cristalização de tais formas.

A esse respeito, inclusive, eles elucidam que a verdadeira substância da língua não é construída por um sistema abstrato de formas, tampouco pela enunciação monológica isolada, mas pelo fenômeno social da interação verbal. Observemos que, com esse gesto, os bakhtinianos convocam a mobilização de outra concepção de língua, diferente da preconizada pelo Estruturalismo de Saussure que “não só pode prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão presentes” (SAUSSURE, 1916, *apud* INDURSKY, 2005, p. 102).

Essas considerações nos permitem dizer que a filosofia bakhtiniana compreende a língua como um corpo material de um corpo social e, por isso, se configura em seu funcionamento social e interacional entre indivíduos. Partindo desse contexto de reflexões, é possível percebermos que a concepção de língua postula a natureza social em detrimento da individual e, por isso, reflete os conflitos e confrontos entre valores sociais, o que nos leva a pensar esse objeto em seu aspecto

heterogêneo, suscetível a mudanças de ordem histórica e cultural.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1995, p. 123).

Decorre dessa constatação o fato de que, se a língua é um reflexo da ordem social, em havendo modificação nas estruturas sociais, haverá modificação na língua. Nesse caso, pelo motivo de refletir as variações sociais, a língua é, por excelência, heterogênea e variável.

Com o desenvolvimento dessas ideias e a inserção do exterior (social e sujeito) para a observação dos fatos da língua(gem), é possível sinalizar para outras categorias de análise, como *o discurso* – entendido como a concretude da língua, quando em uso por indivíduos que representam na enunciação suas (de sua classe social) posições valorativas.

A noção de discurso ganha importância de tal maneira que a filosofia bakhtiniana pondera que, para haver relações dialógicas, é preciso que o material linguístico tenha entrado no campo do discurso, tenha sido transformado em enunciado, tenha, ainda, fixado a posição de um sujeito social. Apenas por meio dessa relação de/entre posições valorativas é possível estabelecer relações de sentido.

Bakhtin (2010) lê o discurso como a efetividade da língua em campos de comunicação. O discurso, nessas condições, evidencia-se quando as práticas sociais

de linguagem assumem, ideologicamente e historicamente, compreensões dialógicas baseadas nas vivências culturais e filiadas a campos da comunicação.

Passemos, agora, para a discussão do primeiro eixo da perspectiva discursiva.

2.2 Primeiro eixo ideológico – discurso e língua

Sempre considerando a interseção entre a língua e o social, as ideias de Pêcheux problematizam a relação – sujeito/língua/ideologia – mediada pelo nível intermediário do discurso, ou seja, entre a singularidade individual (fala) e a universalidade (língua). Esse gesto teórico de Pêcheux tem como efeito a instauração do discurso como objeto da perspectiva discursiva que fundou.

Pêcheux, assim, entende que o discurso é um objeto social e, por isso, não poderia ser pensado pelo trabalho produzido por indivíduos que interagem, todavia, por sujeitos sociais – interpelados pela ideologia, inscritos em lugares sociais e identificados em posições-sujeito, a partir dos quais “produzem” “seu” discurso. Ainda segundo Pêcheux, o discurso é a materialidade da ideologia, lugar onde se encontram a língua e a historicidade para significar.

A partir desse direcionamento, é possível que pensemos o discurso como um objeto linguístico e também histórico, ideológico e social. Atributos que igualmente se aplicam à língua, entendida como objeto material do discurso e, nessas condições, sujeita a falhas e a deslizes de sentidos. Por ser o lugar material do discurso, a língua não é um mero sistema de signos, tampouco deve dar conta apenas das relações interindividuais, mas também do histórico e do ideológico e, sendo assim, os aspectos

do ambíguo, da ambivalência, do equívoco lhe são constitutivos.

Dessa forma, interpretamos que a orientação das ideias pecheuxtianas é a de que a língua sofre, reflete e refrata as ressonâncias de ordem ideológica e política e, por essa razão, se constitui não só pela relação sistêmica, mas, preponderantemente, pela sua relação com o exterior. É possível depreender, então, que a língua é uma materialidade significante revestida por condições externas de produção. É, ainda, a base dos processos de interlocução/comunicação, mas com a necessária consideração de seu funcionamento político-social e, por isso, discursivo.

Nesse contexto de discussões, é preciso sublinhar que, à revelia da proposta estruturalista sistêmica da língua, outras relações são possíveis, tais como: as relações de sentido existentes entre discursos que, a depender das condições de produção, podem, entre si, estabelecer efeitos de sentidos de confirmação/negação/sobreposição/sustentação. Com isso, a proposta pecheuxtiana sinaliza para a possibilidade de ampliar a percepção das relações linguísticas existentes, visto que discute o funcionamento extrínseco à/da língua.

Acreditamos, ainda, que essas reflexões permitiram que analisássemos a língua não apenas pelo nível da *organização* (ORLANDI, 2005), cujos espaços estão relacionados aos sentidos de regra, sistematicidade, linearidade; mas, também, pelo nível da *ordem*, o que significa dizer que a língua está no nível da falha e do funcionamento que só podem ser observados se levarmos em conta que a história ultrapassa os limites da sistematicidade linguística.

Dizendo com outros termos, ao ultrapassar a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem da língua (funcionamento, falha) e da

história (equívoco, interpretação). Portanto, é possível conceber o deslocamento da língua-sistema de signos para a língua materialidade do discurso – base comum para diferentes processos discursivos e, por isso, eminentemente opaca. Nessa perspectiva, o exterior lhe é constitutivo.

Enfim, de acordo com tais representações, língua e discurso são atravessados pela incompletude, pelo equívoco. Aqui, entende-se que o *impossível da língua* (tudo não pode ser dito) é algo constitutivo desse objeto – o *real* da língua (GADET & PÊCHEUX, 2010).

2.3 Segundo eixo dialógico – signo, ideologia, indivíduo social e sentido

Concebemos os conceitos dos objetos acima tão imbricados que optamos por discuti-los de maneira articulada. Começamos, então, pela noção de signo, defendida por Saussure como meramente linguístico, e que foi ressignificada pela filosofia dialógica, saindo da relação intrassistêmica para a sua relação com o social e com o ideológico.

Dizendo de outra maneira, o signo é entendido como *arena* onde e a partir da qual os indivíduos sociais se relacionam/dialogam e se confrontam, ou seja, sob a palavra, o signo agita-se como expressão/posição valorativa. É, pois, o resultado da fusão da palavra com a realidade concreta/material.

O signo, por isso, é ideológico: reflete e refrata valores sociais de tal maneira que, sem signos, não há ideologia. Essa relação inextrincável, inclusive, é necessária

para melhor compreendermos o funcionamento da ideologia via signo.

É possível interpretar que a ideologia se entrelaça com o signo e expressa uma consciência de classe (tensão entre forças). Dessa forma, a ideologia se situa entre indivíduos organizados socialmente e pode ser caracterizada como um conjunto de reflexos e das interpretações da realidade social que têm lugar na mente do homem. Em suma, essa força material, agenciada nos/pelos signos, organizam, reproduzem, expressam ou subvertem as relações histórico-materiais dos indivíduos.

Pela relação exposta entre signo, ideologia e indivíduo social, percebemos que há um considerável deslocamento na concepção de indivíduo como suporte da estrutura linguística para indivíduo social, que se constitui, organiza a vida em sociedade e “faz” sentido a partir da interação verbal com outro(s) indivíduo(s).

A relação interindividual e desses com a língua é tão decisiva para a concepção dialógica que podemos afirmar que a noção de língua se imbrica com a de indivíduo social, de maneira que sua atividade mental, sua materialidade subjetiva, suas intenções e seus desígnios conscientes não existem fora da materialização objetiva na/da língua.

De acordo com esse raciocínio, o indivíduo não é apenas um suporte da estrutura linguística, mas toma um lugar/se inscreve na língua a partir da classe social que representa e, desse modo, interage de maneira *consciente* do lugar social (posição de classe) que representa na enunciação. A mente do indivíduo social, portanto, possui uma natureza sócio verbal e seria estruturada mediante sua inserção no universo ideológico dos signos, através da interação social, o que, em outras palavras, quer dizer que a intersubjetividade precede a subjetividade.

E é dessa relação entre indivíduos e desse contexto mencionado que “surge” o sentido, ou seja, indivíduos dialogam/duelam pela/na arena do signo e o sentido “advém” como resultado desse diálogo/embate. Não é, portanto, de maneira alguma, intrassistêmico, mas, sobretudo, exterior, social.

O sentido, assim concebido, é de natureza interindividual, expressa um valor social que é estabelecido a partir da relação entre indivíduos socialmente organizados, pertencentes a uma mesma comunidade linguística e, ainda, existe em relação ao contexto econômico-político, ocupando-se das e através das relações dialógicas e ideológicas.

2.4 Segundo eixo ideológico – sujeito, ideologia e (*efeito de*) sentido

Ao alicerçar a teoria discursiva, Pêcheux relaciona, entre si, os conceitos de sujeito/ideologia/sentido e, nesse fito, amplia o conceito de indivíduo, deslocando-o da posição de seu estatuto subjetivista, isto é, consciente, intencional e *dono* de seu dizer, para sujeito-efeito da ideologia, discursivamente construído pela diferença.

Dito isso, a fim de melhor problematizar como os indivíduos se constituem em sujeitos e, nesse mesmo gesto, “fazem” sentido, propomos a discussão sobre *Interdiscurso e Formação Discursiva*. É sempre pertinente enfatizar, ao pensar em interdiscurso, que tomamos esse conceito como eminentemente plural, pois são inúmeros os enunciados que, de alguma forma, captamos e, por eles, somos captados. Eles (enunciados) estão no interdiscurso, ganhando corpo, sentido, e estabelecendo

relações de aproximação e de distanciamento, fazendo, através desse movimento, surgir as formações discursivas – regionalizações dos sentidos.

Aqui, cremos ser válido dizer que entendemos esses conceitos – interdiscurso e formação discursiva (FD) – com base nas características da heterogeneidade e da alteridade, haja vista que são, em seu conjunto, o resultado – indefinido e aberto – de uma diversidade de enunciados, sentidos e ideologias.

É o *interdiscurso* que aparece no cerne do processo de constituição dos sentidos, ao passo que as formas de agrupamento dos sentidos são as *formações discursivas*. Assim, o interdiscurso pode ser entendido como um conjunto disperso de enunciados que constitui a memória do dizer, ou seja, o a-dizer, com “seus sentidos” e com ideologias que estão nesse fio transversal que permite o “surgimento” de “outros/novos” discursos.

Já a FD, nas palavras de Pêcheux (2009, p.147), “é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. Podemos entender, então, que é a dimensão vertical, a do interdiscurso, que gerencia a repetição, ao passo que instaura o esquecimento, o apagamento. Assim, o interdiscurso de uma FD pode ser considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras da(s) FD.

É no interior desse sistema aberto, vazado, que se produz um conjunto de regras que definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem. Ou seja, é a própria FD, entendida como uma lei de série, princípio de dispersão e repartição dos enunciados, que define as regularidades que validam e legitimam os

“seus” enunciados constituintes.

Por isso, o modo pelo qual o indivíduo é constituído em sujeito não lhe é acessível, porque o sujeito que se define como “posição” se produz a partir de/em distintos e diversos discursos, numa relação regrada com o interdiscurso, definindo-se em função de uma FD pela/na relação com as demais. É nesse terreno onde o sujeito circula e promove deslocamentos, alterações no arcabouço do a-dizer, do formulável.

Pelo exposto, é perceptível que o sujeito, do ponto de vista da AD pecheuxtiana, é caracterizado pela dispersão, por ser eminentemente cindido, clivado, por ser constituído na relação com o interdiscurso. Não é consciente, não está inscrito em um lugar social e não está, necessariamente, organizado socialmente (luta de classes), mas “assume”, no/pelo discurso, posições-sujeito.

Atua sobre esse sujeito, ainda, o efeito da ilusão, advindo do *esquecimento constitutivo*: é (in)consciente, não tem acesso ao que está posto no *inconsciente*, para onde vão e se (re)formulam, por meio de duelos, embates e aproximações, as ideologias, os dizeres múltiplos a que foi exposto e, assim, o constituíram como tal – sujeito-posição, sócio histórico e ideologicamente constituído.

Na medida em que o indivíduo se constitui em sujeito, através da lingua(gem), que se inscreve na história para significar, estreita os laços com o sentido. Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Nesse processo de constituição do indivíduo em sujeito ideológico é decisivo o mecanismo da interpelação da ideologia, pois, em um mesmo gesto, constitui sujeitos

e sentidos.

Ao ser interpelado, o sujeito se identifica com determinados saberes de uma FD que lhe parecem evidentes. Essa identificação já é efeito da ideologia. Por isso, os estudos discursivos de orientação pecheuxtiana pensam a ideologia não só como expressão da consciência de classe, mas como mecanismo que estrutura sujeitos e sentidos à medida que atua na produção de um imaginário ou uma interpretação evidente.

Em sendo assim, a ideologia é o mecanismo que estrutura sujeito e sentidos. É ela que se “aloja” na materialidade simbólica da língua(gem) revestida de/por uma interpretação evidente, que tem como efeito desconsiderar/apagar o processo sócio histórico pelo qual se constituiu como tal.

A ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado. (ORLANDI, 2000, p. 65).

A noção de ideologia, como vimos, é entrelaçada ao campo do discurso pelo viés do sujeito (efeito da ideologia) que, ao se identificar com os saberes de uma FD, ao mesmo tempo, (se) diz e, assim, “(re)produz” sentidos, (re)afirmando a “sua” posição a partir da qual “seu” discurso é “(re)produzido”.

É essa relação, pois, que constitui a historicidade do sujeito e dos sentidos. Assim entendidos, os sentidos não estão postos, dados, não são o resultado da relação estabelecida entre indivíduos situados/organizados socialmente, mas são efeito(s) de

sentido – imagens possíveis que estão atreladas a um contexto instável e heterogêneo.

Os sentidos podem ser outros, diferentes e deslocáveis. São formulados no interior da e na relação entre FD, de modo que há efeito de sentidos diversos, mobilizados por diferentes sujeitos ideológicos, afetados por FD diversas e antagônicas que estão em confronto na cena discursiva.

O diálogo/duelo, aqui, não está na relação entre indivíduos sociais como expressão da luta de classes, não se dá na arena do signo, mas na tensão entre FD que disputam o sentido, ou seja, os sentidos entram em tensão pelo viés dos sujeitos por estarem inscritos em diferentes FD.

Considerações finais

Forjando um efeito de (in)conclusão

Pelo exposto, é possível afirmar que as duas perspectivas de análise do discurso – centradas nas reflexões bakhtinianas e pecheuxtianas – contribuíram para o desenvolvimento e a ampliação dos estudos linguísticos, na medida em que incluem o social e o sujeito como categorias que se relacionam com a língua(gem). Com vistas a retomar sumariamente a maneira como tais perspectivas promoveram essa movência nas reflexões linguístico-discursivas, elaboramos um resumo contemplando as suas especificidades.

No que se refere ao primeiro eixo, que contemplou os objetos língua e discurso, assim sintetizamos:

O dialogismo propõe que a *língua* precisa dar conta das relações sociais e

entre indivíduos, de maneira que deve ser analisado em/a partir de condições materiais/verbais de acontecimento. Nesses termos, situamos o **discurso** como a concretude da língua, quando em uso por indivíduos sociais que representam e estabelecem na enunciação suas posições valorativas.

Do ponto de vista da AD pecheuxtiana, o **discurso** se “aloja” entre a língua e a ideologia, é, assim, um objeto linguístico, histórico, social e ideológico. Não pode ser concebido pelo trabalho produzido conscientemente por indivíduos que interagem, mas por sujeitos interpelados pela ideologia e inscritos em lugares sociais a partir dos quais “(re)produzem” “seu” discurso. A **língua**, como sinalizamos, é o lugar material do discurso e, por isso, não deve apenas dar conta das relações entre indivíduos, mas, sobretudo, do aspecto ideológico.

Quanto ao segundo eixo, ideologia, signo, indivíduos sociais/sujeitos, sentido/(efeito de) sentido, chegamos a essas conclusões:

Para o dialogismo, a **ideologia** e o **signo** (arena verbal/encontro da palavra com a realidade concreta) se entrelaçam de tal forma que, só por meio desse encontro, é possível expressar uma consciência de classe (posição valorativa) de **indivíduos sociais** que organizam, subvertem ou reproduzem as relações em sociedade porque tomam lugar/se inscrevem na língua e, dessa forma, interagem de maneira *consciente* a partir do lugar social que representam. E é graças a essa relação entre indivíduos sociais que dialogam/duelam pela arena do signo que se dá a instauração do **sentido** – expressão de um valor social atribuído por indivíduos organizados socialmente.

Já os postulados pecheuxtianos propõem que o **sujeito** não é consciente e

dono de seu discurso, todavia, é interpelado pela ideologia. Logo, é sujeito-efeito da ideologia, construído discursivamente por meio da relação com o interdiscurso. Portanto, o sujeito não está, necessariamente, organizado socialmente (luta de classes), mas assume – no discurso – posições-sujeito.

De acordo com esse raciocínio, a **ideologia** não é expressão da consciência de classe, mas mecanismo que interpela e estrutura sujeitos, ao passo que atua na produção de um imaginário evidente do sentido (efeito ideológico elementar), que atua no apagamento do processo social e histórico pelo qual essa interpretação evidente se constituiu como tal. A ideologia, então, é o mecanismo que constitui sujeitos e (**efeito de**) **sentido** – aqui entendido como imagens, representações possíveis que estão articuladas a um contexto histórico-político. Portanto, o diálogo/duelo entre/pelos sentidos não acontece na arena do signo, mas na tensão entre FD que disputam os sentidos.

Enfim, concluímos a discussão afirmando que, ao recepcionar o conceito de dialogia e das práticas discursivo-ideológicas, as reflexões linguísticas trilharam um percurso em que a inserção da heterogeneidade permitisse a emergência de outro ponto de vista para a língua e seu entorno constitutivo, suas fronteiras. Graças a esses deslocamentos, é possível realizar abordagens para além do estudo das formas, do código intrassistêmico e, ainda, acentuar a importância dos sujeitos sociais que são constituídos, “formulam” sentidos e dialogam/duelam sempre mediados por língua(gens)/discursos.

Referências

- BACHELAR, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1982.
- BAKHTIN, M. *Teoria do romance I: a estilística*. Tradução, posfácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- _____. VOLOSHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BORGES-NETO, J. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- DASCAL, M. (Org.). *As Convulsões metodológicas da linguística contemporânea: fundamentos metodológicos da linguística, perspectivas da linguística*. Campinas: Edição do autor, 1982, Vol. IV.
- FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- GADET, F.; HALK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- INDURSKY, F. A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Mikhail Bakhtin: contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.
- ORLANDI, E. P. *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ARTIGO

Legitimidade e credibilidade nas manifestações de Mulheres em Hollywood e na França

Camila Kayssa Targino Dutra¹

Lizandra Geovana de Souza Oliveira²

Verônica Palmira Salme de Aragão³

Resumo: Publicado em janeiro de 2018, o *Manifesto Catherine Deneuve* teve grande repercussão no jornalismo internacional, por apresentar críticas às manifestações de mulheres – em sua maioria atrizes – de Hollywood, nas situações que envolveram as denúncias de assédio e abuso sexual. Com base na Análise Semiolinguística do discurso, pretendeu-se identificar de que modo a *visada de incitação* (CHARAUDEAU, 2004) é utilizada para defender um determinado ponto de vista no *Manifesto Catherine Deneuve*. Dentre os resultados observados, verificaram-se restrições na troca comunicativa devido à situação de enunciação concernente à legitimidade do *Manifesto* que defende a manutenção do *status quo* do patriarcado.

Palavras-chaves: Legitimidade; Credibilidade; Mulheres; Identidades Coletivas.

Introdução

O movimento de mulheres contra a opressão sofrida ao longo da história humana revela momentos de grande repercussão, como foram as sufragistas, no século XIX, com a conquista do voto feminino. Nesse contexto, Davis (2017, p. 17) destaca o renascimento do movimento de mulheres: “se a sua primeira onda começou

¹ Pesquisadora Voluntária PIBIC/UERN. Integrante do grupo de pesquisa GPELL/UERN. Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFRN e Bacharela em Direito.

² Graduanda em Serviço Social, UERN.

³ Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Programa de Mestrado Profissional – ProfLetras.

nos anos 1840, e a segunda, nos anos 1960, então, nestes últimos dias da década de 1980, estamos nos aproximando da crista de uma terceira onda”. De fato, é notório o crescimento da organização das mulheres na luta pela igualdade de direitos, em todos os setores da sociedade, reivindicando, ainda, o respeito às diversas identidades.

O contexto atual tem revelado uma verdadeira luta de forças que, por um lado, reforça a limitação de direitos das mulheres, como a criminalização do aborto, e por outro lado, inflama a luta com a união de mulheres de diversos setores da sociedade. Nesse sentido, a presente pesquisa volta-se para um estudo de caso ocorrido, em um primeiro momento, nos EUA, após uma enxurrada de denúncias de assédio sexual e, até mesmo, estupro contra um relevante diretor de cinema de Hollywood, Harvey Weinstein.

Um número considerável de mulheres, incluindo famosas, como Ashley Judd, Mira Sorvino, Angelina Jolie e Gwyneth Paltrow, dentre outras, denunciou em outubro de 2017, os assédios cometidos ao longo de décadas. Diferentemente da impunidade histórica de agressores, o Diretor Hollywoodiano foi demitido depois da publicação da revista *The New Yorker* do jornal *The New York Times*.

Com o apoio das redes sociais, o “caso Weinstein” desencadeou uma série de reações, como o movimento *#Metoo*, que conseguiu unir milhares de mulheres assediadas. O movimento teve por objetivo expor os abusos sofridos, cujas vítimas, antes silenciadas e reservadas a um lugar de margem, passam agora a ser percebidas, visando ao rompimento da imagem histórica da mulher assediada como responsável pelo assédio, e não a vítima.

Com isso, o primeiro evento de Hollywood no ano de 2018, a 75ª edição do prêmio Globo de Ouro, destacou-se pelas manifestações contra o assédio sexual na indústria do cinema. O tapete vermelho foi substituído pelo preto, pois seria a cor da solidariedade com as vítimas que tiveram a coragem de denunciar. Somaram-se, a isso, broches com a frase *Time is Up* (o tempo acabou) e contundentes declarações.

Nesse ínterim, surgiu, em janeiro de 2018, publicado pelo jornal francês *Le Monde*, um manifesto assinado por cerca de 100 personalidades francesas (EL PAÍS, 2018), criticando o movimento das atrizes norte-americanas, com o argumento de que se trata de um “puritanismo sexual em Hollywood” e “por vitimizar mulheres que recebem cantadas” (EL PAÍS, 2018). O manifesto, intitulado *Manifesto Catherine Deneuve*, por ser assinado por essa atriz de grande projeção na sociedade francesa, reacende o debate, tendo sido, desde então, muito criticado por intelectuais e artistas.

A tese defendida no *Manifesto* fundamenta-se no apoio a uma suposta liberdade sexual, como pode ser observado no argumento mais forte em que “o estupro é crime. Mas a paquera insistente ou desajeitada não é crime, nem o galanteio é uma agressão machista” (MANIFESTO, 2018), em que há a resignificação do conceito de “assédio”.

O *Manifesto Deneuve* desencadeou uma enxurrada de reações, como o artigo de Caroline de Haas, publicado no site da emissora de rádio *France Info*, no qual é veiculada a acusação ao documento de “banalizar a violência sexual”, bem como a retomada da distinção de sentido dos termos “assediar” e “seduzir” (EL PAÍS, 2018). Dias depois, Catherine Deneuve, em um artigo publicado no jornal *Libération*, pediu perdão às vítimas de abusos que se sentiram ofendidas pelo texto (EL PAÍS, 2018).

Assim, diante da contemporaneidade que tal assunto possui, teve-se como objetivo, no presente estudo, investigar de que modo a *visada de incitação* (CHARAUDEAU, 2004) do *Manifesto Catherine Deneuve* é utilizada para defender um determinado ponto de vista. Posteriormente, foi observada a presença de identidades que questionam e as que se enquadram em discursos sexistas. Para isso, foram analisados imaginários coletivos (produzidos pelos indivíduos que manifestam, por sua vez, valores por eles compartilhados), além da legitimidade e credibilidade dessas identidades, conforme Charaudeau (2015, p. 21).

1 A linguagem e a construção dos sentidos

A construção dos sentidos tem se tornado cada vez mais uma preocupação constante em diversas áreas do conhecimento. Como destacado por Fiorin (1988, p. 8), a linguagem é um “fenômeno extremamente complexo, que pode ser estudado de múltiplos pontos de vista, pois pertence a diferentes domínios. É, ao mesmo tempo, individual e social, física, fisiológica e psíquica”. Portanto, a tradição dos estudos linguísticos, baseados no conhecimento restrito à forma, não satisfaz os estudiosos atuais, que se voltam para a pesquisa do discurso, visando a uma abordagem comunicativa da linguagem para dar conta do conteúdo imaterial, ideológico, implícito, ou seja, das entrelinhas das manifestações verbais.

Nesse sentido, o presente estudo fundamenta-se na Teoria Semiollingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau, segundo o qual os sujeitos, na emissão de um ato de linguagem, são considerados em suas dimensões: *psicológicas*, uma vez que se

utilizam da cognição tanto na produção como na construção dos sentidos; *sociais*, tendo em vista os contextos em que se inserem (espaço, tempo, cultura, etc.) e *discursivas*, que dizem respeito à construção dos sentidos, a partir do emprego das formas (CHARAUDEAU, 2005). Para Charaudeau (2005, p. 11), esse sujeito é, portanto, “psico-sócio-linguageiro”.

Não se trata da apresentação sistematizada da teoria, porque o objetivo da presente discussão é abordar a problemática da *identidade* dos sujeitos nos processos de construção do sentido. Patrick Charaudeau considera, em seus estudos os aspectos cognitivos e sociais intrínsecos à linguagem. Segundo ele “a linguagem está no cerne da construção, tanto individual quanto coletiva, do sujeito, o que ocorre em três domínios de atividade humana: ‘o domínio da socialização; o domínio do pensamento e o domínio dos valores’” (CHARAUDEAU, 2015, p. 13).

Com isso, pode-se compreender o porquê de cada sujeito construir os sentidos de um texto de uma maneira tão particular, de acordo com as suas experiências de vida, e de sua identidade. Os diversos papéis exercidos na sociedade tornam a identidade cingida por inúmeros traços, tais como sexo, idade, origem, etnia, categorias profissionais e mesmo particulares, como estado civil, ou classe social. Dependendo dessas categorias, é possível compreender os processos de construção dos sentidos, com base na *legitimidade* e na *credibilidade* dos sujeitos envolvidos no ato languageiro.

2 O Gênero

A análise do discurso, aqui mobilizada no escopo da Teoria Semiológica de Charaudeau, exige pensar, a princípio, na discussão de gênero. Isso porque é importante compreender as representações que essas mulheres assumem, tendo em vista o seu projeto comunicativo.

É fundamental perceber que, mesmo com a ideia aceita de um Estado que garanta, por prescrição (atos normativos, dos quais se destacam as leis), a universalidade e igualdade de direitos entre mulheres e homens⁴, verifica-se, na prática, uma incapacidade para a consolidação desse direito, ferindo, inclusive, a liberdade essencial de existência ao gênero feminino. Essa constatação possibilita uma crítica contundente à forma como desde o princípio tal democracia foi estabelecida através do perfil macho e branco que sustenta o sistema patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2015). A tentativa de quebra, ou até mesmo de total ruptura com essas regras tão generalizadas nas sociedades, germina ao longo da história através da reflexão de mulheres acerca dos conceitos não propostos anteriormente em tal estrutura.

Em um primeiro plano, as perspectivas sobre o que seria gênero são em síntese fruto da antropologia e da observação do que já se conceituava enquanto feminismo. Recai em centralidade sobre a ideia de gênero o desejo de apartar da esfera biológica o cultural, retirando o respaldo considerado natural que sustenta

⁴ O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é claro em seu *caput*, ao dispor que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada, nos seguintes termos: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

relações desiguais de poder, seja no âmbito público ou privado (GONÇALVES, 2011). Nesse mesmo sentido, Mathieu (2009) opõe o sexo, que é biológico, ao gênero, que é social. Portanto, nesse movimento reflexivo, é feita uma abordagem social e estrutural das relações e das construções que foram estabelecidas através do sexo biológico.

O debate sobre gênero questiona que tanto a classe de mulheres como a de homens não estão dadas, de pronto, a essa definição exata da realidade objetiva, mas surgem enquanto manifestações de suas relações com o mundo. Coloca-se, então, a necessidade de resgatar esse debate, engendrado por antropólogas feministas, entendendo que “a diferenciação entre sexo e gênero pode ser considerada fundamental para o movimento feminista” (GONÇALVES, 2011, p. 40), principalmente ao agregar a palavra gênero ao universo do pensar/agir, que é essencial para a desconstrução do sistema patriarcal.

Dado o avanço desse debate, a concepção de gênero torna-se cada vez mais nuclear para o entendimento de que “[...] a atribuição de certos comportamentos a homens e mulheres não ocorre de forma independente, mas sim relacional, surgindo das articulações e relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres” (GONÇALVES, 2011, p. 49). No Brasil, o direito ao voto e ao ensino são conquistas recentes, tendo sido o primeiro, por exemplo, promulgado pelo Congresso, Nacional somente em 1932.

Por muito tempo, as mulheres estiveram fora da história. De acordo com Perrot (2017, p. 17), “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”, sendo, portanto, até naturalizada. Já em outras se

verifica um ativismo, iniciado no século XIX, com destaque para o movimento das sufragistas. A autora destaca, na década de 1970, o advento da ciência, com o estruturalismo e marxismo, resultando na “renovação de questões”, ligadas à história e à antropologia.

Nesse intermeio entre militância e academia, interessa ao presente estudo o conceito de Feminismo, caro à emancipação das mulheres na busca pelo fim dos privilégios masculinos e a conquista de uma igualdade em meio às diferenças. Conforme Collin (2009, p. 61): “o feminismo introduziu [...] uma revolução na concepção da relação entre os sexos, revolução que não inclui um modelo factual ou ideológico prévio. É uma política do irrepresentável”.

Os conceitos de “gênero” e de “Feminismo” passam por transformações, em função das mudanças das sociedades, mas sempre na busca por igualdade de oportunidades para as pessoas. Nesse sentido, vale destacar o pensamento de Tiburi (2018, p. 11) de que:

O feminismo nos leva à luta por direitos de *todas, todes* e *todos*. *Todas* porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. *Todes* porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero - e de sexualidade - e isso veio interferir na vida toda. *Todos* porque luta por certa ideia de humanidade.

A igualdade de direitos entre homens e mulheres acarreta mudanças em toda a sociedade, como, por exemplo, nascimento, família, trabalho, conhecimento etc. Para isso, é preciso que a mulher ocupe os diversos espaços, e com isso possa

contribuir com a elaboração de políticas que possibilitem a sua atuação plena. Tiburi (2018, p. 12) compreende o feminismo como:

Desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado. Nesse processo de subjugação, incluímos todos os seres cujos corpos são medidos por seu valor de uso: corpos para o trabalho, a procriação, o cuidado e a manutenção da vida, para a produção do prazer alheio, que também compõem a esfera do trabalho na qual está em jogo o que se faz para o outro por necessidade de sobrevivência.

O conceito proposto revela os anseios feministas de combate à subjugação, tendo em vista os diversos mecanismos sociais, engendrados na reificação da mulher, desautorização do domínio do próprio corpo e uso das estruturas de poder para a manutenção dessa desigualdade.

Dessa forma, os conceitos de gênero e Feminismo contribuem para o presente estudo por levantarem questionamentos sobre suas relações, concepções e implicações para as mudanças sociais que despertem a consciência para a importância de seu conhecimento e formas de transformações sociais e políticas.

3 Legitimidade dos discursos

É importante ressaltar que a percepção da identidade exige o reconhecimento do outro. Conforme Charaudeau (2015, p. 18), “para que haja tomada de consciência identitária, é necessário que se perceba uma ‘diferença’ e que se estabeleça certa

‘relação’ face ao outro”. O reconhecimento dessa identidade, portanto, perpassa os imaginários socioculturais ou coletivos, cujos valores são compartilhados.

Nesse sentido, destaca-se ainda que pode ocorrer o movimento de *atração* ou *rejeição* do outro, a fim de resolver o problema da diferença. No caso do manifesto, é possível destacar o pedido de perdão de Catherine Deneuve (EL PAÍS, 2018), caracterizando o movimento de *atração*, definido por Charaudeau (2004, p. 19), como “de apreensão do outro [...] a fim de resolver esse problema da diferença”.

Por outro lado, verifica-se na publicação do *Manifesto Catherine Deneuve*, um movimento de *rejeição às identidades coletivas* que desencadeou diversos atos de denúncia da violência contra a mulher. Nesse sentido, dois grupos de mulheres divergem no que diz respeito à credibilidade e à legitimidade de seus discursos, baseados em seus respectivos valores, ideias, hábitos e papéis sociais. Assim, em conformidade com Charaudeau (2015, p. 19), “essa diferença representa uma ‘ameaça’ para o sujeito”, e a consolidação desse julgamento caracteriza os estereótipos. Com isso, identificam-se *identidades coletivas* divergentes que *ameaçam* a união entre as mulheres.

A investigação do discurso defendido pelo *Manifesto Catherine Deneuve* exige uma abordagem teórica que considere a *situação comunicativa* dos dois contextos espaciais de grande projeção internacional: França e Hollywood. A princípio, destaca-se a importância histórica das francesas na luta pela emancipação das mulheres, tanto na academia, como em outros âmbitos da sociedade, como na esfera artística, o que lhes confere uma posição privilegiada no que diz respeito aos assuntos de temática feminista.

Verifica-se certa legitimidade, presente no ideário coletivo das mulheres francesas, enquanto emancipadoras, portanto revela-se como uma estratégia comunicativa, enquanto, para as atrizes hollywoodianas, essa legitimidade se caracterizaria como uma restrição, devido ao seu caráter inovador no âmbito das denúncias das indústrias cinematográficas, embora a repercussão tenha sido bastante abrangente.

Esses dois grupos de mulheres reivindicam um discurso feminista, contudo, com finalidades diferentes. Essas finalidades são abordadas, no presente trabalho, a partir do conceito de *visadas*, o qual corresponde “a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante, e, por conseguinte da própria troca linguageira” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23).

A finalidade fundamenta-se no *princípio de influência*, selecionando uma *visada* e determinando uma orientação discursiva da comunicação. De acordo com Charaudeau (2004, p. 23), “os tipos de visada são definidos por um duplo critério: a intenção pragmática do *eu* em relação com a posição que ele ocupa como enunciador na relação de força que o liga ao *tu*; a posição que da mesma forma *tu* deve ocupar”. Para melhor compreensão, o Quadro 01, a seguir, sistematiza os conceitos de *visadas*, bem com as pessoas no discursivo.

Quadro 01 – Sistematização das categorias de *visadas*

Visadas	Eu	Tu
Prescrição	quer “mandar fazer” (tem autoridade de poder sancionar)	se encontra em posição de “dever fazer”
Solicitação	quer “saber” (está em posição de inferioridade de saber diante do tu)	está em posição de “dever responder” à solicitação
Incitação	Quer “mandar fazer” (mas, não estando em posição de autoridade, não pode senão incitar a fazer; ele deve, então “fazer acreditar”)	está em posição de “dever acreditar” que se ele age, é para o seu bem
Informação	quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber	se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento
Instrução	quer “fazer saber-fazer”, e ele se encontra ao mesmo tempo em posição de autoridade de saber e de legitimação para transmitir o saber	está em posição de “dever saber fazer” segundo um modelo (ou modo de emprego) que é proposto por eu
Demonstração	quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas” segundo uma certa posição de autoridade de saber (cientista, especialista, expert)	está em posição de ter que receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo.

Fonte: Charaudeau (2004), adaptado. Autoria própria.

Ao presente estudo, interessa a *visada de incitação* por instigar um “eu”, como no *Manifesto Catherine Deneuve* a persuadir um tu, com base na legitimidade e credibilidade de suas autoras. Esses sujeitos psico-sócio-linguageiros, com suas identidades de intelectuais e atrizes consagradas, apoiam-se em *imaginários sociais*,

apreendidos no mundo. Daí a importância de se analisar a identidade coletiva, presente no *Manifesto*, e a situação comunicativa desses sujeitos, visando a identificar a sua representatividade para o Feminismo enquanto movimento de defesa da mulher. É o que se pretende com este estudo.

4 Análise do *Manifesto Catherine Deneuve*

O *Manifesto Catherine Deneuve* assume um posicionamento crítico que passa a deslegitimar as sucessivas ações, advindas das denúncias provenientes do caso Harvey Weinstein. Trata-se, portanto, de uma *visada de incitação* que se apoia em imaginários coletivos, visando ao questionamento da *legitimidade* e *credibilidade* das ações das mulheres “hollywoodianas”.

Utilizam-se, na investigação, as seguintes categorias de análise: imaginários coletivos, legitimidade e credibilidade dos argumentos presentes no *Manifesto Catherine Deneuve*. Para isso, foram retirados fragmentos (teses) do *Manifesto* com o objetivo de compreender essas categorias, e a partir delas apreender a representatividade das identidades. Juntamente com a análise qualitativa dos fragmentos (ordenados alfabeticamente), são apresentados quadros que sistematizam essas informações de modo a explicitar as interpretações:

a) “Depois do caso Weinstein, houve uma legítima tomada de consciência a respeito da violência sexual exercida contra as mulheres, especialmente no ambiente profissional onde alguns homens abusam do seu poder. Ela era necessária”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Tomada de consciência	Reconhecimento da violência contra a mulher	Abuso de poder dos homens	Feminismo

Em um primeiro momento, para fundamentar a tese sobre a necessidade da “tomada de consciência das mulheres”, o Manifesto Catherine Deneuve apoia-se nos argumentos de legitimidade (existência da violência contra as mulheres) e de credibilidade (existência do abuso de poder por parte dos homens). Com isso, verifica-se uma representatividade feminista.

b) “Mas essa libertação da palavra se volta hoje em seu contrário: somos intimadas a falar como se deve, a calar o que incomoda e aquelas que se recusam a se curvar a tais injunções são consideradas traidoras, cúmplices”!

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Libertação da palavra = imposição do silêncio	Imposição feminista	Liberdade de expressão	Traidoras, cúmplices

O Manifesto Catherine Deneuve cria uma ambiguidade no que diz respeito à libertação da palavra, já que, nesse caso, há uma imposição do silêncio das ideias “diferentes” das propostas feministas. Com isso, verificam-se os argumentos de

legitimidade baseado na imposição feminista, e de credibilidade, apoiado na liberdade de expressão, para criticar a representatividade, resultante na imagem de “traidoras e cúmplices” dos homens, por divergirem das primeiras.

Portanto, o trecho do Manifesto Catherine Deneuve afirma que a libertação da palavra, pela qual se baseia também a liberdade que a mulher angariou nos últimos anos, com os ganhos do movimento feminista, passa a sofrer uma “imposição do silêncio”, quando a liberdade de expressão não é utilizada da mesma forma por todas as mulheres.

Em suma, o Manifesto Catherine Deneuve propõe, ou mais precisamente defende, a liberdade da fala sob qualquer circunstância, até mesmo quando tal liberdade implicar divergências entre o que for meramente liberdade de expressão ou oportunidade para reafirmar ideais já ultrapassados pelo movimento feminista, mas que ainda é legítimo de certas mulheres, que integram certas camadas da sociedade.

c) “Mas essa é uma característica do puritanismo: emprestar, em nome de um suposto bem geral, os argumentos da proteção das mulheres e de sua emancipação para melhor acorrentá-las a um estatuto de eternas vítimas, de pobres coisinhas sob o domínio dos falocratas demônios, como nos bons e velhos tempos da feitiçaria”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Puritanismo	Proteção e emancipação das mulheres	Estatuto de eternas vítimas	Crítica

O Imaginário Coletivo sob a tese “puritanista” pauta-se nos argumentos de legitimidade, que critica a necessidade de proteção das mulheres, em oposição a sua emancipação, e de credibilidade, em que as mulheres se consideram eternas vítimas. Essa estratégia discursiva objetiva criar uma imagem crítica e questionadora, apoiada em uma representatividade crítica.

d) “Na verdade, o #metoo provocou na imprensa e nas redes sociais uma campanha de denúncia e de acusação pública de indivíduos que, sem que lhes tenha sido dada a oportunidade de responder ou de se defender, foram colocados exatamente no mesmo nível que os agressores sexuais. Essa justiça expeditiva já fez suas vítimas, homens castigados no exercício de sua profissão, forçados a se demitir, etc., quando seu único erro foi ter tocado um joelho, tentado roubar um beijo, falar sobre coisas “íntimas” em um jantar profissional ou ter mandado mensagens com conotação sexual a uma mulher cuja atração não era recíproca”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Denúncia/ acusação	“denúncia expeditiva”/ agressores sexuais	Vítimas/ homens castigados	Masculina

Mantendo o raciocínio anterior, o Manifesto Catherine Deneuve apresenta um posicionamento crítico de denúncia, baseado nos argumentos de legitimidade e de credibilidade, porém, dessa vez, na defesa explícita dos homens agressores. Com

isso, é possível notar a representatividade masculina.

e) “Essa febre para mandar os “porcos” ao matadouro, longe de ajudar as mulheres a conquistar sua autonomia, serve na verdade aos interesses dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos, dos piores reacionários e daqueles que acreditam, em nome de uma concepção substancial do bem e da moral vitoriana que os envolve, que as mulheres são seres “à parte”, crianças com rosto de adultos, que pedem para ser protegidas. Diante delas, os homens são instados a fazer seu mea culpa e a encontrar, no fundo de sua consciência retrospectiva, um “comportamento deslocado” que poderiam ter tido dez, vinte ou trinta anos atrás, e do qual deveriam se arrepender. A confissão pública, a incursão de autoproclamados promotores na esfera privada, eis o que instala um clima de sociedade totalitária”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Febre para mandar os “porcos” ao matadouro	Serve aos inimigos da liberdade sexual	Mulheres que pedem para serem protegidas	Defesa da liberdade sexual
Sociedade totalitária	Encontrar um comportamento deslocado	Encontrar no fundo da consciência retrospectiva	Masculina

Verifica-se a ideia central do Manifesto Catherine Deneuve nesses imaginários sociais que resumem as ideias anteriores de crítica ao Feminismo e

manifestações das mulheres. Para isso, reforça os argumentos anteriores de legitimidade, baseado na liberdade sexual, e de credibilidade, apoiado na vitimização da mulher. Com isso, é possível notar a representatividade masculina, maquiada na ideia de liberdade sexual.

f) “A onda expiatória parece não ter limites. Aqui, censuramos um nu de Egon Schiele em um cartaz; ali, pedimos a retirada de um quadro de Balthus de um museu alegando que seria uma apologia da pedofilia; na confusão entre o homem e a obra, pedimos a proibição da retrospectiva de filmes de Roman Polanski na Cinemateca e conseguimos o adiamento daquela dedicada a Jean-Claude Brisseau. Uma universitária considera Blow Up, o filme de Michelangelo Antonioni, “misógino” e “inaceitável”. À luz desse revisionismo, John Ford (Rastros de Ódio), e até mesmo Nicolas Poussin (O Rapto das Sabinas) ficam em uma situação delicada”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Onda expiatória	Censura do nu	Revisionismo	Defesa da liberdade sexual

Nesse caso, a legitimidade do discurso fundamenta-se na crítica à censura imposta por atitudes fascistas que cerceiam a arte nos últimos tempos. Com isso, constrói-se uma dicotomia entre os valores em torno da censura e liberdade, e transpõe essa dicotomia para fundamentar o argumento de credibilidade. Entretanto,

nesse caso, a liberdade sexual é reivindicada para o homem, em detrimento da liberdade das mulheres.

g) Os editores já estão pedindo a algumas de nós para tornarmos nossos personagens masculinos “menos sexistas”, para falar sobre sexualidade e amor com menos desmedida ou ainda para fazer com que os “traumas sofridos pelos personagens femininos” sejam deixados mais evidentes! À beira do ridículo, um projeto de lei na Suécia quer impor um consentimento expressamente notificado a todo candidato a uma relação sexual! Com um pouco mais de esforço, dois adultos com vontade de se deitar juntos terão de assinalar com antecedência, por meio de um “aplicativo” de seu telefone celular, as práticas que aceitam e aquelas que recusam, devidamente listadas em um documento.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Onda expiatória	Revisionismo	Exemplo da Suécia	Defesa da liberdade sexual

Nesse contexto, há um aprofundamento da discussão “censura” / “liberdade sexual”, com crítica ao revisionismo que propõe novos olhares para as diferenças entre homem/mulher. Com isso, defende esse argumento, tentando legitimar sua tese sobre a dicotomia “censura” / “liberdade sexual”, em que os homens sofreriam com uma “onda expiatória”. O argumento de credibilidade, nesse caso, é dado como um exemplo negativo da liberdade sexual que resulta em uma censura, principalmente

para a liberdade masculina. Portanto, mais uma vez há representatividade masculina.

h) “Ruwen Ogien defendia uma liberdade de ofender indispensável à criação artística. Do mesmo modo, nós defendemos uma liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual. Hoje estamos suficientemente avisadas para admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada com agressão sexual. Acima de tudo, estamos conscientes de que a pessoa humana não é monolítica: uma mulher pode, no mesmo dia, dirigir uma equipe profissional e desfrutar de ser o objeto sexual de um homem, sem ser uma “vagabunda” ou uma cúmplice vil do patriarcado”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Liberdade sexual	Exemplo de Ruwen Ogien	Liberdade de importunar	Defesa da liberdade sexual

Para defender o argumento de “uma liberdade sexual”, o Manifesto Catherine Deneuve assume a posição de que são equivalentes a “liberdade sexual e a liberdade de importunar”, quando em verdade, o que ocorre na prática, é um afrouxamento do próprio sentido de liberdade sexual no sentido de permitir e, mais grave, legitimar situações que não podem e não devem ser reduzidas a simples “importuno”.

Percebe-se uma tentativa de diminuir e até certo ponto, menosprezar as conquistas das mulheres, do movimento feminista, ao longo dos anos, quando

condutas masculinas passam a ser ofensivas às mulheres.

i) “Ela pode zelar para que seu salário seja igual ao de um homem, mas não pode se sentir traumatizada para sempre por que alguém se esfregou nela no metrô, embora isso seja considerado crime. Ela pode até considerar isso como expressão de uma grande miséria sexual, ou como um não-acontecimento”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Feminismo	Exigência de salários iguais	Não pode se sentir traumatizada para sempre (...)	Não-feminina/ Masculina

Embora se verifique a defesa de um imaginário coletivo feminista, com base no argumento de legitimidade, seu argumento de credibilidade demonstra uma contradição no que diz respeito à defesa da mulher. Com isso, há um distanciamento dos preceitos feministas com a afirmação de que “não se pode traumatizar para sempre por alguém se esfregar nela no metrô”. Esse distanciamento se deve à diferença de classe social de mulheres que precisam utilizar o metrô, mas também à defesa da liberdade masculina em quaisquer situações.

j) “Como mulheres, não nos reconhecemos nesse feminismo que, para além da denúncia do abuso de poder, assume as feições do ódio contra os homens e a sexualidade. Nós acreditamos que a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não

existe sem a liberdade de importunar. E consideramos que é preciso saber responder a essa liberdade de importunar de outra maneira que não seja se fechar no papel de presa. Para aquelas dentre nós que escolheram ter filhos, pensamos que é melhor criar nossas filhas de modo que sejam informadas e conscientes o suficiente para poderem viver plenamente suas vidas sem se deixar intimidar ou culpar. Os acidentes que podem afetar o corpo de uma mulher não necessariamente atingem sua dignidade, e não devem, por mais difíceis que às vezes possam ser, necessariamente fazer dela uma vítima perpétua. Porque não somos redutíveis ao nosso corpo. Nossa liberdade interior é inviolável. E essa liberdade que apreciamos não existe sem riscos ou responsabilidades”.

Imaginários coletivos	Legitimidade	Credibilidade	Representatividade
Feminismo	Ódio contra os homens e a sexualidade	Liberdade de dizer não/de importunar	Feminismo/ Não-feminismo
Mãe	Criação de meninas	Sem vitimização	Feminismo/ Não-feminismo
Acidentes	Afetam o corpo	Não à dignidade	Não-feminismo

Os imaginários coletivos apoiam-se em três léxicos distintos (Feminismo, mãe e acidentes) que, quando analisados sob a perspectiva do sujeito, são capazes de revelar, de fato, a quem favorece. Nesse sentido, os argumentos sobre Feminismo preconizam a liberdade do homem em detrimento da mulher. O termo “mãe” ativa

um significado comum para “vitimização” correspondente a uma crítica à passividade feminina, o que caracteriza uma contradição, já que preconiza o “silenciamento” das mulheres.

O termo “acidentes”, no contexto verbal, diz respeito ao assédio, e respalda-se no argumento de credibilidade fundamentado no valor da “dignidade”, em detrimento da legitimidade “do corpo”, enquanto uma garantia de integridade física. Com isso, há uma deslegitimação das reivindicações das mulheres, a favor da liberdade dos homens para assediar.

Considerações finais

A sociedade que emerge hoje, em pleno século XXI, não pode ser considerada a mesma que outrora despertou no início do século passado. As mudanças ocorrem rapidamente e com ela o meio social passa a moldar-se também de maneira tão rápida que demoramos a compreender todos os impactos provocados. Entre os impactos que surgem com as mudanças é possível destacar o grande impulso tomado pelo movimento feminista durante o período intitulado por Davis (2017) como a “segunda onda feminista”, nos anos 1960. Estamos hoje vivenciando uma quarta onda.

Mais precisamente entre o final do ano de 2017 e início de 2018, o universo cinematográfico Hollywoodiano passou a ser visto não mais como um local isento de práticas abusivas contra as mulheres, mas, pelo contrário, as denúncias de abusos e estupros foram estampadas nos principais jornais dos Estados Unidos, como o The

New York Times, quando atrizes famosas resolveram denunciar ao mundo os seus abusadores.

Tais denúncias provocaram as mais diversas reações na sociedade, dentre as quais se destacam a utilização das redes sociais como um instrumento ágil e prático para certa solidariedade. Empatia e sororidade despontaram entre mulheres de várias classes sociais, famosas ou anônimas, com o objetivo comum de colocar à vista de todas as pessoas os abusos sofridos no decorrer de um longo tempo e jogar luz em cima dos autores desses respectivos abusos.

Muito embora tenha havido uma notável participação de mulheres com o uso cada vez mais generalizado das redes sociais, em meio às séries de denúncias entre o ano de 2017 e 2018, houve o surgimento de um movimento contrário. Esse movimento de mulheres francesas em que apresentaram pontos de vistas e argumentos profundamente contrários às manifestações encabeçadas por atrizes e artistas americanas motivou a presente análise dos mais variados discursos e defesas dos respectivos pontos de vistas dessas diferentes mulheres.

Dessa maneira, e tendo em vista a finalidade da visada de incitação, com o objetivo de provocar a adesão de seus interlocutores, são analisadas as teses do texto, as quais correspondem aos imaginários sociais difundidos na sociedade. A fundamentação dessas teses é feita por meio de argumentos pautados na legitimidade e credibilidade. Com isso, possibilitou a presente pesquisa identificar algumas representatividades ou identidades presentes no discurso do referido Manifesto Catherine Deneuve.

Dentre os imaginários coletivos identificados, destacam-se argumentos

menos subjetivos, classificados como de legitimidade, fundamentados em fatos, e argumentos mais subjetivos, classificados como de credibilidade, baseados na interpretação e na avaliação. Ambos sustentam as teses defendidas, as quais expressam os imaginários coletivos em torno das temáticas do Feminismo. Com isso, verifica-se a utilização de teses e argumentos que normalmente estariam a favor de representações feministas, contudo servem de argumentos para favorecer a liberdade dos homens em detrimento da liberdade da mulher.

Na introdução do Manifesto Catherine Deneuve, a identidade feminista e o posicionamento crítico predominam no texto. Com o seu desenvolvimento, o tema da liberdade sexual prevalece, contudo surge a identidade masculina, havendo a preponderância de um posicionamento contrário ao Feminismo.

Conclui-se que a defesa de teses, com base nos imaginários sociais em prol de uma representatividade se sustenta com o emprego de argumentos legítimos e credíveis. Para uma leitura crítica, é exigida a compreensão dos sentidos transmitidos, com base, principalmente, nos sujeitos implicados no discurso, e o questionamento dos discursos que expressam imaginários e representações sociais idênticas para defender pontos de vista diferentes.

Essas representatividades fundamentam-se nos conceitos reivindicados pelo Feminismo, como crítica e liberdade sexual feminina. Entretanto, verifica-se certa contradição entre esses pressupostos, de legitimidade, credibilidade e liberdade sexual, quando há a sobreposição da liberdade masculina. É possível notar a linha tênue entre o não-feminismo e o feminismo, com a sobreposição de valores patriarcais, e mesmo a banalização da violência contra a mulher.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CARTA CAPITAL. *Violência sexual, #MeToo e direito dos homens de importunar*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/violencia-sexual-metoo-e-direito-dos-homens-de-importunar>>. Acesso em 15 jan. 2018.
- CHARAUDEAU. P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: CHARAUDEAU et al. *Discurso e (des) igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A.; GAVAZZI, S. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. e MELLO, R. de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, NAD/Fale-UFMG, 2004.
- COLLIN, F. Diferença dos sexos (teorias da). In: HIRATA, H.; LABORIE F. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. 1 ed. Brasil, UNESP, 2009.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- EL PAIS. *A íntegra do manifesto assinado por Catherine Deneuve*. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil>> Acesso em: 13 jan. 2018.
- _____. *Catherine Deneuve pede perdão às vítimas de abusos após artigo contra “puritanismo sexual”*. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/15>> Acesso em 15 jan. 2018.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- GONÇALVES, T. A. *Direitos humanos das mulheres e a comissão interamericana de direitos humanos: uma análise de casos admitidos entre 1970 e 2008*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2011.
- HIRATA, H.; LABOIRE, F. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. 1 ed. Brasil, UNESP, 2009.
- MATHIEU, N. C. Sexo e gênero. In: HIRATA, H.; LABORIE F. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. 1 ed. Brasil, UNESP, 2009.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 126 p.

ARTIGO

Critérios para o reconhecimento do repertório terminológico das Teorias da Argumentação

Edmar Peixoto de Lima¹

Márcio Sales Santiago²

Resumo: Este trabalho consiste em investigar os critérios para o reconhecimento das unidades terminológicas (UT) pertencentes às teorias da Argumentação presentes em textos acadêmico-científicos. Para tal, orientamo-nos nos estudos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT); como aporte metodológico, construímos o *corpus* das teorias da Argumentação (CORPARG) e utilizamos o *software WordSmith Tools 6.0* para auxiliar na extração dos candidatos a termos, selecionar os contextos e observar o comportamento das unidades no texto especializado. Nossos resultados indicam que uma unidade para pertencer ao repertório terminológico das teorias da Argumentação deverá expressar conceitos relevantes e ser representativa para a área.

Palavras-chave: reconhecimento; unidades terminológicas; teorias da argumentação.

Introdução

Os aspectos argumentativos são inerentes aos diferentes discursos que circulam na sociedade. Por esta razão, a universidade, enquanto espaço de construção

¹ Doutora em Linguística Aplicada pelo programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará. Professora Adjunto IV da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, atuando no Departamento de Letras Vernáculas do Campus Avançando “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia” e no Programa de Pós-graduação em Letras.

² Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando no Departamento de Letras do Centro de Ensino Superior do Seridó e no Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras.

e disseminação dos conhecimentos, intenta compreender de que forma esta argumentação ocorre nas práticas discursivas cotidianas, de modo que os sujeitos possam revelar como constroem argumentativamente seus posicionamentos perante os pares no processo de interlocução.

Assim, partimos do pressuposto de que para dominar um campo do conhecimento é necessário ter acesso à terminologia que o constitui, já que, de acordo com Benveniste (1989, p. 252), “uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação”. Em vista disso, nosso propósito com a presente investigação é o de observar os critérios para o reconhecimento das unidades terminológicas (UT) pertencentes às teorias da Argumentação.

Este trabalho se justifica pelo fato de que as investigações cujo foco seja os aspectos argumentativos da linguagem apresentam imprecisão terminológica; e esta flutuação na terminologia emerge tanto no que se refere à denominação quanto à conceitualização dos termos pertencentes à área. Em vista disso, é que se faz necessário, a nosso ver, organizar e sistematizar a terminologia das teorias da Argumentação, principalmente, porque as escolhas lexicais realizadas por cada autor em seus textos tanto podem expressar imprecisão na terminologia da área quanto podem se relacionar às diferentes concepções teórico-metodológicas delineadas por cada perspectiva teórica.

Sendo assim, o grande desafio, nesta questão investigativa, está relacionado ao fato de que as subáreas que constituem as teorias da Argumentação apresentam concepções e posicionamentos específicos, que podem manter uma relação dialógica

entre si ou não, cabendo aos pesquisadores da área delimitar o ponto de vista com o qual o tema será abordado em suas pesquisas.

Apresentamos, portanto, como teoria de base, para a realização desta investigação, os estudos da Terminologia, mais especificamente, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT); ciência do léxico que se volta ao repertório vocabular de uma área especializada. A presente teoria evidencia dentre seus objetivos o de tornar a terminologia do campo de conhecimento mais útil e produtiva às relações sociais, facilitando a comunicação entre os interlocutores.

Assim sendo, organizamos um *corpus* da Argumentação (CORPARG), constituído por textos acadêmico-científicos (teses, dissertações, artigos e livros) que circulam na academia, com vistas a compreender quais as UT que aparecem nos textos quando os autores delimitam a vertente teórica a que se filiam, mencionam os objetos analíticos de cada uma das subáreas e os participantes do processo argumentativo.

Organizamos este artigo da seguinte forma: primeiro as considerações iniciais, como vimos, em que delineamos o percurso da investigação; em seguida, apresentamos o panorama das teorias da Argumentação, área de estudos da pesquisa e, logo após, assinalamos algumas das contribuições advindas dos estudos terminológicos. Na etapa seguinte, apresentamos e discutimos os critérios para o reconhecimento das UT pertencentes às teorias da Argumentação. E, por fim, as considerações finais, em que concluimos nosso percurso neste artigo.

A seguir, apresentamos a área de estudos selecionada para desenvolver nossa investigação.

1 Panorama das teorias da Argumentação

O período de estabelecimento das teorias da Argumentação tem seu percurso inicial na retórica antiga e vai até o século XX. Este quadro justifica o caráter de multidisciplinaridade que envolve a área, pelo fato de as teorias apresentarem aproximações e distanciamentos entre si. O caráter de aproximação se refere tanto aos conceitos de argumentação, de argumento, quanto ao fato de serem teorias que se filiam ou se opõem à retórica antiga.

Sob esta perspectiva, o percurso dos estudos argumentativos, de acordo com Breton e Gauthier (2001), divide-se em quatro fases que abarcam desde o período inicial, passando pelo momento de culminância e o declínio, até chegar ao período da contemporaneidade. O período inicial está relacionado aos primeiros passos da retórica na Antiguidade; o segundo se refere aos estudos sistematizados apresentados por Aristóteles, que podemos dizer, serviram mais precisamente de base para as demais discussões.

O terceiro momento diz respeito às críticas realizadas pelos filósofos e, conseqüentemente, ao período de silenciamento das discussões sobre o tema, revelando a etapa do declínio e; por fim, a última fase que consiste no ressurgimento das discussões com enfoque argumentativo, que tem como marco as publicações dos estudos desenvolvidos por Perelman e Olbretches-Tyteca (2005) e Toulmin (2006). O primeiro, com a obra intitulada *Tratado da Argumentação: a nova retórica* e o segundo, com o *Uso dos Argumentos*. Ademais, acrescentamos que os estudos das teorias na atualidade se configuram em uma fase importante para o desenvolvimento

e evolução deste campo do conhecimento.

Por meio do panorama e de acordo com os resultados observados no CORPARG, delimitamos apenas o período denominado de ressurgimento, com as discussões que envolvem a chamada teoria da Argumentação de base Retórica e demais estudiosos que se filiam ao campo da retórica; e a chamada teoria da Argumentação de base linguística que se opõe aos estudos retóricos. A escolha por estas duas abordagens se dá pelo fato de que, segundo o CORPARG, foram as duas subáreas de maior destaque no Brasil.

A teoria da Argumentação de base retórica apresenta os elementos retóricos como componente considerado fundamental para se pensar a argumentação. Ou seja, para argumentar é necessário que o orador se dirija ao auditório de modo que possa convencê-lo sobre as teses apresentadas. Sendo assim, os componentes retóricos (*ethos, pathos e logos*) tornam-se elementos necessários para a teoria, embora o foco se relacione ao uso do *logos* (técnicas argumentativas).

Já a teoria da Argumentação de base linguística não se filia aos estudos retóricos, mas apresenta posicionamentos com relação à ação de argumentar, embora a dimensão elencada tenha como foco a noção de que argumentar é orientar o sentido do enunciado. O processo de organização argumentativa consiste em outro enfoque, argumentar é um fato da língua e não de elementos exteriores a ela. Logo, está presente no enunciado.

Em suma, as teorias da Argumentação partem de posicionamentos distintos para refletir sobre o fenômeno da Argumentação e prover aos falantes da língua elementos que possibilitem uma organização argumentativa dos discursos. O que se

torna fundamental compreender de que forma se constitui a terminologia utilizada pelos estudiosos para se referirem a esta área especializada.

Apresentamos no item seguinte as contribuições oriundas dos estudos terminológicos.

2 As contribuições da Terminologia

A Terminologia não é uma disciplina recente, já que faz parte do cotidiano da sociedade desde o século XVIII, tendo aparecido com mais destaque em trabalhos desenvolvidos pelos estudiosos da área de exatas. Na atualidade, configura-se como necessária e fundamental aos estudos de uma área especializada, principalmente por ser a responsável pela sistematização, organização e descrição da terminologia pertencente ao conhecimento de um campo específico. Apresenta como objeto de estudo as unidades terminológicas³ (UT), as fraseologias, o texto especializado e a própria definição das unidades apresentadas nos dicionários terminológicos.

Para nosso trabalho, interessa-nos as discussões sobre UT, uma vez que nos propomos apresentar os critérios para reconhecê-las como pertencentes às teorias da Argumentação. Nesse sentido, compartilhamos do posicionamento de Krieger (2001, p. 112), para quem “entender o termo é, de certa forma, entender o sentido maior desta área do conhecimento”. Acreditamos, portanto, que os resultados apresentados neste trabalho, possam de alguma forma contribuir para a compreensão da terminologia das teorias da Argumentação e para a construção da identidade da área

³ Utilizamos ora unidade terminológica (UT), ora termo, para nos referirmos à unidade lexical especializada.

como um campo de conhecimento que comporta em sua estrutura um conjunto de diferentes vertentes teóricas.

Logo, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), compreende o léxico especializado considerando os elementos linguísticos que o constituem e passa a observá-lo no seu *habitat* natural, o texto especializado. Desse modo, é possível perceber que os termos assumem comportamentos similares ao da linguagem comum, podendo ser analisados sob as perspectivas da semântica, da pragmática, enfim, sob o enfoque dos elementos que constituem o sistema linguístico.

Nesse sentido, para a TCT, o termo é “uma unidade linguístico-pragmática com todas as implicações daí decorrentes” (KRIEGER, 2000, p. 111). Apoiamo-nos em Krieger (2001, p. 118) que nos orienta a refletir sobre a necessidade de compreender a natureza do termo e, para isso, a autora afirma que “os termos não se restringem a expressar objetos concretos, mas também conceitos, abstrações e processos, todos elementos dos mecanismos cognitivos de apreensão da realidade e de construção do saber científico e técnico”.

Concordamos com o posicionamento de Krieger (2001, p. 126), quando afirma que o termo “compreende uma vertente conceitual”, que está relacionada aos conhecimentos que envolvem a área especializada; “uma vertente linguística, determinando sua naturalidade e integração aos sistemas linguísticos” e ainda, segundo a autora, compreende os aspectos sociais, que são fundamentais no acesso à transferência dos conhecimentos.

A unidade terminológica pertencente à teoria da Argumentação se define, neste trabalho, pelos aspectos conceituais. Reiteramos, asseverados em Krieger e

Finatto (2004, p. 76), que “uma unidade da língua, enquanto termo, está fundamentada no papel da dimensão conceitual do signo linguístico que responde, neste caso, pelo denominado conteúdo especializado”.

Em outras palavras, um item lexical pertencente a uma área especializada, no caso especificamente deste trabalho, assume o caráter de termo da área, porque o uso está atrelado ao contexto comunicativo com determinado valor especializado. Sendo assim, a UT ou termo “é o signo linguístico que denomina um conceito inerente a uma área especializada em forma de símbolo, o qual pode ser uma frase, sigla, fórmula, acrônimo.” (SOUZA LARA, 2014, p. 61).

Krieger e Finatto (2004, p. 79) compartilham da concepção da UT como “elemento da linguagem em funcionamento” sendo então parte que integra o repertório vocabular de uma língua. Por essa razão, a UT se adéqua à função que o texto especializado exige, estando sujeita aos “mecanismos sintagmáticos e pragmáticos que dão suporte ao texto”. (SOUZA LARA, 2014, p. 62).

Entendendo que a concepção de termo de uma área específica do conhecimento está atrelada à situação comunicativa real, compreendemos, baseados em Cabré (1993, p. 220), que os aspectos pragmáticos são fundamentais para identificar as unidades terminológicas de uma área especializada. Dentre eles, citamos: i) a função básica a que se propõem; ii) a temática de que tratam; iii) os usuários; iv) as situações comunicativas; e, por fim, v) os tipos de discursos.

Tomando por base a abordagem pragmática do texto especializado, podemos concluir que um termo pertencente às teorias da Argumentação deverá atender aos seguintes requisitos:

- i) Tratar objetivamente dos aspectos referentes à área e denominar a realidade da área especializada.
- ii) Representar os conceitos da área.
- iii) Ser resultado das escolhas lexicais dos sujeitos produtores dos textos (estudiosos e pesquisadores da área).
- iv) Refletir o contexto de produção, neste caso, definido por nós, como o ambiente acadêmico-científico.
- v) Evidenciar os tipos de discursos a que se referem: discurso profissional e científico.

Diante destes requisitos, investigar a terminologia de uma área está condicionado a compreender tantos seus aspectos sociais quanto pragmáticos, uma vez que os termos só adquirem valor terminológico se estiverem efetivamente relacionados à situação de comunicação.

Além desses elementos caracterizadores da terminologia pertencente à área de estudo, a seguir, tratamos de discutir os critérios para o reconhecimento das UT pertencentes às teorias da Argumentação, bem como apresentamos as exemplificações advindas do nosso *corpus* de estudos.

3 Critérios para o reconhecimento das unidades terminológicas das teorias da Argumentação

No processo de organização da terminologia de uma área especializada, o ato de reconhecimento das unidades se configura em um desafio íngreme e de

inestimável relevância para dar credibilidade ao trabalho. Esta tarefa exige uma visão crítica da nomenclatura, conhecimento da área de estudo e, sobretudo, é preciso entender que, com os avanços dos conhecimentos, muitas áreas adquiriram o estatuto de cientificidade como as ciências humanas e sociais, por exemplo.

Reconhecer a terminologia como pertencente a uma área especializada é uma tarefa complexa, principalmente porque a noção de pertencimento não é fixa, os termos podem fazer parte da terminologia de diferentes campos do conhecimento. O que identifica uma unidade terminológica própria de uma área é a relevância que esse termo adquire na estrutura conceitual da área de estudo.

Assim, propomo-nos a apresentar alguns pontos fundamentais para que possamos estabelecer os paradigmas que seguiremos para o reconhecimento das UT pertencentes à Argumentação. Partimos do pressuposto de que em um *corpus* de especialidade não circulam apenas o repertório terminológico específico de uma área, estão inseridas, neste contexto, palavras da linguagem comum que poderão adquirir o caráter de termo de um campo de conhecimento especializado.

Nesse sentido, tomamos como ponto de partida, para compreender a terminologia da área, o posicionamento de Maciel (2001, p. 143), quando afirma que o critério de frequência é importante para a Lexicografia, “ao passo que na terminologia e na terminografia, o critério de representatividade sob o ponto de vista da funcionalidade temática requerida pela área de especialidade é prioritário no reconhecimento de um termo e se sobrepõe ao critério estatístico numérico”.

Para a autora, ao discutir a terminologia jurídica, o fundamental é a ideia de especificidade temática e pragmática, que são elementos importantes para o

reconhecimento da terminologia jurídica. Nesse sentido, a primeira “diz respeito aos traços específicos de um ramo de conhecimento ou atividade”, e a segunda está relacionada “ao conjunto de fatores que compõem o processo comunicacional, tais como interlocutores, propósitos e circunstâncias da situação” (MACIEL, 2001, p. 143).

Santiago (2011), quando nos apresenta os parâmetros para o reconhecimento do léxico da educação a distância, orienta-nos a refletir sobre a noção de representatividade como um fator importante para o reconhecimento dos termos. Além da pertinência temática e pragmática, o autor também apresenta ainda o parâmetro linguístico-textual e o parâmetro da descrição de características como elementos que poderão auxiliar na ação do reconhecimento das UT.

Para desenvolver nossa pesquisa, partimos da noção de representatividade, como fator importante, e apropriamo-nos dos elementos caracterizadores que deve apresentar uma UT para ser definida como pertencente às teorias da Argumentação.

Dentre esses elementos, sintetizamos:

- Denominar a realidade da área de estudos;
- Representar os conceitos que circulam na comunidade;
- Estar presente nos textos acadêmico-científicos;

Assim sendo, de posse dos atributos já citados, as UT da Argumentação devem ainda pertencer à classe dos substantivos ou ser um sintagma nominal. Esta escolha se justifica pelo fato de nos depararmos com a presença destes elementos

linguísticos em maior número no nosso *corpus* e ainda pelo fato de que os substantivos e os sintagmas nominais exercem a função de denominar os conceitos de uma área e os sintagmas nominais apresentam uma significação global, ou seja, mesmo sendo formados por dois ou mais componentes expressam um sentido único.

Ademais, apropriamo-nos das noções de pertinência temática e pragmática defendidas em Maciel (2001), que está vinculada a ideia de que nem toda a nomenclatura que aparece em um texto especializado pode ser considerada termo especializado. Por essa razão, Maciel (2001, p. 277) afirma que “os termos, sejam unidades sgnicas ou lexicais, são vinculados à área temática pelo significado ou pela funcionalidade”. O que configura ao termo a característica de especializado é o fato de apresentar elementos que o relacione à área, no que se refere à função que exerce no contexto de uso.

A pertinência temática diz respeito aos traços distintivos que representam as especificidades de uma área especializada. Em outras palavras, refere-se aos aspectos semânticos que ligam o termo a área de domínio. Segundo Santiago (2013, p. 101), as características de um termo com base no critério temático estão relacionadas à “importância semântica do termo no domínio, termo *strictu sensu* e termo essencial”.

Sendo assim, de acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 138), “esses traços caracterizam a individualidade do domínio”, ou seja, funcionam como elementos definidores de um campo de conhecimento. É a pertinência temática que define se uma UT pertence a uma área e quais traços apresentam para caracterizá-la. Embora possa pertencer a mais de um campo de conhecimento é “o fato de vincular-se a um conceito que faz parte do campo cognitivo do domínio inventariado” (KRIEGER E

FINATTO, 2004, p. 138) que irá determinar a ideia de pertencimento.

Nesse sentido, apropriamo-nos das UT *nova retórica e argumentação retórica* que são utilizadas para nomear a teoria da Argumentação de base retórica. Notamos que, ao observar estas UT, elas não levantam dúvidas sobre o grau de pertinência à área. Em suma, as unidades revelam, pela presença da própria expressão retórica, a pertinência temática, já que, a nosso ver, revelam grau de transparência em suas significações.

Situação similar acontece com as UT *argumentação na língua, teoria da argumentação na língua e argumentação linguística* quando exercem a função de nomear a teoria da Argumentação de base linguística. Estas unidades expressam na própria organização do vocábulo características que as relacionam à teoria da Argumentação de base linguística.

Outra noção que nos é fundamental diz respeito à pertinência pragmática, que, de acordo com Santiago (2011, p. 101), é a pertinência pragmática “a condição que permite que o termo faça parte de uma terminologia *lato sensu*, em função de cobrir conceitos de áreas especializadas que adentram no domínio principal”. É a ideia de que as unidades são definidas tendo em vista o contexto de produção da comunicação. Uma mesma unidade poderá pertencer a duas ou mais áreas do conhecimento, no entanto, são o objetivo da obra e o contexto que funcionam como elementos determinantes para que uma UT seja incluída no repertório de uma área especializada.

As características que definem o termo no que se refere à pertinência pragmática, ainda segundo Santiago (2013, p. 102), estão relacionadas à “função

informativa e comunicativa, termo *latu sensu* e oriundo de outras áreas”. O critério de pertinência pragmática diz respeito às informações que são acionadas no contexto de comunicação.

De acordo com o critério de pertinência pragmática, as UT *argumentação no discurso*, *argumentação discursiva* e *teoria da argumentação no discurso* que delimitam campos de estudos mais ligados ao discurso, ao nomear a teoria da argumentação de base retórica, assim o fazem por meio da transposição de uma área para outra com sentidos específicos. Em outras palavras, estas UT apresentam na organização estrutural a expressão “discurso”, que também faz parte do léxico de outras áreas de estudos da linguagem. No entanto, o que as caracterizam como pertencentes ao campo da argumentação é a pertinência pragmática.

Ademais, as unidades são utilizadas com sentidos e características diferentes do seu uso original. A noção de discurso não é transposta do mesmo modo que o termo é estudado em sua área de origem. Estamos nos remetendo ao discurso como elemento que o orador se apropria para convencer seu interlocutor, ou seja, o discurso com características argumentativas.

A mesma situação ocorre com as UT *semântica argumentativa*, *argumentação linguística*, *pragmática linguística*, *pragmática integrada*. Estas unidades nomeiam a teoria da argumentação de base linguística, e o grau de pertencimento das unidades às teorias da argumentação se dá por meio da pertinência pragmática, posto que são expressões que revelam pertencimentos aos estudos semânticos, pragmáticos da linguagem e que são retomadas no CORPARG com a função de especificar elementos caracterizadores da argumentação na língua.

Convém destacar que além dos critérios descritos, apropriamo-nos da ideia de validação dos termos, que se configura como um critério fundamental para a tarefa de reconhecimento da terminologia de um domínio. Ou seja, consideramos necessária a participação dos especialistas no processo de reconhecimento da terminologia, já que são os conhecedores dos vocábulos que circulam na comunidade.

Selecionamos dois especialistas de cada uma das subáreas para analisarem as listas de palavras e nos dizer se pertencem ou não a cada uma das teorias da Argumentação que desenvolvem em suas pesquisas. Esclarecendo, ainda, que os especialistas são pesquisadores pertencentes aos grupos de pesquisa em Linguística do texto da Universidade Federal do Ceará (UFC) – PROTEXTO – e em produção e ensino de texto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – GPET.

Em síntese, expomos os critérios para o reconhecimento das UT pertencentes às teorias da Argumentação, a seguir:

Quadro 1: Critérios de seleção das unidades terminológicas

- | | |
|----|---|
| a) | pertinência temática; |
| b) | pertinência pragmática; |
| c) | categoria linguística dos substantivos ou sintagmas nominais; |
| d) | confiabilidade, por meio do teste de fiabilidade. |

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante destas abordagens, concluímos que as UT pertencentes às teorias da Argumentação devem atender aos critérios definidos e apresentamos as exemplificações com as unidades advindas do CORPARG.

Quadro 2: critérios de reconhecimento e exemplificação das UT retiradas do *corpus* da Argumentação (CORPARG)

CRITÉRIOS	EXEMPLIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Denominar a realidade da área de estudos • Estar presente nos textos acadêmico-científicos; • Pertencer à classe gramatical dos substantivos ou ser um sintagma nominal; • Ter a anuência dos especialistas da área. 	<p><u>Teoria da Argumentação de base Retórica</u> <i>nova retórica; argumentação retórica; argumentação no discurso; argumentação discursiva e teoria da argumentação no discurso.</i></p> <p><u>Teoria da Argumentação de base Linguística</u> <i>argumentação na língua; teoria da argumentação na língua; argumentação linguística; semântica argumentativa, pragmática linguística, pragmática integrada.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> • Pertinência temática 	<p><u>Teoria da Argumentação de base Retórica</u> <i>nova retórica; argumentação retórica.</i></p> <p><u>Teoria da Argumentação de base Linguística</u> <i>argumentação na língua; teoria da argumentação na língua.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> • Pertinência pragmática 	<p><u>Teoria da Argumentação de base Retórica</u> <i>argumentação discursiva e teoria da argumentação no discurso.</i></p> <p><u>Teoria da Argumentação de base Linguística</u> <i>argumentação linguística; semântica argumentativa, pragmática linguística, pragmática integrada.</i></p>

Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com as considerações até então apresentadas neste trabalho, podemos afirmar que os critérios delineados se configuram como fundamentais para a tarefa de selecionar e organizar a terminologia de uma área especializada, sobretudo, no nosso caso, das teorias da Argumentação.

Considerações finais

Nossa pretensão com este artigo consiste em apresentar o conjunto de características que tem como objetivo orientar o nosso olhar no processo de reconhecimento da terminologia das teorias da Argumentação. Tal propósito se justifica pelo fato de não haver uma área especializada que apresente uma terminologia autêntica, única e especificamente própria, ou seja, as unidades terminológicas podem fazer parte de diferentes áreas, com sentidos e significações distintas. Por esta razão, torna-se relevante estabelecer os critérios para sistematizar a terminologia de uma área, uma vez que servem de orientação para observar as UT no *corpus* de estudo.

Notamos que as UT que circulam na área das teorias da Argumentação emergem principalmente das áreas discursivas da linguagem, tais como: Análise do Discurso, Semântica e Pragmática. É oportuno mencionar ainda que os critérios não acontecem isolados, conforme demonstramos no quadro ilustrativo anterior, mas em uma relação de imbricamento e inter-relação entre as unidades.

Pudemos constatar que as UT se configuram como representativas para a área. São unidades que possibilitam a construção identitária, atribuindo ao campo da argumentação traços específicos e particularizados no que se refere às UT que nomeiam as teorias, considerando os pontos de vista e as singularidades das vertentes teóricas.

Ao analisarmos os aspectos comportamentais das unidades no CORPARG, deparamo-nos com um repertório terminológico que, embora revele um caráter de

complexidade das teorias, expressa concepções, crenças e posicionamentos defendidos pelos estudiosos da área ao realizarem suas escolhas lexicais. Estes elementos comportamentais são também caracterizadores da identidade da área especializada, já que fornecem, além da riqueza vocabular, os elementos especificadores ao campo do conhecimento.

Em suma, o reconhecimento das UT nos direciona a outros trabalhos com o léxico, uma vez que é a partir desta tarefa que emergem ações vindouras no que se refere à sistematização e organização da terminologia de uma área especializada.

Concluimos que os resultados revelados com esta investigação nos permitiram compreender que a terminologia exerce uma função primordial no processo de identificação de uma área especializada. Por conseguinte, apropriamo-nos das palavras de Benveniste (1989), como forma de reafirmar que, para o campo da argumentação, é a identificação da terminologia que conduz à construção da identidade enquanto área do conhecimento.

Referências

- BENVENISTE, É. *Problema da Linguística Geral II*. Campinas/SP: Pontes, 1989.
- BRETON, P. & GILLES, G. *História das teorias da Argumentação*. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.
- CABRÉ, M. T. *La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.
- KRIEGER, M; G. O termo: questionamentos e configurações. *TradTerm*, 7, 2001, p. 111-140.
- _____, FINNATO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MACIEL, A. M. B. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/ São

Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas, 2001, p. 275-284.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTIAGO, M. S. *Unidades fraseológicas especializadas em tutoriais de ambientes virtuais de aprendizagem: proposta de um sistema classificatório com base na valência verbal*. 2013. 223 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. *O léxico da Educação a Distância: parâmetros para o reconhecimento terminológico de uma área em desenvolvimento*. DOMÍNIOS DE LINGU@GEM. V 5. n° 2. 2º Semestre 2011.

SOUZA LARA, M. *Variação das unidades fraseotermológicas da culinária entre Português Brasileiro e Português europeu*. 2014. 377 f. Tese (Doutorado em Linguística), Departamento de Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Coorientação da Universidade Paulista Júlio Mesquita Filho, 2014.

TOULMIN, S. E. *Os usos do argumento*. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARTIGO

A construção da *brasilidade* inscrita em anúncios impresso e televisivo das sandálias Havaianas**Cid Ivan da Costa Carvalho¹**

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar os efeitos discursivos da *brasilidade* nos anúncios publicitários impresso e televisivo das sandálias Havaianas, entrevedo as relações entre a construção desse tipo de anúncio na constituição da identidade nacional. Para isso, utilizamos dois passos fundamentais: o estudo bibliográfico em autores da Análise do Discurso, como: Pêcheux (2007), Orlandi (2003), Foucault (2004) e com Hall (2005) estudioso da cultura moderna e a pesquisa no *site* das sandálias Havaianas um comercial televisivo e um anúncio impresso publicado na revista. Os anúncios publicitários das sandálias Havaianas exploram o sentido do uso tradição de que o Brasil é o melhor lugar do mundo para viver, associando a *brasilidade* ao produto e fazendo com que as Havaianas sejam reconhecidas como sinônimo de ser brasileiro.

Palavras-chave: Discurso; Interdiscurso; Anúncio publicitário; Brasilidade.

Introdução

A revista *notícia do varejo*, em maio de 2006, publica o encarte *brasilidade que atrai os turistas*. O encarte fala da exposição das sandálias Havaianas no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Os turistas ficaram encantados com a criatividade na forma, na textura e nos adereços utilizados nas sandálias por

¹ Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Docente e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

apresentar as características muito peculiares no modo de ser dos brasileiros, como a forma simples de ser, o jeito descontraído de viver, a maneira despojada de lidar com os problemas.

Não é de se surpreender que eles tenham ficado maravilhados. Já no período do ‘descobrimento’, em 1500, Cabral e a esquadra portuguesa se encantaram com as belezas naturais da terra, do povo em que aqui viviam e do modo como estes se comportavam. Esse encantamento produziu efeitos que se encontram enraizados até os dias atuais. O que os estrangeiros pensam dos brasileiros, em parte, são verdadeiros, porque há modos de comportamentos, estilos de vida, símbolos, etc. que pertencem apenas a esse povo, ou seja, são diferentes de outros povos em sua relação com o meio sóciohistórica e cultural.

Mas, de modo geral, o que faz com que perpetue essa concepção do brasileiro são os meios de comunicação. Eles se utilizam de sentidos que estão sedimentados e memórias que ficaram inscritas na cultura nacional, constituindo uma forma de dizer, um discurso capaz de conectar as pessoas com a nação em que vive. Disso não se pode dizer que esses meios são formas de perpetuação da tradição brasileira, seus símbolos e representações, de modo a construir sentidos, segundo Hall (2005), que influenciam e organizam tanto as ações quanto a concepção que se tem de nós mesmos. Logo, os meios não são apenas instrumentos de persuasão, mas também de construção de sentido e de subjetividade.

Visto desse modo, podemos perguntar: que efeitos de sentido estão constituídos sobre a *brasilidade* nos anúncios impresso e televisivo das sandálias Havaianas? Essa pergunta implica em analisar os efeitos discursivos da *brasilidade* na

produção de comercial das sandálias Havaianas, observando, mais precisamente, as relações entre a construção dos anúncios impresso e televisivo com a constituição da *brasilidade*. Tendo isso em vista, busca-se uma compreensão da construção sóciodiscursiva dos aspectos característicos do ser brasileiro e não uma apresentação “fiel” do brasileiro.

Desse modo, a análise vinculará a identidade nacional à inscrição da posição sujeito no enunciado. Esse aspecto mostra-se de grande relevância, uma vez que o sujeito não é um sujeito empírico, mas uma posição inscrita na materialidade discursiva. Assim, buscará compreender efeitos de sentido sócio e historicamente produzidos na relação da inscrição na língua com a ideologia, tendo como pano de fundo uma noção de sujeito produzido na heterogeneidade, no conflito, no desejo de ser e de não ser das relações sociais.

Para isso, pesquisamos no *site* das sandálias Havaianas um comercial televisivo que começou a ser divulgado em dezoito de julho de dois mil e oito em rede nacional; e um anúncio impresso publicado na revista *Veja*, no mês de janeiro de 2005. Para a análise desse comercial, buscamos fundamentação nos estudos de Análise do Discurso Francesa, em que nos apresenta aparato teórico para a compreensão das condições sociais e ideológicas da produção de textos.

Este trabalho está dividido em três partes: a primeira apresenta a diferença entre os anúncios publicitários impresso e televisivo; a segunda mostra as definições de discurso e interdiscurso e o conceito de mito fundador e a terceira parte expõe a análise dos anúncios publicitários sobre a perspectiva da Análise do Discurso.

1 Características dos anúncios impresso e televisivo

Os anúncios publicitários² impresso e televisivo apresentam estruturas, estilos e formas composicionais, pois eles são publicados em suportes diferentes, tendo como público-alvo sujeitos distintos, ou seja, com formas relativamente estáveis e normativas do enunciado. (BAKHTIN, 2003). No entanto, eles têm em comum o fato de serem gêneros midiáticos com função social de interação - incluindo aí a função persuasiva - e de divulgação de um produto por meio de recursos linguísticos, imagéticos e audiovisuais. Assim, apresentaremos as características dos anúncios publicitários impressos e dos anúncios televisivos.

Os anúncios publicitários impresso e televisivo possuem características semelhantes a todos os gêneros como tema ou objeto do discurso, estilo verbal, que se constituem a partir da seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua, e construção composicional, sendo estes últimos procedimentos composicionais para a organização, disposição e acabamento da totalidade discursiva e da relação dos participantes da comunicação discursiva.

Esses aspectos podem ser encontrados em qualquer gênero, porém, o que diferencia esse gênero dos demais é a sua flexibilidade. Muitas vezes, encontramos nele uma mixagem de temas, estilos e composições. Há anúncios impressos que exploram vários temas de modo que o isolamento de um deles faz perder a qualidade do anúncio. Desse modo, descreveremos esses aspectos relativos ao gênero sem perder de vista o discurso que está atrelado a sua materialidade.

²O termo anúncio, neste trabalho, será utilizado como sinônimo de propaganda, de anúncio publicitário e de comercial.

Rodrigues (2005) afirma que a escolha de um ou de vários temas determinam o objeto discursivo e a finalidade discursiva de seu produtor, orientando o sentido específico que o leitor ou telespectador deve atribuir no processo de construção. Assim, a produção do sentido deve levar em consideração a ideia de que todo enunciado se dirige prioritariamente para a atividade do outro ou para o efeito de sentido que se quer produzir no outro. Isso mostra que a escolha temática não é aleatória; está sempre permeada pelo suporte de veiculação e pelo olhar do outro. Desse modo, para o sujeito produtor, “os gêneros constituem-se como ‘índices’ sociais para a construção do enunciado. Para o sujeito leitor, os gêneros funcionam como um horizonte de expectativa (de significação)”. (RODRIGUES, 2005, p. 166). Esse aspecto deixa claro o fato de alguns temas serem mais recorrentes em revistas do que na televisão, uma vez que o tema está relacionado ao público e ao meio.

Além da escolha temática, a construção composicional da propaganda, por mais que seja flexível, possui aspectos estáveis em sua constituição. Esse gênero se compõe de recursos linguísticos e não-linguísticos que levam o consumidor a se convencer consciente ou inconsciente da necessidade do produto. No anúncio publicitário, o gênero se compõe de textos escritos com linguagem simples e imagens estáticas; no comercial, as imagens estão em movimento e podem vir com uma música, uma poema recitado, etc. em ambos os casos, o material linguístico tem, muitas vezes, a forma de diálogo que produz assimetria entre os alocutários: embora o locutor use formas no imperativo, ele transmite um discurso alheio a si mesmo; contudo, o sujeito leitor é atingido pela atenção desse locutor em relação ao objeto do seu discurso.

Essa diferença na composição traz consequências fundamentais para análise das temáticas em cada tipo de propaganda, uma vez que a composição está indissociavelmente ligada com o tema discursivo. Devido a isso, faremos uma prévia explanação dos aspectos da mídia impressa e televisiva.

2 Discurso, Interdiscurso e Mito Fundador

Para a Análise do Discurso (AD), o discurso é definido por Pêcheux (1997) como efeito de sentidos entre locutores que acontece em momentos sóciohistóricos e que se materializa no linguístico. A natureza do efeito de sentido não é dada no momento da formulação discursiva, mas nas relações de linguagem, ou seja, nas relações dos sujeitos e dos sentidos envolvidos no momento da interlocução. Por isso, retomando a posição de Pêcheux (1997), a matriz do sentido não é a palavra ou o enunciado, mas uma 'família' metafórica ou parafrástica, conforme se trate de palavras ou de enunciados. Para melhor compreensão, esse autor define o conceito de *efeito metafórico* dizendo que é

o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento do sentido” entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y , esse efeito é característico dos sistemas linguísticos “naturais”, por oposição aos códigos e às “línguas artificiais”, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua “natural”. (PÊCHEUX, 1997, p. 96).

Nesse contexto, pode-se afirmar que o efeito de sentido produzido por uma palavra não é o sentido dessa palavra, mas um conjunto de palavras que mantém com

ela uma relação metafórica. No dizer de Possenti (2003, p. 40): “as palavras têm seu sentido num discurso que remete sempre a ocorrências anteriores”, ou seja, as palavras produzidas em outro(s) discurso(s), anteriores ao discurso formulado no momento da enunciação; disso decorre, o modo de funcionamento típico de um discurso: retomar um sentido.

Com relação ao efeito parafrástico, ou seja, o efeito de sentido produzido no âmbito do enunciado, Pêcheux (1997) afirma que a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre as sequências e constitui o que se poderia chamar de "matriz do sentido". Isto equivale dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implica este efeito.

Toda a produção de sentidos é feita a partir da memória que aciona a formulação a toda a filiação de dizeres, ou seja, a memória se atualiza na relação entre o interdiscurso e o intradiscurso. O primeiro, "é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independente" (ORLANDI, 2003, p. 31). O interdiscurso é uma região de encontros e de confrontos de sentidos. Essa região está no eixo da constituição do sentido, onde teríamos todos os dizeres já ditos - e esquecidos - em uma estratificação de enunciados, em seu conjunto, representa o dizível.

Esse processo se apresenta não como uma produção textual de modo inseparável dos anúncios publicitários. O sujeito não está isento dos efeitos discursivos provocados nos interlocutores e, estes sentidos, são produtos da história; são permeados por sentido anterior que instaura e autoriza a produção do sentido em outro lugar.

Quando se trata da identidade nacional isso ocorre por meio do mito fundador. “o mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. (CHAUÍ, 2004, p. 9). Ele não está presente, necessariamente, como um acontecimento do passado, como elemento exterior à vida dos sujeitos, pois é ele que emoldura o sentido que se dá a nação e aos acontecimentos e que cria subjetividades de tal modo que os sujeitos pensam que vem de si mesmo. É assim que os anúncios utilizam as linguagens verbal e não verbal para exprimir novos valores e ideias sobre a identidade nacional e, assim, funcionam como dispositivo de referência básica no imaginário constitutivo do país.

Na constituição da brasilidade, há alguns mitos fundadores muito explorados pelos anúncios como o mito da miscigenação, o mito do paraíso terrestre e o do verde-amarelismo, que constituem o imaginário brasileiro.

Ortiz (2003), tratando dos estudos sobre a identidade nacional, diz que o brasileiro é uma mistura das três raças e que cada raça contribuiu de forma específica para a formação da identidade nacional. Conforme Ortiz (2003, p. 43), esse autor oferece ao brasileiro uma espécie de carteira de identidade e “não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos se reconhecerem como nacionais”. Esse mito é sempre retomado por meio de imagens ou de personagens que fazem lembrar a existência do brasileiro como um povo miscigenado.

Em *Visão do Paraíso* (2000), Sérgio Buarque de Holanda oferece uma apurada descrição e interpretação de outro mito presente na sociedade brasileira: o Brasil como paraíso terrestre. Na verdade, é o ponto de origem dos mitos acima

citados, ou podemos dizer que aqueles são desenvolvimentos a partir deste. Certamente, não foram poucos os que se sentiam realizadas nas visões que tinham do paraíso ou os que poderiam se sentir num lugar de descanso eterno. Mas como esse autor escreve (HOLANDA, 2000, p. 230): “Ora, sucede que o Paraíso Terrestre é, por sua própria essência, inatingível aos homens, ou, na melhor das hipóteses, só pode, talvez, ser alcançado à custa de ingentes e sobre-humanos esforços.”

Na outra ponta, encontra-se o verde-amarelismo que está vinculado ao paraíso terrestre. Ele foi elaborado, segundo Chauí (2004), no âmbito da burguesia brasileira para representar a imagem do Brasil como um país agrário. O período de sua construção se deu entre o fim do século XIX para o início do século XX, mesmo no período em que se lançavam os princípios da nacionalidade.

Esse mito retrata o país numa visão histórica em que articula o sistema colonial ao mercantilismo e é “determinado pelo modo de produção capitalista a ser uma colônia de exploração”. (CHAUÍ, 2004, p. 33). Ou seja, o Brasil é representado nos moldes de uma economia voltada para o mercado externo metropolitano e a sua produção se organiza na grande propriedade privada. Desse modo, esse mito justifica, juntamente com o anterior, a exploração e destruição da mata brasileira, uma vez que o verde representa a mata e o amarelo o minério do país.

Cada mito tem a sua especificidade de exteriorização nas propagandas das Havaianas e constitui, para o nosso estudo, a problemática central da qual a análise será aqui percebida. Se por um lado o mito da miscigenação e do verde-amarelismo estão mais presentes nos textos impressos, por outro lado o mito do paraíso tropical estão mais relacionados aos textos televisivos.

3 Construção da brasilidade

As práticas discursivas organizam-se em discursos e estes organizam o modo de apreender o mundo. Os anúncios publicitários impressos das sandálias Havaianas são publicados, geralmente, em revistas de circulação nacional e os anúncios televisivos são difundidos por meio das emissoras de televisão. Cada um desses meios de comunicação apresenta o produto utilizando a linguagem, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas.

As materialidades que dão corpo aos sentidos e os articulam nos enunciados estabelecem com a história e a memória um papel peculiar, pois, através delas, percebemos marcas deixadas pela história. Trata-se, portanto, de trajetórias históricas de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia. Sob tal perspectiva, neste tópico, serão analisados dois anúncios: o primeiro foi publicado em revista e o segundo foi veiculado em canal de televisão aberta.

3.1 Entrando com o pé direito

O anúncio publicitário que analisaremos apresenta uma sequência de duas páginas duplas, traz uma sandália Havaiana e um pé, enrolado em fitinhas da sorte, onde se lê um poema. A primeira parte, composta de duas páginas, coloca em destaque uma sandália de cor amarela do lado esquerdo e, ao lado, um pé direito feminino em volta de várias tiras de sandálias onde está escrito o começo do poema. A

segunda parte inverte as posições: primeiramente, apresenta o pé esquerdo feminino, também em voltas de tiras onde está escrito o final do poema e, depois, a sandália de cor verde. Porém, cada parte está sob um pano de fundo de múltiplas cores, de variadas situações e de elementos típicos do Brasil.

Figura 1 – Anúncio publicitário impresso das sandálias Havaianas



Fonte: Revista *Isto É* n. 30, ano 1991, 26 dezembro de 2007, p. 2-5.

As cores verde, amarela, azul, branca, róseo, vermelha, etc. estão mixadas sobre a superfície do texto, dando ênfase nas cores da bandeira do país e, conseqüentemente, naquilo em que essas cores representam para o brasileiro. As

cores da bandeira brasileira representam a relação do povo com os seus bens naturais: o verde simboliza a flora e a fauna; o amarelo, as riquezas minerais; o azul, o céu límpido. Ao colocar as outras cores, a propaganda mostra o Brasil como o país da diversidade cultural, da mistura de raças e culturas que o formam.

Ainda no campo da imagem, observa-se que as situações expressas pela propaganda ocorrem na praia ou insinuam o espaço da praia: como a cadeira sobre uma areia fina e embaixo de uma sombrinha, um rapaz fazendo acrobacia à beira da praia e três moças passando bronzeador sobre o corpo. Dessa maneira, a propaganda faz referência à construção histórica sobre o modo de vida brasileira e à forma como o brasileiro é visto pelo estrangeiro, ou seja, o brasileiro só gosta de “sombra e água fresca”.

As imagens não mostram os sujeitos em situação de trabalho, mas em ambiente de descanso e alegria, associando, desse modo, as sandálias ao conforto e despojamento que proporcionam aos consumidores; diferentemente dos sapatos que, além de representar o labor, servem como uma espécie de incômodo aos pés. Nesse sentido, pode-se dizer que o texto traz à memória o brasileiro despreocupado com as situações adversas e silencia a utilidade dos sapatos ou mesmo o conforto que estes proporcionam em estações frias.

Outros elementos da brasilidade que se deve acentuar são as frutas tropicais, como o caju, laranja, banana, melancia, etc. Como se sabe, o Brasil é conhecido mundialmente por ser um “país tropical” onde tem belas praias, mas também terras “onde se plantando tudo dá”. Na verdade, desde os primeiros anos de sua formação, o Brasil foi se constituindo como um paraíso terrestre. Essa construção reforça a ideia

de nação agrária e não é diferente que assim seja, visto que a bandeira enfatiza bem essa condição nacional. Esses elementos típicos fazem parte do imaginário social do qual se extrai a noção de Estado subdesenvolvido com sistema agrário de produção.

Essa propaganda das Havaianas constitui um discurso que apresenta os modos de vida dos brasileiros, fundamentados na construção social de um povo de hábitos simples, em um convívio harmonioso do homem com a natureza: com as praias, com as plantas, com os outros homens. Assim, as propagandas das Havaianas legitimam uma concepção inscrita na memória que se articula com a música, o cinema e com toda a imagem que historicamente se construiu sobre o Brasil. Vem à memória a imagem de Carmem Miranda, por exemplo.

Porém, essas formas de expressar o mundo deixam entrever na materialidade discursiva, o discurso de que o brasileiro leva uma vida desregrada, uma vez que os valores expressos pelas imagens e pelos enunciados demonstram a ‘boa vida’ (vida regalada) como lugares qualificativos do brasileiro. Desse modo, a propaganda ao mesmo tempo em que recupera os hábitos do povo brasileiro como aspectos positivos e, assim, associá-los ao produto; ela desloca o sentido, positivando esses mesmos hábitos, em relação ao olhar do outro, do estrangeiro.

O texto da propaganda é composto, também, por um poema, gênero literário que constitui a parte linguística do anúncio publicitário como um todo.

Visualiza-se um poema com doze estrofes de quatro versos constituído de um eu lírico que expressa todo sentimento de alumbramento, em primeira pessoa, decorrente do uso das sandálias Havaianas. Nesse caso, o eu lírico (o eu materializado na poesia) se apresenta como uma inscrição do leitor no ato de leitura do enunciado,

ou seja, o eu lírico não expressa apenas o anseio individual do produtor, mas também o leitor que o lê. Esse aspecto do poema põe o sentimento de simplicidade no universo dos brasileiros, no mundo imaginário constituído pela brasilidade. Isso se dá pelo fato de que o “eu” inscrito no anúncio não é um indivíduo, mas o anseio de uma nação.

Essa propaganda foi divulgada no final do ano de 2007, período em que se começam os preparativos para o *reveillon* e para a chegada do ano novo, logo, determinada pelas condições de produção. Quanto a este, a mídia televisiva destaca reportagens sobre as mães de santo na baía de Guanabara, local onde fazem as oferendas à Iemanjá e pedidos para que o novo ano seja próspero.

Aqueles enunciados trazem, no fio do discurso, a memória do discurso da religião afro-brasileira, o candomblé e é uma resposta a esse discurso, visto que os enunciados não afirmam ser necessários a busca da prosperidade: fama, grana e remissão, mas de sossego e Havaianas. Desse modo, a particularidade do discurso religioso está subordinada a uma característica do ser brasileiro. Em outras palavras, ter dinheiro, fama ou receber uma graça não traz felicidade ao indivíduo, mas uma vida sossegada sim. Afirmando, assim, o discurso de que o brasileiro vive bem por que vive sossegado.

Na primeira estrofe, pode-se perceber que o eu lírico coloca as Havaianas numa condição superlativa nas metas de aspiração social no mundo capitalista (v. 2 e 3). Nesse sentido, o poema sintetiza, conforme se verifica no último verso de todas as estrofes, o sentimento de alumbramento retirado das coisas simples e cotidianas, figurativizando o gosto do brasileiro.

*Que pedir a um novo ano
Fama, grana, remissão?
Pra quê, há coisas mais bacanas
Quero sossego e Havaianas*

No primeiro verso da segunda estrofe (verso quinto do poema) confirma-se esse caráter com as seguintes palavras: *Como eu seria simples*. Aqui o elemento valorativo é a simplicidade, autenticidade e alegria de viver do brasileiro. O segundo: *Espicharia o casco ao sol*, é uma expressão popular que significa deitar à beira mar sem preocupação, reforçando, no intradiscorso, o que foi dito no parágrafo anterior. Desse modo, essa estrofe vem reforçar o aspecto da *brasilidade*, da vida sossegada e acrescentar outro elemento a vida simples.

*Como eu seria simples
Espicharia o casco ao sol
Divalaria bobagens tamanhas
Pé no chão, só as Havaianas*

Outros elementos nacionais são inscritos na materialidade discursiva dessa propaganda. Uma característica bem marcante do discurso sobre o brasileiro é o seu erotismo ou sua frivolidade. Esta é marcada pela busca dos prazeres rápidos e passageiros, como apresentam os versos de vinte e nove a trinta e três do poema.

As palavras e expressões como: sossego, simples, nos versos quarto e quinto, respectivamente; potiguares, gaúchas, baianas, no verso onze; brisa fresca, no verso vinte e dois; Caipirinha, ostra e caju, no verso trinta e oito são alguns dos elementos nacionais que estão atravessados na materialidade discursiva, produzidos efeitos de

sentido que circulam na sociedade sobre a brasilidade ou a formação cultural do país. O interdiscurso é trabalhado por meio desses elementos.

As cores verde e amarela são símbolos da natureza e das riquezas do país que constituem os sentidos, mas não em sua totalidade, pois ninguém consegue enxergar a totalidade significativa nem compreender todos os percursos de sentido produzidos socialmente.

Os discursos se erigem em fundamentos e justificativas para as regras do convívio social; enquanto as expressam a legitimam, pois os seus efeitos são as produções de sentidos. Desse modo, os discursos representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido.

Porém, além desses efeitos de sentido, pode-se observar que, nesse despojamento, o que chama a atenção é o efeito de possibilidade proposto pelo uso dos verbos no futuro do pretérito, potencializando o sentido de realização, ao mesmo tempo em que sugere rupturas com as coisas consideradas ruins, como a imagem do chefe, por exemplo, anunciada no verso vinte e um.

No poema, a miséria social e interior é silenciada para dar lugar a uma espécie de felicidade provocada pelo uso e posse das Havaianas. Com essas sandálias é possível romper todas as conversões sociais e garantir, assim, a realização pessoal.

3.2 Orgulho de ser brasileiro

Os comerciais dessa marca se dividem geralmente em três partes. A primeira parte cria a situação de uso do produto, frequentemente refletindo uma situação de

uso do consumidor, quando surge um problema - que será resolvido pelo produto - ou apenas temos o consumidor em seu dia a dia. A segunda parte é a demonstração do produto. Costuma-se mostrar o ator ou atriz fazendo menção ao produto ou simplesmente um *close* no produto, enfatizando as Havaianas. A última parte traz o desfecho da situação em que, na maioria das vezes, produz efeitos de riso. Nessas três partes os comerciais das Havaianas se constroem no sentido de promover o produto e de associar a marca aos objetos culturais como a caipirinha e o futebol.

O comercial, que começou a ser divulgado no dia 18 de julho de 2008 em sistema de televisão aberta do país, tem o ator Lázaro Ramos como protagonista. Este comercial apresenta dois pontos fundamentais quando se analisa a identidade nacional: o olhar que o brasileiro tem de suas condições socioeconômicas e a ‘paixão’ de pertencer a um país ‘maravilhoso’, ou seja, de habitar o paraíso.

Figura 2 - Imagens ilustrativas do anúncio televisivo das sandálias Havaianas



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nLPv8R2L6ZE>.

O ator aparece sentado em um quiosque na praia, estudando um *script*, quando o dono do estabelecimento comenta que ambos estão usando sandálias iguais. A conversa se estende aos problemas e às belezas do Brasil, quando um

argentino ‘chato’ acaba deixando os dois zangados, interferindo na discussão. O diálogo entre eles se dá assim:

O dono do quiosque diz: - *E aí Lázaro!*

- *opa, meu irmão! Beleza?! Responde Lázaro*

- *sua havaiana é igual a minha!* Por entre as brechas da madeira do quiosque, mostra os pés calçados com uma sandália havaiana de cor verde.

- *éh, éh, né!* O ator fala olhando para os pés de Havaianas, e continua

- *Mas você é que é feliz que pode trabalhar todo dia com a sua.*

- *isso aqui é que é escritório, né – e acrescenta - Só não entendo um país como esse passar tanta dificuldade.*

- *como é que pode, né?! Um país rico desse com tanto problema.*

Confirma Lázaro Ramos.

Um terceiro personagem que está ao lado do quiosque é um estrangeiro e interfere na conversa em língua espanhola:

- *eu concordo como vocês – Lázaro e vendedor se voltam para a voz do estrangeiro - eu não compreendo porque no Brasil tem tanto problema.*

O vendedor, com um olhar de reprovação, para o gringo diz: - *que problema?!*

- *é o que, rapaz!!!* Diz Lázaro Ramos fazendo gesto de reprovação.

- *que problema rapaz?! O Brasil tem problema aonde rapaz!* Diz o vendedor revoltado com a opinião do ‘gringo’.

- *o Brasil é maravilhoso, é perfeito, rapaz!* Pronuncia Lázaro Ramos, ainda folheando o *script*.

O vendedor continua passando o pano no Balcão, agora com mais força, afirma: - *tá maluco, rapaz?! Aqui aparece cada uma!*

No final do comercial surge a imagem da bandeira do Brasil construída por

um conjunto de sandálias Havaianas nas cores nacionais: verde, formando o retângulo da bandeira, amarela, compondo o losango, e azul, formando um círculo. Nesse momento, uma voz diz: “Havaianas do Brasil”.

Este comercial conta uma história do cotidiano, introduzindo as sandálias como foco. Dentro do filme, o enunciado “sua havaiana é igual a minha!” não está aí por um acaso; ele apresenta um sentido de igualdade entre o dono do quiosque e o ator. Numa visão discursiva, tal enunciado não chama atenção pelo fato de que os dois usam o mesmo tipo de sandália, mas por mostrar que tanto um ator usa as Havaianas quanto um vendedor. Logo, não há fronteiras para o uso das Havaianas, é acessível a todos, pois “todo mundo usa”, o que, de certa forma, relativiza uma série de discursividades em torno da desigualdade social no Brasil.

Porém, quando entra a fala do outro - do estrangeiro - sobre os problemas brasileiros, a primeira reação destes é defender o país com ‘unhas e dentes’. Isso não se dá apenas pelo fato de estarmos inseridos em uma cultura, mas pelo fato de que a cultura em que vivemos impõe formas de nos sentirmos como brasileiros e agirmos como tal. O sentimento que temos do Brasil é permeado pelo processo histórico pelos quais este passou. Vivemos num país “abençoado por Deus e bonito por natureza”, num país em que a natureza foi solidária: nas praias, fauna e na flora. Acrescenta-se a isso o fato de termos arraigado na memória, uma tradição de que o Brasil é o melhor país do mundo para se viver, pois aqui não temos guerra, não temos catástrofe como tsunamis, erupções de vulcões, furacões, etc. Disso decorre o discurso de que somos ‘apaixonados’ pelo Brasil. Essa paixão justifica a ação do ator e do dono do quiosque, ambos representam os brasileiros na defesa ao seu país.

A materialidade discursiva dessa propaganda atravessa o discurso sobre as condições de existência no país, mostrando que o Brasil não é o país das mazelas naturais como acontece em outros, mas o país de problemas sociais devido à má distribuição de renda. Por outro lado, vivemos num país que “é maravilhoso, é perfeito” em riquezas naturais. Assim, o paradoxo inscrito na materialidade reflete as contradições existentes no cenário nacional: não podemos sustentar o argumento de que vivemos num paraíso terrestre, só porque estamos num país de belezas naturais, pois os problemas sociais são visíveis tanto para o brasileiro como para o estrangeiro.

Considerações finais

Em particular, os comerciais das sandálias Havaianas exploram o sentido da simplicidade, autenticidade e alegria de viver dos brasileiros, valorizando os aspectos culturais do povo. Além disso, há o discurso cristalizado de que o Brasil é o melhor lugar do mundo para viver. Com isso, os proponentes associam a *brasilidade* à própria marca, fazendo com que as Havaianas sejam reconhecidas no mundo todo como sinônimo de ser brasileiro.

Ora, o uso desses recursos nos comerciais das “Legítimas” faz uma homenagem à essência do brasileiro: simplicidade, descontração e autenticidade e serve como uma forma de persuadir os seus interlocutores, uma vez que não se dirige a apenas um grupo social, mas a toda uma nação. A identificação ao produto propõe estabelecer através da identidade constituída socialmente uma relação entre o produto e o consumidor brasileiro. Unindo esses dois fatores, os anúncios contribuem

para uma solidificação da brasilidade e para que haja associação do produto ao ser do brasileiro.

Para isso, nas análises feitas, parece suficiente apontar a importância da análise do discurso para a compreensão de sentidos produzidos em textos da mídia, principalmente, porque os percursos significativos são entendidos como efeitos de linguagem. Desse modo, ao acompanhar alguns trajetos de sentidos em textos publicitários, podemos perceber sua função na produção social das lutas pelas construções/reconstruções das identidades nacionais.

Nesse processo, a identidade foi vista como um produto do exterior, por um trabalho discursivo contínuo da memória e do interdiscurso em que a relação do sujeito se dá através dos retornos nas redes de discursos. A identidade não é uma imposição “de fora”, que pressupõe a passividade de um sujeito receptáculo formatado por moldes produzidos em outros lugares.

Referências

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4 ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-269.
- CARVALHO, N. de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GREGOLIN, M. do R V. Nas malhas da mídia: agenciando os gêneros, produzindo sentidos. In: BARONAS, R.L. *Identidade cultural e linguagem*. Cáceres-MT: Unimat Editora; Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 23-33.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2005.

- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5 ed. Campinas: pontes, 2003.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da Memória*. 2 ed. Campinas: Pontes editores, 2007, p. 23-37.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas: Pontes Editora, 2006.
- _____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-161.
- POSSENTI, S. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: GREGOLIN, M. R. e BARONAS, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2 ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003, p. 37-46).
- RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola editora, 2005, p. 152-183.

REVISTA SARIDH

PERIÓDICO ELETRÔNICO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS DO CERES
v. 1 n. 1 - MAIO DE 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

LINGUAGEM E DISCURSO



IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO	Revista <i>Saridh</i> – Linguagem e Discurso
VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	Periódico eletrônico do Departamento de Letras do CERES Centro de Ensino Superior do Seridó Universidade Federal do Rio Grande do Norte Grupo de pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas
RESUMO	<p>Criada em 2019, A Revista <i>Saridh</i> é uma idealização do Departamento de Letras do Centro de Ensino Superior do Seridó, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trata-se de um periódico eletrônico que tem como objetivo propiciar empreendimentos epistemológicos em diferentes níveis da atuação acadêmica, voltados a divulgação de saberes e práticas na área de linguagens e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística.</p> <p>A Revista <i>Saridh</i> constitui-se como produtivo escopo de fomento científico, com fluxo de publicação anual, destinando-se a veiculação de artigos originais, entrevistas e relatos de experiências profissionais atrelados ao universo de pesquisadores, a nível de pós-graduação, envolvidos, por sua vez, com a ciência linguística, na interface da linguagem e do discurso.</p>
ÁREA	Letras, Linguística, Linguagem, Discurso
IDIOMAS ACEITOS	Português
PÚBLICO-ALVO	Alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores em geral, alunos de graduação, desde que, indispensavelmente, sob a orientação de pesquisadores com a titulação mínima de mestre.

**PADRÃO DE
NORMATIZAÇÃO** ABNT

PERIODICIDADE Anual

**TRABALHO
ACEITO PARA
PUBLICAÇÃO** Artigos originais, entrevistas e relatos de experiências profissionais

FOCO E ESCOPO

MISSÃO

Promover a disseminação de conhecimento, voltando-se para a divulgação de saberes na área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística e da atuação acadêmica.

OBJETIVOS

Contribuir para o aumento da produção e da divulgação de conhecimento das comunicações acadêmica e profissional na área de Letras e Linguística.

Fomentar a produção e difundir conhecimento científico oportunizado em pesquisas atreladas a áreas correlatas, que na égide da linguagem e do discurso, abordam temas e objetos ligados às questões sociais, históricas, literárias, midiáticas e culturais.

PÚBLICO-ALVO

Este periódico é dirigido a professores e pesquisadores de diferentes IES e pretende o diálogo com pesquisadores de áreas afins, priorizando a produção acadêmico-científica no escopo dos estudos discursivos e da linguagem. Seu público-alvo são alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores em geral, alunos de graduação desde que sob a orientação de professores/pesquisadores com a titulação mínima de mestre.

ESPECIFICAÇÕES SOBRE ÁREA E TIPOS DE CONTRIBUIÇÃO

São aceitos para a publicação artigos originais, entrevistas e relatos de experiências profissionais.

Serão publicados o mínimo de 5 (cinco) e máximo de 10 (dez) artigos por número. Serão escolhidos os artigos mais bem qualificados pelo Conselho Editorial, considerando a positividade da avaliação expressa nos pareceres de aceitação para publicação.

No caso das entrevistas e dos relatos de experiências profissionais, o quantitativo não ultrapassará 2 (duas) por número em cada modalidade, não havendo obrigatoriedade de número mínimo de produções a serem publicadas por volume ou número. As produções dessa modalidade serão alcançadas mediante demanda apresentada à comissão editorial do periódico ou aquela por ela traçada.

Todas as produções destinadas à publicação na *Revista Saridh* devem, necessariamente, versar sobre a temática de pesquisas, estudos e incursões teórico-metodológicas e analíticas da área das Letras, com fundamentação no escopo das investigações de base linguística, abrangendo todo o universo em torno da linguagem e do discurso.

POLÍTICAS DE SUBMISSÃO

As políticas de submissão de trabalhos – artigos, entrevistas, relatos de experiências profissionais – da *Revista Saridh – Linguagem e Discurso* estão dissolvidas no conjunto de diretrizes gerais para autores, nas considerações éticas para a publicação e na política de privacidade, expressamente atribuídas no escopo do periódico.

O periódico intenta promover a organização de números temáticos específicos, no escopo da área de atuação de seu funcionamento, bem como a sua ampla divulgação em meios eletrônicos e digitais. A organização dos números temáticos fica à critério e decisão da equipe editorial, a quem se reserva o direito de se reunir e deliberar sobre a caracterização de números e volumes.

Toda a submissão e comunicação com autores, editores e avaliadores, é realizada diretamente via *OJS*. A submissão das produções devem ser efetivadas em obediência rigorosa às diretrizes gerais para essa seção, sendo consumada com o retorno, aos autores,

de mensagem de confirmação de recebimento do pedido de submissão pela referida equipe de gestão do periódico. Os textos submetidos devem estar em formato e disposição que atendam às seguintes direções:

a) ter até três autores, um deles com titulação mínima de mestre na área objeto da revista ou em área correlata.

b) os autores com publicação já realizada em volume e número anterior da revista devem, obrigatoriamente, aguardar um interstício de 12 meses para nova submissão, exceto quando se tratar de número e volume especiais ou quando convidados pela Equipe Editorial do periódico, ou ainda, quando o pedido de submissão for de texto de modalidade diferente.

c) apresentar publicação em modelo que obedeça rigorosamente, no plano da formatação, da disposição de conteúdo e da incursão epistemológica, ao ditames e diretrizes gerais em vigor para o periódico. Uma vez sendo solicitadas adequações e revisões pelos membros do conselho editorial, ou eventualmente pela equipe editorial, os autores se comprometem a providenciá-las no prazo recomendado.

d) no caso das entrevistas, estas devem versar sobre problemática condizente com o escopo da revista ou mobilizar conteúdos, afirmações ou apanhado, de ordem teórica e metodológica, em estreito diálogo com o universo dos estudos acerca da linguagem e do discurso, ainda que sob qualquer aparato de conceitos ou vinculado a qualquer vertente de investigação linguística.

e) o conteúdo das produções, a revisão ortográfica e sua formatação técnico-textual são de responsabilidade de seus respectivos autores e proponentes, podendo, à critério da decisão da equipe editorial, ser alterados, modificados no sentido de figurarem consoantes com as diretrizes para a disposição de forma e customização de *layout* do periódico.

f) o estudo apresentado é uma produção autêntica, original e inédita, e não é objeto de submissão e/ou apreciação em outro periódico de igual natureza ou afim. No caso de produções que retomem outros trabalhos ou que tenham sido objeto de discussão, apresentação ou publicação, parcial ou de retomada, em outros domínios e veículos, devem trazer explicação objetiva no texto da mensagem de encaminhamento à submissão.

g) os autores encaminham, em anexo à mensagem com manifestação de pedido de

submissão da produção à equipe editorial, versão do texto em arquivo em formato *word* e *pdf*.

Inerente ao processo de submissão, todos os autores são imperativamente obrigados a observar e a checar a conformidade de seu texto, assim como atentar para as responsabilidades e implicações resultantes da submissão, aos itens que constam nessa proposta editorial. As submissões que não estiverem de acordo com as normas e diretrizes serão imediatamente devolvidas aos seus respectivos proponentes. Durante todo o processo de submissão, apreciação, avaliação, deferimento, não haverá nenhum custo para os autores e/ou proponentes.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Os textos, objetos de submissão, assim como toda comunicação entre editores, avaliadores e autores/proponentes serão recebidos e feitos diretamente via OJS. As produções devem ser submetidas, com rigorosa observância e estrito atendimento aos prazos, estipulados em chamada determinada pelo periódico, e às diretrizes gerais de submissão, conforme expresso nesse projeto editorial.

Considera-se autor todo aquele diretamente envolvido nas etapas de produção do trabalho, independentemente da modalidade do texto ou da seção a que ele se destina, e cujo nome aparece manifesta e expressamente escrito e acoplado à produção em espaço e em especificações destinadas para esse fim.

ARTIGOS

Discussões – As discussões oportunizadas no artigo, assim como nas entrevistas e nos relatos de experiências profissionais, devem incidir sobre obre a produção e problematização de conhecimentos científicos voltados a elaboração, reflexão e discussão teórico-metodológica de práticas e saberes que diz respeito à área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística. As produções podem mobilizar, sobretudo em suas partes de análise, objetos que perpassam o universo dos campos, dentre eles, linguísticos, literários, midiáticos, filosóficos, institucionais, jurídicos.

Título – Deve ser conciso, em caixa alta, em negrito e em fonte *Times New Roman*

tamanho 14, centralizado e com espaço simples entre linhas, seguido de versão em inglês.

Autores – Inserir, abaixo do título com alinhamento à direita, nome completo do autor(es), em ordem direta, apenas com as iniciais maiúsculas, em fonte *Times New Roman*, tamanho 12. Utilizar números arábicos sobrescritos no sobrenome de cada autor, coautor, em ordem crescente, como nota de rodapé para identificar e apresentar a filiação institucional de cada um dos envolvidos. As informações devem aparecer na nota de rodapé da mesma página, contendo titulação, vinculação institucional (centro/departamento/laboratório e instituição de trabalho ou de desenvolvimento de estudos e pesquisas), cidade, país e endereço de e-mail.

Resumo – Texto com o mínimo de 150 e máximo de 200 palavras, apresentando, conforme condições e tipologia inerentes ao gênero, os nortes teóricos e metodológicos da pesquisa, estudo, artigo. Deve conter até 4 palavras-chave, separadas por ponto, evitando-se o uso de expressões, palavras compostas ou termos de sentido dúbio. O autor deve apresentar versão em inglês do resumo e das palavras-chave.

Introdução – Como parte inicial do texto deve, necessariamente, apresentar de modo objetivo a delimitação do assunto e questões tratadas, assim como os objetivos, a metodologia e os momentos vislumbrados na produção.

Desenvolvimento do trabalho – Apresenta a exposição verticalizada, ordenada e pormenorizada do assunto abordado. As seções e subseções podem ser usadas, considerando a disposição de seus títulos e subtítulos, para melhor hierarquização e delimitação dos conteúdos.

Deve-se respeitar os direitos autorais das imagens e outras propriedades intelectuais. Deve-se obedecer ao limite mínimo de 10 e máximo de 20 páginas. O *layout* da página deve ter 3 cm para as margens superior e esquerda e de 2 cm para as margens inferior e direita. Em todo texto, o tipo de letra deve ser *Times New Roman*, tamanho 12, com adentramento de 1,5 cm para marcação de parágrafos. Para exemplos, fragmentos, citações, apresentação de imagens e tabelas deve-se seguir as orientações gerais de NBRs específicas da ABNT. O espaçamento entre linhas no corpo do texto deve ser de 1,5.

Para as citações com mais de três linhas, fonte 11, espaço simples com recuo de 4 cm; para as citações de até três linhas devem integrar o corpo do texto e ser assinaladas entre aspas. Títulos, subtópicos ou tópicos do texto: sem adentramento, apenas com iniciais maiúsculas, em negrito

É necessário numerar os títulos dos tópicos, subtópicos ou seções do texto, exceto introdução, conclusão e referências. Numerar títulos e subtítulos, de forma sequencial, utilizando o sistema de numeração progressiva (1, 1.1, 1.1.1).

Figuras, ilustrações e imagens – Figuras, ilustrações, imagens, tabelas devem ser inseridos no texto, em uma única página, com espaçamento de 12 pontos antes. Não sendo possível dispor numa mesma página, forçar, portanto, quebra de página.

Todos os títulos de figuras, ilustrações, imagens, quadros e tabelas devem ser centralizados se tiverem menos de uma linha. No caso de ter mais de uma linha, devem ser justificados com adentramento de 0.8 cm em cada lado. Tais títulos devem ser posicionados na parte superior, em fonte tamanho 8, negrito, com espaçamento de 6 pontos antes da figura. Não use ponto final ao final do título. Tais direcionamentos devem ser observados também quando da indicação das fontes.

Conclusões – As conclusões devem apresentar o leque de implicações e efeitos do estudo, artigo, investigação, para a área da pesquisa linguística, assim como devem situar objetivamente as contribuições e problematizações da proposta alcançadas na égide da relação entre linguagem e discurso. As conclusões devem corresponder diretamente aos objetivos do estudo.

Referências – As referências devem ser completas e seguir as diretrizes da ABNT: os autores devem ser citados em ordem alfabética, sem numeração e sem qualquer adentramento entre as linhas; o principal sobrenome do autor em maiúsculas, seguido de vírgula e do(s) demais nome(s) e sobrenome(s) por extenso. Título de livro, de revista e de anais, em itálico; título de artigo, em letra normal; se houver mais de uma obra do mesmo autor, seu nome deve ser substituído por um traço de seis toques; obras de mesmo(s) autor(es) e de mesmo ano devem ser diferenciadas, empregando-se letras sequenciais do alfabeto – a, b, c ... – imediatamente após a data.

ENTREVISTAS

As entrevistas devem apresentar estrutura de texto corrido, dentro das especificações de conteúdo e estrutura (disposição, espaçamento, tipo e tamanho de fonte) mencionados na seção de artigos, alocando o nome dos envolvidos e vinculação institucional. O texto das entrevistas deve seguir o padrão pergunta-resposta e os autores – quem entrevista e quem

é entrevistado – devem ser identificados em cada turno de fala pelas iniciais de cada nome, maiúsculas e em negrito.

As entrevistas devem mobilizar perguntas e respostas, no formato *pingue-pongue*, alcançadas por escrito e sem necessidade de transcrição oficial de falas. Não há necessidade de elaboração de títulos e palavras-chave. O texto deve trazer um breve resumo discorrendo sobre as motivações, teor e contribuições da produção e que busquem justificar a importância de sua publicação no periódico. Neste resumo, deve-se apresentar os nomes dos autores com considerações sobre sua vinculação institucional e laboral.

Os proponentes que entrevistam e os destinatários que são entrevistados concordam e expressam total e irrevogável responsabilidade pelas afirmações, ideias, conteúdos de qualquer ordem ou natureza apresentados nesses textos. O padrão de submissão e as regras de apresentação do material à comissão editorial seguem o normativo detalhado nesse conjunto geral de diretrizes do periódico.

Recomenda-se que a extensão total do texto das entrevistas não ultrapasse o montante de 6 páginas.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Os relatos de experiências profissionais constituem-se como espaço de amostragem e de apresentação de experiências pedagógicas – que estejam ou possam ter sido vinculadas a projetos de pesquisa, à extensão universitária, a projetos institucionais, sendo eles os mais variados e das mais diversas ordens, ou de cunho individual – que figurem como propostas já executadas por professores e pesquisadores em geral e no âmbito do ensino e da educação pública e privada e nas diferentes esferas e níveis da atuação docente.

O pleiteio da publicação de produções dessa modalidade nos futuros números e volumes deste periódico deve se assegurar nas especificações *a, b, c, d, e, f*, dispostos na seção de políticas de submissão. No caso particular da especificação *a*, admite-se, para os relatos de experiências, a citação de até 5 nomes que figurem como autores responsáveis pela ação desenvolvida ou executada. Na hipótese de apresentação de mais de 3 nomes para a autoria da ação, dois deles devem, necessariamente estar vinculados à pesquisa em nível *stricto sensu*.

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

As produções serão submetidas a análise do conselho editorial da revista que, em seus pares, conforme sistema *double blind review*, emitirão parecer favorável ou não à respectiva publicação. As produções serão avaliadas com base em critérios determinados, a saber:

- a) o texto submetido apresenta discussão ou apanhado em consonância com a temática do atual volume da revista;
- b) o texto traz uma discussão autêntica e original e comprova incursão científico-bibliográfica em torno de um objeto;
- c) o texto está organizado e disposto conforme a diretrizes gerais da ABNT para a organização da produção científica e conforme as regras para submissão ao volume atual da revista;
- d) o texto apresenta consistência teórica e revela domínio da literatura;
- e) a metodologia utilizada é adequada aos objetivos pretendidos;
- f) as análises (quando houver) apresentam consistência com os objetivos traçados e rigor metodológico e sinalizam conclusões não redundantes e produtivas.

Cada trabalho submetido será destinado à análise de 2 (dois) pareceristas que terão o prazo de até 3 (três) dias, a contar da data de recebimento de mensagem/contato da comissão editorial com esse fim, para aceitar ou declinar a indicação, e de até 20 (dias), no caso do aceite, para retornar parecer, indicando posição favorável ou desfavorável à aceitação para publicação.

O membro do conselho editorial encarregado da análise e apreciação das produções, poderá emitir:

- a) parecer indicando a aceitação da versão do texto;
- b) parecer indicando a aceitação do texto com ressalvas e respectivos apontamentos ou sugestões de alteração, de qualquer ordem ou natureza;
- c) parecer recusando a aceitação com comentários de justificativa de sua posição, a partir dos critérios sumarizados acima.

A equipe editorial, de posse dos pareceres, encaminhará mensagem aos autores, atribuindo (na ocorrência do item b) prazo de 20 dias para apresentação de uma nova

versão do texto.

Em havendo um parecer contrário, conforme expresso no item c, o conselho editorial enviará o trabalho a um terceiro consultor.

Na ocorrência do item *b*, Aos organizadores se reserva o direito de verificar se as alterações apontadas/sugeridas foram devidamente atendidas e/ou justificadas. Em caso afirmativo, uma vez de posse de nova versão da produção, a equipe editorial enviará mensagem de aceitação definitiva do trabalho.

A leitura e apreciação dos pareceristas serão instrumentos que auxiliam diretamente a tomada de decisão por parte da equipe editorial sobre o aceite integral, o aceite parcial e condicionado às alterações e modificações sugeridas para o aprimoramento da produção, a recusa.

O declinar do aceite para apreciação do texto estará atrelada à impossibilidade do membro do conselho editorial em conduzir a leitura em função de:

- a) não se sentir qualificado para analisar o artigo;
- b) não ter disponibilidade de qualquer ordem ou natureza para proceder com a apreciação;
- c) notar qualquer forma de identificação ou marcação de autoria no texto recebido de forma que o vincule a conhecidos, pessoais com quem possa ter qualquer relação ou grau de proximidade que, de alguma forma, incuta efeito de parcialidade na emissão de avaliação.

Em todos os casos, a equipe editorial deverá ser notificada imediatamente.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O periódico oferece acesso livre, integral e imediato ao seu conteúdo, fundamentando-se no princípio de que a disponibilização gratuita do conhecimento científico – suas bases, sua constituição, seus objetivos e alcance – ao público geral é uma ferramenta propulsora que oportuniza amplitude e segurança à democratização mundial do conhecimento. Assim, a *Revista Saridh* mantém sua política de ética consonante com o que é defendido no *Best Practice Guidelines for Journal Editors* do *Committee on Publication Ethics* – COPE.

Na perspectiva de total recusa e refutação de plágio ou qualquer outro comportamento antiético, defende-se um compromisso com a conduta de boa prática e a qualidade das publicações, o que é extensivo a todas os membros e partes envolvidas no processo, desde a organização de volumes e números determinados até a divulgação, coleta, análise e publicação das produções aceitas.

Ao submeterem suas produções ao crivo da avaliação do conselho editorial da revista, os autores expressam, automática e irrevogavelmente, i) a responsabilidade pelas informações apresentadas, uso de imagens, figuras, dados e tabelas, de qualquer ordem ou natureza, ii) a declaração de responsáveis únicos e constituídos pela menção à instituições, órgãos ou entidades, iii) a integral cessão dos direitos autorais para a publicação e divulgação, em quaisquer meios e formatos, dos artigos e de mais produções, manifestando que:

a) que sua produção é inteiramente original, sem qualquer marcação de plágio ou conflito de interesse, e autêntica, não sendo objeto de simultânea descrição, submissão ou publicação em outro periódico.

b) que sua produção apresenta detalhamento preciso e suficiente para assegurar sua refutação a quaisquer declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas e inconsistentes, e que todas as informações estão devidamente referenciadas e reconhecidas.

c) que sua produção, quando da menção a obras e/ou referência a textos e estudos outros, apresenta devida e indispensável citação das fontes, assim como organização técnica e acadêmica que oportuniza o seu uso, replicação e menção por outros autores.

d) que todos os coautores estão incluídos na indicação de autoria da produção e que viram e aprovaram a versão final do manuscrito, concordando, portanto, com a sua submissão ao respectivo periódico.

e) que assume total e irrevogável responsabilidade quando descobrir ou encontrar qualquer imprecisão, inconsistência, invalidade ou erro significativo em seu trabalho publicado, reservando-lhe, neste caso, a expressa obrigação de informar direta e imediatamente o editor da revista, viabilizando formas de expressar correção ou retratação tidas como necessárias.

Os trabalhos encaminhados para análise são tratados como documentos confidenciais,

tendo suas informações autorais suprimidas. As informações, ideias, métodos, abordagens, conclusões e achados de pesquisa aos quais pode ter acesso o parecerista por meio da leitura e da análise dos textos submetidos, são sigilosas e não podem, sob hipótese nenhuma, ser objetos de divulgação ou de utilização pessoal.

O conteúdo do parecer de avaliação, extensivamente a todos os apontamentos, sugestões de alteração e/ou eventuais discordâncias - teóricas, metodológicas bem aquelas de ordem adversa – entre autores e pareceristas, nele assinaladas, não são, em hipótese nenhuma, divulgados para outras revistas. Todas as produções aprovadas serão confidencialmente diagramadas e, depois disso, encaminhadas aos autores que, por sua vez, podem apontar ou sugerir alterações de ordem técnica ou de disposição na formatação final dos textos. Nesta etapa, não serão aceitas alterações de conteúdo ou de linguagem. No caso de não haver, dentro do prazo estipulado, manifesta e expressa resposta dos autores, a publicação será suspensa.

REVISTA SARIDH

v. 1. n. 1 – Maio de 2019

Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
Periódico Eletrônico do Departamento de Letras do CERES
Centro de Ensino Superior do Seridó
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas

Departamento de Letras do CERES
Centro de Ensino Superior do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Manoel Lopes Filho, 138, Valfredo Galvão
CEP 59380-000, Currais Novos – RN
Telefone +55 (84) 3342 2293 ramal 701
revistasaridhufnr@ceres.ufrn.br

